

PLANO DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA

**Avaliação Intercalar da Implementação das
Medidas**

**REGIÃO HIDROGRÁFICA DAS
RIBEIRAS DO ALGARVE (RH8)**

Março 2019

FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral Nacional

Nuno Lacasta
Pimenta Machado

Coordenação Técnica Nacional

Maria Felisbina Quadrado
Maria Fernanda Gomes

ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS FINAIS

Departamento de Recursos Hídricos

Maria Felisbina Quadrado	Coordenação e Gestão de Projeto
Maria Fernanda Gomes	Elaboração dos relatórios
Lia de Barros dos Reis	Desenvolvimento dos trabalhos de base
Ana Catarina Mariano	Apoio ao desenvolvimento dos trabalhos de base

Administração da Região Hidrográfica do Algarve

José Pacheco	Coordenação Geral a nível regional
Paula Noronha	Coordenação e Gestão de Projeto a nível regional Desenvolvimento dos trabalhos de base

Índice

1. ENQUADRAMENTO	1
2. METODOLOGIA	3
3. REGIÃO HIDROGRÁFICA – BREVE SÚMULA DO PGRH EM VIGOR	6
4. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO 2.º CICLO DE PLANEAMENTO 2016-2021	20
4.1. Avaliação do programa de medidas	20
4.1.1. Medidas regionais	20
4.1.1.1. Análise da execução física das medidas	21
4.1.1.2. Análise da execução financeira das medidas	24
4.1.1.3. Análise de indicadores de monitorização das medidas.....	29
4.1.2. Medidas específicas.....	31
4.1.2.1. Análise da execução física das medidas	32
4.1.2.2. Análise da execução financeira das medidas	35
4.1.2.3. Análise de indicadores de monitorização das medidas.....	39
4.2. Síntese dos desvios da execução das medidas face ao previsto	42
4.2.1. Medidas regionais	43
4.2.1. Medidas específicas.....	45
4.3. Novas medidas e medidas eliminadas.....	48
5. BALANÇO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DAS MEDIDAS DO 2.º CICLO DE PLANEAMENTO	51
5.1. Análise da execução das medidas por massa de água	51
5.2. Análise custo-eficácia das medidas	54
5.3. Identificação dos principais obstáculos.....	64
6. ACOMPANHAMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS NA SEGUNDA METADE DO 2ºCICLO DO PLANO (2018-2021)	66
ANEXO I – MEDIDAS REGIONAIS	67
ANEXO II – MEDIDAS ESPECÍFICAS	85
ANEXO III – MEDIDAS ESPECÍFICAS E MASSAS DE ÁGUA	97

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 2.1 – ESQUEMA DAS FASES DO PGRH	3
FIGURA 2.2 – ESQUEMA DA ESTRATÉGIA PARA AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS	5
FIGURA 3.1 – DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DA RH8	6
FIGURA 3.2 – ZONAS PROTEGIDAS DA RH8	7
FIGURA 3.3 - SÍNTESE DAS CARGAS REJEITADAS PELOS SETORES (KG/ANO)	9
FIGURA 3.4 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONSUMOS DE ÁGUA PELAS PRINCIPAIS UTILIZAÇÕES CONSUMPTIVAS	9
FIGURA 3.5 - NÚMERO DO TIPO DE INTERVENÇÕES/INFRAESTRUTURAS EXISTENTES NAS MASSAS DE ÁGUA COSTEIRAS E DE TRANSIÇÃO	10
FIGURA 3.6 – CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DAS MASSAS DE ÁGUAS SUPERFICIAIS	11
FIGURA 3.7 - CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DAS MASSAS DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	12
FIGURA 3.8 – NÚMERO DE MEDIDAS POR ÂMBITO	15
FIGURA 3.9 – NÚMERO DE MEDIDAS POR EIXO	16
FIGURA 3.10 – CUSTO DAS MEDIDAS POR EIXO DE MEDIDA PREVISTO NO PGRH EM VIGOR (MIL €)	17
FIGURA 3.11 – PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DAS MEDIDAS PREVISTA NO PGRH EM VIGOR (MIL €)	17
FIGURA 3.12 – DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS TOTAIS DAS MEDIDAS POR FINANCIAMENTO PREVISTO NO PGRH EM VIGOR (MIL €)	18
FIGURA 3.13 - OBJETIVOS AMBIENTAIS PARA AS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAL E SUBTERRÂNEA	19
FIGURA 4.1 – NÚMERO DE MEDIDAS REGIONAIS POR ENTIDADE RESPONSÁVEL	20
FIGURA 4.2 – PONTO DE SITUAÇÃO DAS MEDIDAS REGIONAIS	22
FIGURA 4.3 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS REGIONAIS	23
FIGURA 4.4 – EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS MEDIDAS REGIONAIS	27
FIGURA 4.5 – DESAGREGAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA PELA COMPONENTE NACIONAL E COMPONENTE COMUNITÁRIA	28
FIGURA 4.6 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INDICADORES DAS MEDIDAS REGIONAIS	30
FIGURA 4.7 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INDICADORES DAS MEDIDAS REGIONAIS POR EIXO DE MEDIDA	30
FIGURA 4.8 – NÚMERO DE MEDIDAS ESPECÍFICAS POR ENTIDADE RESPONSÁVEL	31
FIGURA 4.9 – PONTO DE SITUAÇÃO DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS	33
FIGURA 4.10 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS	34
FIGURA 4.11 – EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS NOS EIXOS PTE1	36
FIGURA 4.12 – EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS NOS EIXOS PTE3, PTE4, PTE5 E PTE7	37
FIGURA 4.13 – DESAGREGAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA PELA COMPONENTE NACIONAL E COMPONENTE COMUNITÁRIA NOS EIXOS PTE1	38
FIGURA 4.14 – DESAGREGAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA PELA COMPONENTE NACIONAL E COMPONENTE COMUNITÁRIA NOS EIXOS PTE3, PTE4, PTE5 E PTE7	39
FIGURA 4.15 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INDICADORES DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS EM 2016/2017	41
FIGURA 4.16 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INDICADORES DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS POR EIXO DE MEDIDA	41
FIGURA 4.17 – DESVIO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS REGIONAIS EM 2016/2017	45
FIGURA 4.18 – DESVIO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS EM 2016/2017	47
FIGURA 5.1 – NÚMERO DE MASSAS DE ÁGUA E RESPETIVO ESTADO GLOBAL POR EIXO DE MEDIDA	52
FIGURA 5.2 – NÚMERO DE MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAIS POR OBJETIVO AMBIENTAL E RESPETIVAS MEDIDAS	53
FIGURA 5.3 – INVESTIMENTO PREVISTO E RETIFICADO POR ANO	65

Índice de Quadros

QUADRO 3.1 - MASSAS DE ÁGUA POR CATEGORIA	6
QUADRO 3.2 - BARRAGENS COM CAPACIDADE DE REGULARIZAÇÃO	10
QUADRO 3.3 - CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO GLOBAL DAS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAIS	11
QUADRO 3.4 - CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO GLOBAL DAS MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA	11
QUADRO 3.5 – EIXOS E PROGRAMAS DE MEDIDAS	13
QUADRO 3.6 – NÚMERO DE MEDIDAS POR ÂMBITO	15
QUADRO 3.7 – NÚMERO DE MEDIDAS POR EIXO.....	15
QUADRO 4.1 – LEGENDA APLICADA PARA CLASSIFICAR O PONTO DE SITUAÇÃO DAS MEDIDAS.....	21
QUADRO 4.2 – PONTO DE SITUAÇÃO DAS MEDIDAS REGIONAIS ATÉ FINAL DE 2017	21
QUADRO 4.3 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS REGIONAIS EM FINAL DE 2017	22
QUADRO 4.4 – MEDIDAS REGIONAIS RELACIONADAS COM AS AÇÕES DO PDR2020	24
QUADRO 4.5 – EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS MEDIDAS REGIONAIS ATÉ AO FINAL DE 2017	26
QUADRO 4.6 – DESAGREGAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA PELA COMPONENTE NACIONAL E COMPONENTE COMUNITÁRIA.....	27
QUADRO 4.7 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INDICADORES DAS MEDIDAS REGIONAIS ATÉ FINAL DE 2017	29
QUADRO 4.8 – LEGENDA APLICADA PARA CLASSIFICAR O PONTO DE SITUAÇÃO DAS MEDIDAS.....	32
QUADRO 4.9 – PONTO DE SITUAÇÃO DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS POR EIXO ATÉ FINAL DE 2017	32
QUADRO 4.10 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS EM FINAL DE 2017	33
QUADRO 4.11 – EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS ATÉ FINAL DE 2017	35
QUADRO 4.12 – DESAGREGAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA PELA COMPONENTE NACIONAL E COMPONENTE COMUNITÁRIA.....	37
QUADRO 4.13 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INDICADORES DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS ATÉ FINAL DE 2017	40
QUADRO 4.14 – CORRESPONDÊNCIA ENTRE KTM E PM E RESPECTIVAS DESIGNAÇÕES	42
QUADRO 4.15 – DESVIO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS REGIONAIS POR PROGRAMA DE MEDIDAS E RESPECTIVO KTM	44
QUADRO 4.16 – DESVIO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS POR PROGRAMA DE MEDIDAS E RESPECTIVO KTM....	46
QUADRO 4.17 – MEDIDAS ELIMINADAS OU AGREGADAS.....	48
QUADRO 4.18 – MEDIDAS NOVAS.....	49
QUADRO 5.1 – NÚMERO DE MASSAS DE ÁGUA E RESPECTIVO ESTADO GLOBAL ABRANGIDAS POR MEDIDAS REGIONAIS	51
QUADRO 5.2 – NÚMERO DE MASSAS DE ÁGUA E RESPECTIVO ESTADO GLOBAL ABRANGIDAS POR MEDIDAS ESPECÍFICAS	51
QUADRO 5.3 – NÚMERO DE MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAIS POR OBJETIVO AMBIENTAL E RESPECTIVAS MEDIDAS COM A SUA TAXA DE EXECUÇÃO	52
QUADRO 5.4 – NÚMERO DE MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEAS POR OBJETIVO AMBIENTAL E RESPECTIVAS MEDIDAS COM A SUA TAXA DE EXECUÇÃO	53
QUADRO 5.5 – PARÂMETROS CONSIDERADOS NO ÍNDICE DE PRIORIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO (IPI)	55
QUADRO 5.6 – MEDIDAS REGIONAIS DE BASE: RESULTADOS DA ANÁLISE CUSTO-EFICÁCIA.....	58
QUADRO 5.7 – MEDIDAS REGIONAIS SUPLEMENTARES: RESULTADOS DA ANÁLISE CUSTO-EFICÁCIA	59
QUADRO 5.8 – MEDIDAS ESPECÍFICAS DE BASE: RESULTADOS DA ANÁLISE CUSTO-EFICÁCIA	61
QUADRO 5.9 – MEDIDAS ESPECÍFICAS SUPLEMENTARES: RESULTADOS DA ANÁLISE CUSTO-EFICÁCIA.....	61

1. ENQUADRAMENTO

No âmbito da Diretiva 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, Diretiva Quadro da Água (DQA), nomeadamente no seu artigo 13.º, e da Lei da Água (LA - Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho), no disposto no seu artigo 29.º, será assegurada a elaboração de um Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) por ciclos de seis anos, sendo que este plano é um instrumento de planeamento das águas que visa a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível de cada região hidrográfica.

Neste contexto, o 2.º ciclo de planeamento, que vigora no período 2016-2021, foi finalizado em maio de 2016 (5 meses após o prazo estabelecido que seria dezembro de 2015) e aprovado em reunião de Conselho de Ministros realizado a 8 de junho de 2016 e publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, retificada e republicada na Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro, sendo o prazo de reporte no WISE deste relatório intercalar em dezembro de 2018.

A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) na qualidade de Autoridade Nacional da Água procedeu à divulgação e disponibilização do [Plano na sua página da internet](#), assim como o respetivo Relatório Final de Avaliação Ambiental e Declaração Ambiental.

Na Parte 7 (Sistema de promoção, acompanhamento e avaliação) do PGRH foi estabelecida a metodologia de acompanhamento e avaliação da aplicação do PGRH através de indicadores dos objetivos de gestão da água definidos e de indicadores de monitorização do programa de medidas que é necessário implementar para atingir os objetivos referidos.

A avaliação da eficácia dos PGRH depende do cumprimento dos objetivos de gestão da água e da implementação das medidas definidas. O sistema de indicadores permite avaliar o desempenho das medidas implementadas para atingir os objetivos propostos e tal possibilita a análise do progresso que se vai registando e a aproximação a esses objetivos.

Desta forma, a avaliação do plano deve ser realizada mediante a elaboração de um relatório intercalar no prazo de três anos a contar da data de publicação dos PGRH, com as conclusões da avaliação, designadamente os progressos na implementação do programa de medidas, o grau de realização dos objetivos definidos, as recomendações e correções necessárias.

A elaboração do presente relatório intercalar, após três anos a contar da publicação do PGRH, em que se descrevam os progressos realizados na execução do programa de medidas planeado, é estabelecido no artigo 15.º da DQA, e reforçado no artigo 87.º da Lei da Água, onde se refere que a Autoridade Nacional da Água deve enviar à Comissão Europeia o PGRH e respetivas atualizações, bem como os relatórios intercalares de execução dos programas de medidas previstos nesse plano.

Os tipos de medidas necessárias para melhorar e proteger as massas de água são muito diversos, podendo estar associados à gestão de cargas de nutrientes, à melhoria do tratamento de descargas pontuais urbanas e industriais, ao controle das fontes difusas com origem na agricultura e na pecuária, à redução/eliminação do uso de substâncias químicas, à revisão dos títulos de utilização dos recursos hídricos, às técnicas de controlo de espécies invasivas não nativas, à reposição da continuidade fluvial, à implementação do regime de caudais ecológicos, entre outros.

A transversalidade da água implica que a implementação das medidas envolva diferentes entidades, públicas e privadas, tornando bem mais complexa a sua execução e verificação. Acresce que a crise financeira que assolou Portugal e, da qual lentamente tem vindo a recuperar, dificulta a execução da

programação física previamente estabelecida. O curto período de tempo que decorreu entre a aprovação do plano e a elaboração deste relatório intercalar não permitem ainda relacionar o efeito das medidas iniciadas e concluídas com o estado das massas de água. No entanto, ao avaliar o estado de execução das medidas e ao ajustar a programação física permitirá gerir as expectativas de potenciais efeitos no estado das massas de água.

No fim do período de vigência do plano de gestão de região hidrográfica será elaborada uma avaliação dos resultados da aplicação dos programas de medidas definidos, permitindo aferir a sua eficácia e eficiência para atingir os objetivos definidos e avaliar os sucessos e insucessos, contribuindo com orientações e recomendações no decurso da revisão do 3.º ciclo do plano.

2. METODOLOGIA

O programa de medidas constitui uma fase crucial de implementação dos PGRH e tem como objetivo atingir os objetivos ambientais, concretizado no bom estado de todas as massas de água. Para tal é essencial a monitorização das massas de água para se saber o seu estado atual e se identificar quais os respetivos impactos. A partir daqui é preciso atuar nas pressões existentes, através da aplicação das medidas necessárias para o efeito, de forma a se atingir os objetivos ambientais (Figura 2.1).

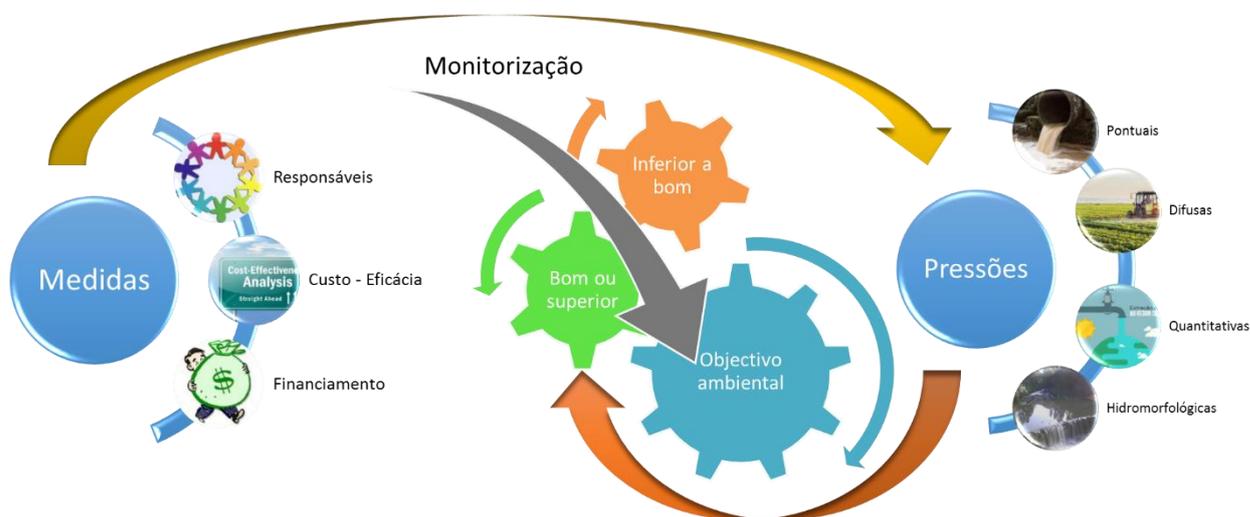


Figura 2.1 – Esquema das fases do PGRH

A definição das medidas passa por definir quem são as entidades responsáveis pela sua implementação, respetivas fontes de financiamento a utilizar e a programação física e financeira da sua execução, o que vai permitir definir um prazo para a finalização da medida. Deste modo, permite prever quando os seus efeitos se irão refletir na melhoria do estado da massa de água.

No entanto, os efeitos da execução das medidas no estado das massas de água não pode ser reconhecido até que tenham sido implementadas em pleno e, mesmo após a sua implementação, há que aguardar que produza os efeitos esperados. Também há que considerar o estado da massa de água antes da implementação da medida, pois a não recuperação de uma massa de água em estado medíocre é mais complexa do que no estado razoável, assim como os elementos biológicos têm uma resposta mais lenta do que as características físico-químicas da massa de água.

A falta de informação, o tempo necessário para o implementação efetiva de uma medida, o tempo de resposta das massas de água e o tempo necessário para obter resultados definitivos sobre o seu estado dificultam uma análise realista do efeito das medidas sobre a massa de água num espaço temporal tão curto.

O sistema de avaliação da implementação dos PGRH passa por conhecer o ponto de situação da execução das medidas e pela avaliação dos indicadores de acompanhamento do PGRH.

O grande número de medidas e de entidades envolvidas implicou a definição de uma estratégia para levantamento da informação necessária de forma pragmática, mas discriminada medida a medida, que permitisse efetuar esta avaliação intercalar.

Um dos órgãos consultivos, em matéria de recursos hídricos fundamentais neste processo, é o Conselho de Região Hidrográfica (CRH), em que estão representados os organismos da Administração Pública, os municípios diretamente interessados e as entidades representativas dos principais utilizadores relacionados com o uso consumptivo e não consumptivo da água na região hidrográfica respetiva, bem como as organizações técnicas, científicas e não-governamentais representativas dos usos da água na bacia hidrográfica. Entre as suas competências, o CRH tem que:

- a) Acompanhar e participar na elaboração dos planos de gestão de bacia hidrográfica e dos planos específicos de gestão das águas, emitindo parecer prévio à sua aprovação;
- b) Participar na elaboração dos programas de medidas, com vista à sua operacionalização e implementação futuras;
- c) Promover e acompanhar a definição de procedimentos e a produção de informação relativamente à avaliação da execução dos programas de medidas para os recursos hídricos, constituindo-se como fóruns dinamizadores da articulação entre as entidades promotoras dessas medidas.

Assim, começou-se por realizar uma sistematização das entidades responsáveis pela implementação das medidas e dos indicadores e verificar quais dessas entidades tinham assento no CRH. No âmbito das reuniões do CRH foram realizadas as seguintes etapas de interação:

- 1) 2.ª Reunião de 2017 do CRH – Apresentação da estratégia;
- 2) 3.ª Reunião de 2017 do CRH - Solicitação dos pontos focais para reuniões de trabalho;
- 3) 1.ª Reunião de 2018 do CRH – Apresentação do ponto de situação dos dados recolhidos;
- 4) 3.ª Reunião de 2018 do CRH – Apresentação dos resultados da avaliação da implementação das medidas a constar no relatório de avaliação.

No que se refere às entidades que não estavam representadas no CRH foi igualmente solicitada a identificação de pontos focais dentro dessas entidades para pedir o ponto de situação da implementação das medidas.

A recolha dos dados incidiu nos anos de 2016 e 2017, em termos de execução física e financeira das medidas, e de programação para os restantes anos. Desta forma conseguiu-se retificar a programação física e o investimento previsto face ao que estava programado no PGRH.

No investimento foi solicitada a separação da componente nacional da componente comunitária, tendo para o efeito sido contactadas as autoridades de gestão do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR2020) e do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR2020), a solicitar informação sobre as candidaturas aprovadas e sua execução.

O processo de validação da informação para apresentação dos resultados neste relatório de avaliação foi um processo moroso e complexo, em que foi necessário contactar várias vezes as entidades para esclarecimento de dúvidas, para se chegar a obter a avaliação da implementação das medidas do PGRH.

Na Figura 2.2 encontra-se o esquema da estratégia para avaliação da implementação das medidas.

Foram também sistematizadas as medidas não previstas no PGRH em vigor mas que foram entretanto implementadas e que contribuem para o atingir dos objetivos ambientais.

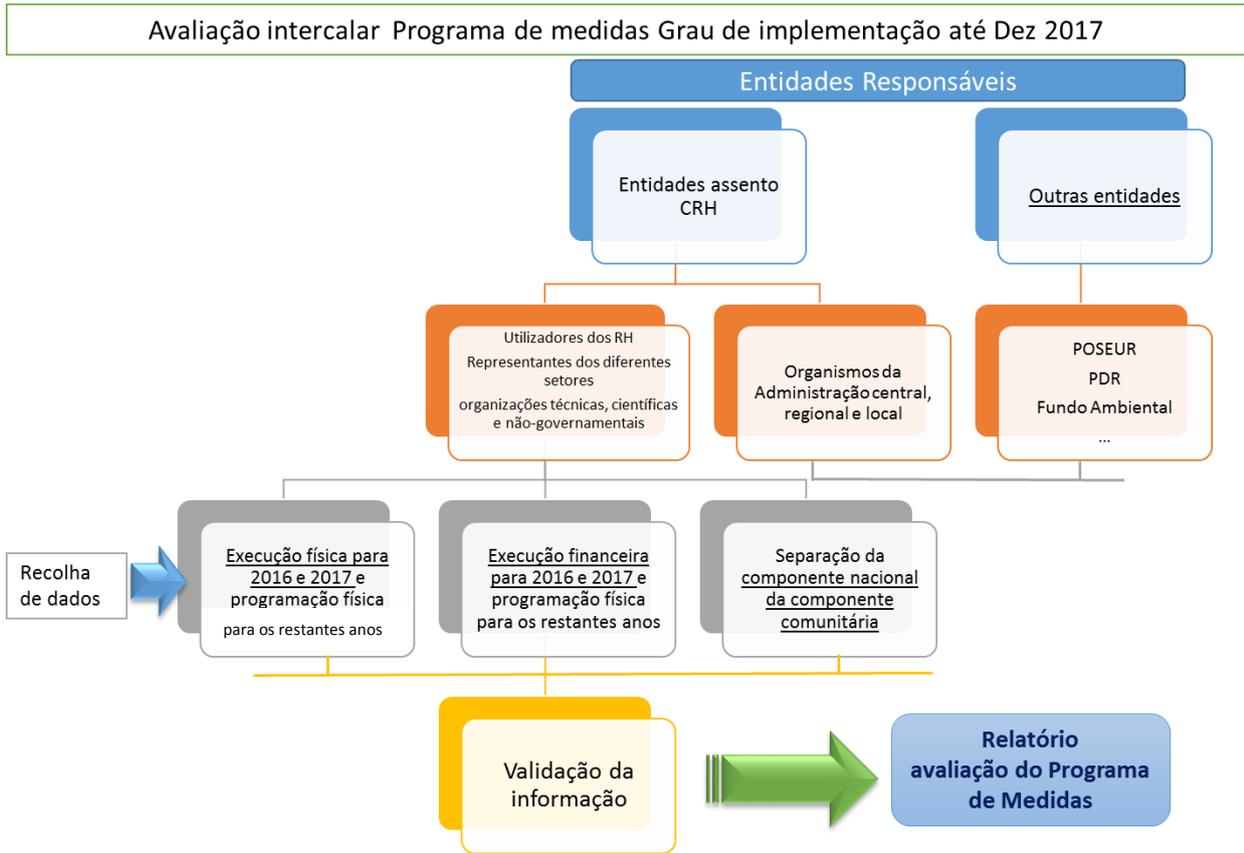


Figura 2.2 – Esquema da estratégia para avaliação da implementação das medidas

3. REGIÃO HIDROGRÁFICA – Breve súpula do PGRH em vigor

A Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (RH8), com uma área total de 5 511 km², integra as bacias hidrográficas das ribeiras do Algarve incluindo as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes.

A Figura 3.1 apresenta a delimitação geográfica da RH8.

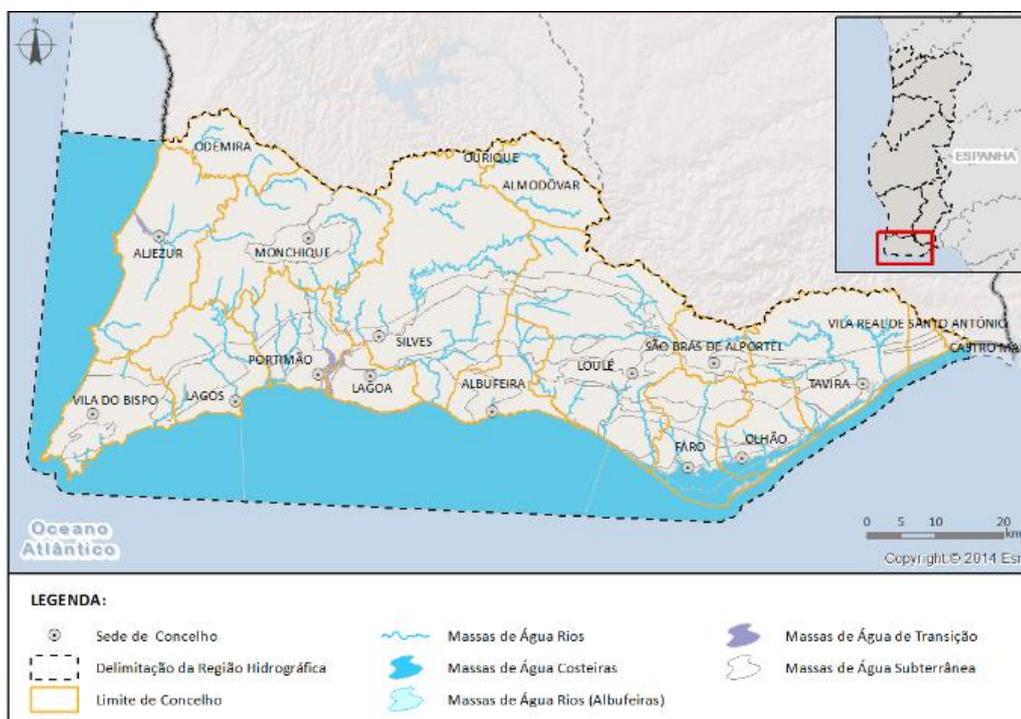


Figura 3.1 – Delimitação geográfica da RH8

Massas de água

A revisão do processo de delimitação das massas de água, realizado no PGRH do 2.º ciclo de planeamento na região hidrográfica das Ribeiras do Algarve, originou 83 massas de água superficial, das quais 69 são massas de água naturais, e 25 massas de água subterrânea (Quadro 3.1).

Quadro 3.1 - Massas de água por categoria

Categoria		Naturais (N.º)	Fortemente modificadas (N.º)	Artificiais (N.º)	TOTAL (N.º)
Superficiais	Rios	59	8	2	69
	Águas de transição	3	1	-	4
	Águas costeiras	9	1	-	10
SUB-TOTAL		71	10	2	83
Subterrâneas		25	-	-	25
TOTAL		96	10	2	108

Zonas protegidas

A RH das Ribeiras do Algarve inclui os seguintes tipos de zonas protegidas.

- Captação de água destinada à produção de água para consumo humano;
- Zonas designadas para a proteção de espécies aquáticas de interesse económico (águas piscícolas);
- Águas de recreio, incluindo as designadas como águas balneares;
- Zonas designadas como sensíveis em termos de nutrientes;
- Zonas designadas para a proteção de habitats ou de espécies, incluindo os sítios relevantes da rede Natura 2000 (Diretiva Habitats e Diretiva Aves);
- Sítios Ramsar.

Na Figura 3.2 apresenta-se o número de zonas protegidas e respetivo número de massas de água abrangidas, e para algumas das quais poderá requerer uma avaliação complementar de conformidade de acordo com os objetivos para as quais foram criadas.

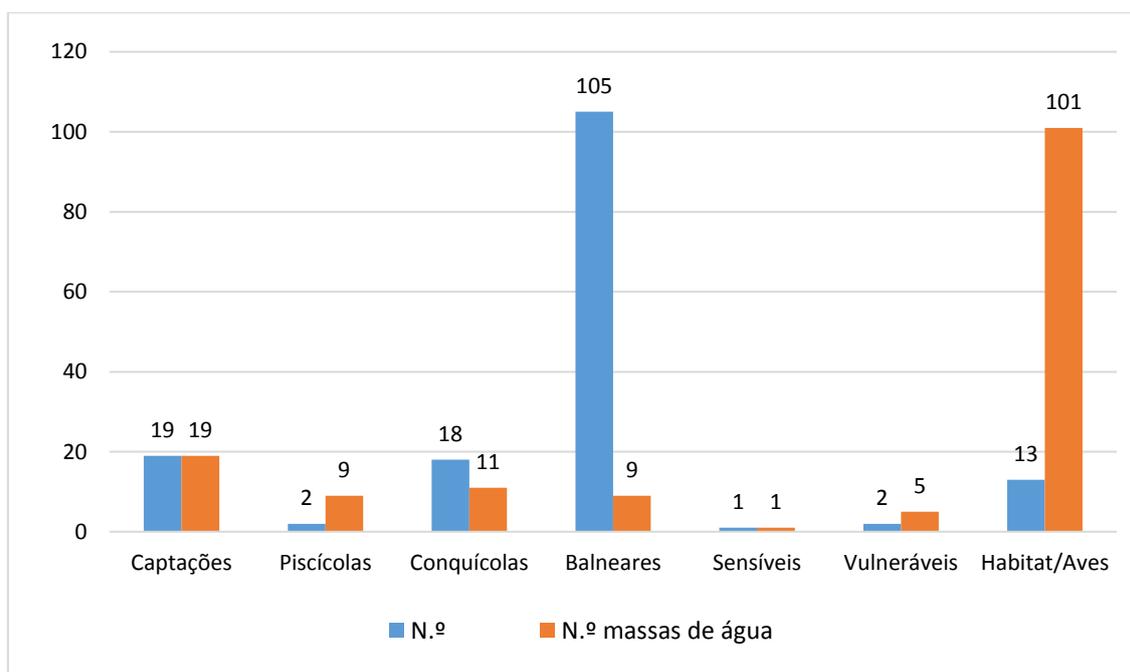


Figura 3.2 – Zonas protegidas da RH8

Pressões

A análise das principais pressões e impactes é fundamental para a identificação das questões significativas e do risco de atingir os objetivos ambientais. Em regra, consideram-se quatro grupos principais de pressões que mais afetam as águas superficiais e subterrâneas:

- Pressões qualitativas, pontuais ou difusas;
- Pressões quantitativas, as referentes às atividades de extração de água para fins diversos;
- Pressões hidromorfológicas;
- Pressões biológicas.

Todas essas pressões, agrupadas em conjunto ou isoladamente, cumulativamente ou de forma sinérgica, podem produzir uma série de impactes negativos sobre as massas de água, nos habitats e na biodiversidade (Figura 3.3).

Na RH8 as **pressões qualitativas pontuais** relacionadas com as cargas de origem urbana consideradas incluem 73 descargas urbanas, das quais 63 correspondem a descargas pontuais para o meio hídrico e 10

correspondem a descargas no solo. Nesta A RH8 apresenta uma cobertura de aproximadamente 95% de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais urbanas, sendo que destes cerca de 99,9% é servida por sistema de tratamento e 92,2% é servida por sistema com nível de tratamento mais avançado do que o secundário. A maioria dos sistemas de tratamento localiza-se no litoral onde se concentra grande parte da população residente e flutuante, com alguma dispersão em pequenos aglomerados populacionais sitos no interior.

Nesta região existe apenas em funcionamento o Aterro Sanitário do Barlavento. A estação de tratamento de águas lixivantes existente é dotada com um sistema de osmose inversa sendo o efluente tratado maioritariamente reutilizado pelo que, os valores da carga direta rejeitada no meio hídrico são de uma ordem de grandeza muito diminuta. Este aterro está abrangido pelo regime PCIP.

O Aterro Sanitário Intermunicipal Faro – Loulé – Olhão, encerrado e selado, produz lixiviados que são encaminhados para a ETAR Noroeste de Faro, pelo que não constitui uma pressão para a massa de água sob a sua influência (aquífero São João da Venda – Quelfes).

As instalações PCIP, em número pouco significativo na RH8, localizam-se na zona mais central da região hidrográfica. Acresce ainda que, das 6 unidades PCIP existentes, apenas 3 se encontram em laboração. As unidades PCIP apresentam cargas pouco significativas, designadamente quando comparadas com o setor urbano, pois constituem unidades com processos produtivos que apresentam uma produção de efluentes industriais pouco expressiva.

O contributo pouco significativo da indústria transformadora, em termos de carga rejeitada, é proporcional à expressão deste setor no contexto da economia da RH8. Destacam-se, ao nível da indústria alimentar, as cargas rejeitadas por uma adegas e por algumas empresas ligadas à produção agrícola

Existem 7 pisciculturas semi-intensivas, 5 na Ria Formosa e 2 na Ria de Alvor. Foram criadas duas zonas para aquicultura *offshore*, encontrando-se os estabelecimentos em regime de instalação. As emissões deste tipo de atividade estão sujeitas a um elevado grau de diluição, não sendo expetável a presença de cargas significativas. Relativamente aos viveiros, foram contabilizados 1417 na Ria Formosa e 29 na Ria de Alvor. A produção de bivalves destes viveiros é encaminhada para 3 depuradoras localizadas na Ria Formosa antes da sua colocação no mercado.

Nesta região existe apenas uma exploração mineira, correspondente à mina de sal-gema de Loulé que ocupa uma área de 12,39 km². Contudo, é de destacar a existência de 140 areeiros e 147 pedreiras, cuja pressão sobre as massas de água, em termos de carga rejeitada, não é significativa tendo em conta a informação disponível.

Para a caracterização das **pressões qualitativas difusas**, identificam-se a superfície agrícola utilizada (SAU), os regadios públicos (existentes e previstos), a superfície irrigável, a superfície regada, as explorações pecuárias extensivas e intensivas com valorização agrícola e estimam-se as cargas de azoto e fósforo.

Pode considerar-se que a percentagem de SAU nesta região não é muito elevada, atingindo 18,6%.

O setor da pecuária é responsável pela produção de efluentes pecuários que, por conterem azoto e fósforo, podem constituir uma importante fonte de poluição, tanto pontual (se ocorrerem descargas no solo ou nas águas superficiais) como difusa (se os efluentes pecuários forem aplicados nos solos agrícolas de forma menos adequada).

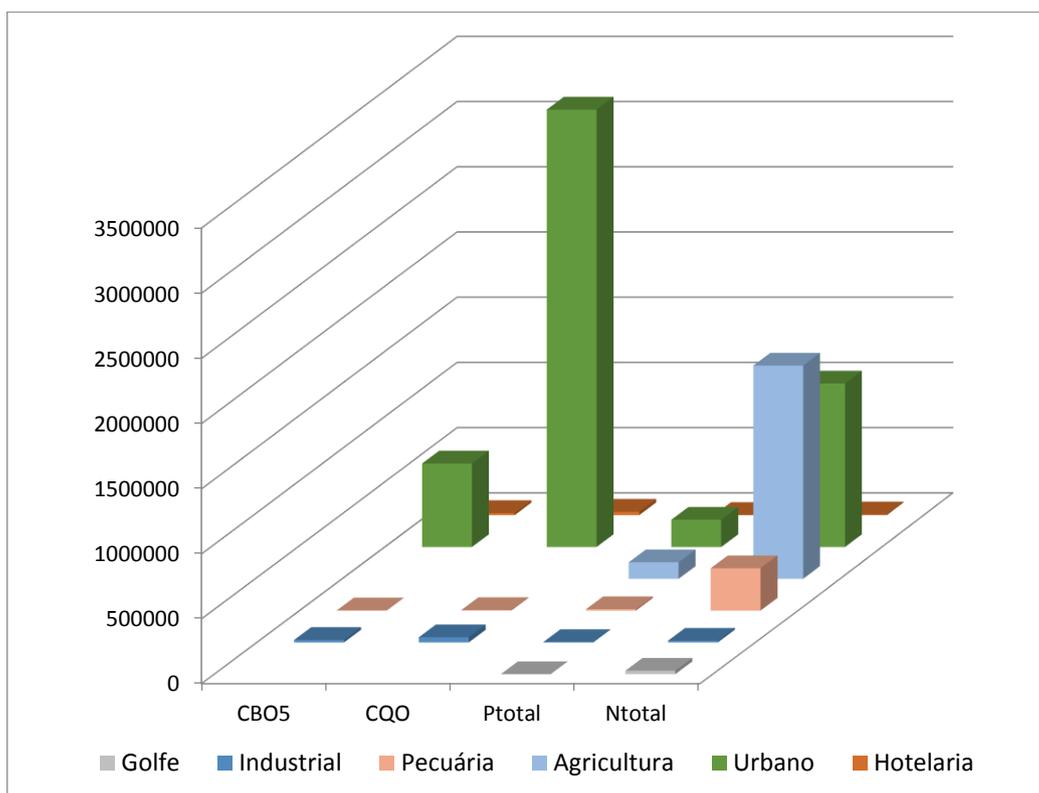


Figura 3.3 - Síntese das cargas rejeitadas pelos setores (kg/ano)

Em termos de **pressões quantitativas**, os principais volumes captados/consumidos dizem respeito à agricultura (67,3%) e ao abastecimento público (19,6%). O abastecimento público faz-se essencialmente a partir da água com origem superficial, destacando-se as albufeiras de Odelouca, Funcho e Bravura. A atividade agrícola é suportada fundamentalmente pela água de origem subterrânea. Salienta-se ainda o volume captado para o golfe, predominantemente proveniente de águas subterrâneas e que representa 6,9% do total (Figura 3.4).

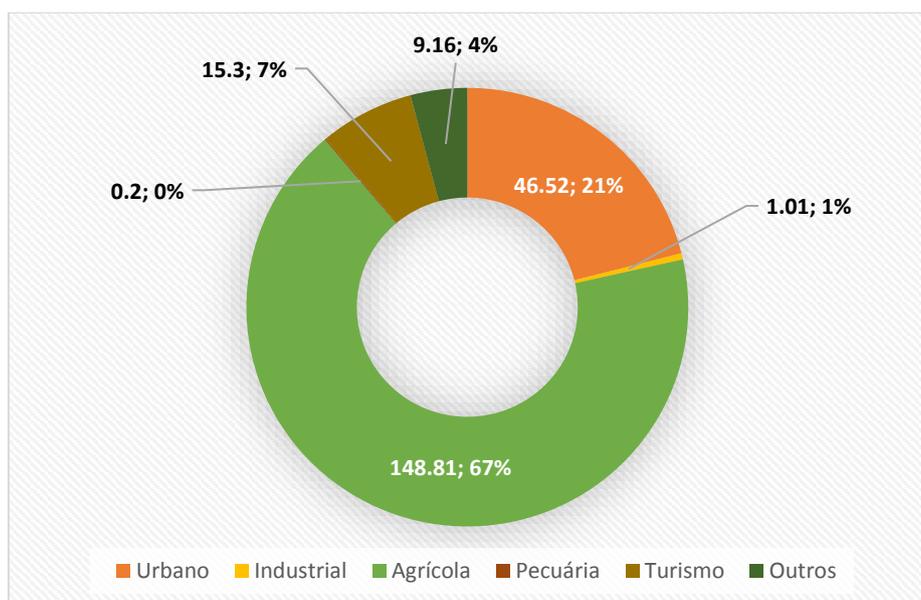


Figura 3.4 - Distribuição dos consumos de água pelas principais utilizações consumptivas

Das **pressões hidromorfológicas** de origem antrópica verifica-se que não foram licenciadas extrações de inertes em domínio público hídrico. Na RH8 não existem transvases propriamente ditos, verificando-se apenas transferência de água do sistema Odeleite-Beliche e da Albufeira de Santa Clara para utilização em rega e abastecimento público.

O aproveitamento Hidroelétrico existente na RH8 é de pequena dimensão e encontra-se associado à condução de rega que, até à turbina, é entubado, passando a canal de rega a céu aberto a jusante, não existindo restituição de caudal na linha de água a jusante da barragem (Quadro 3.2).

Quadro 3.2 - Barragens com capacidade de regularização

Barragem	Finalidade	Regime de caudais ecológicos (S/N)	Volume útil (hm ³)
Odelouca	Abastecimento público	S	134,00
Arade	Rega	N	26,98
Funcho		N	42,75
Bravura	Rega e Abastecimento	N	32,32

Nas massas de águas de transição e costeiras existem cerca de 76 intervenções e infraestruturas (Figura 3.5).

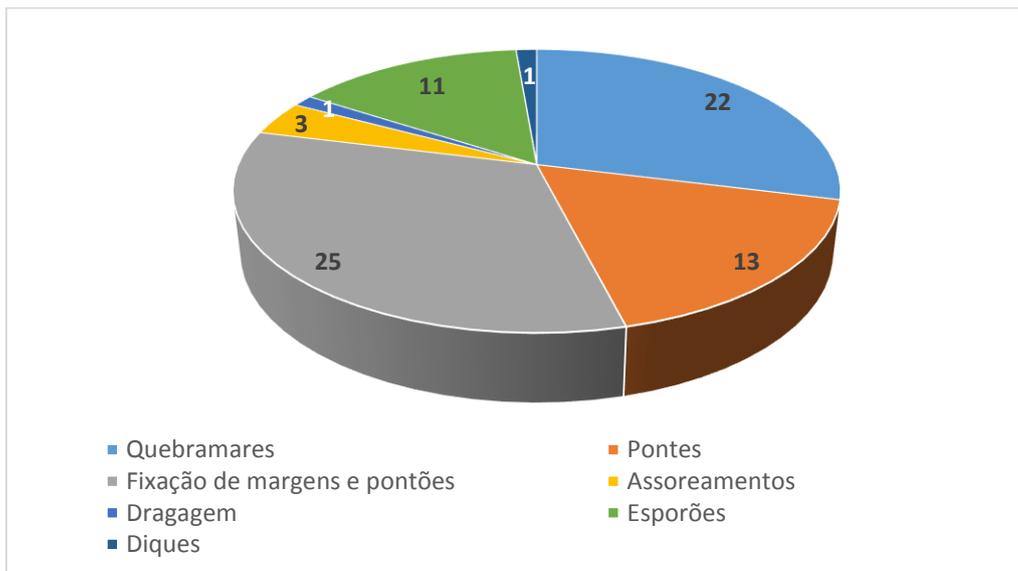


Figura 3.5 - Número do tipo de intervenções/infraestruturas existentes nas massas de água costeiras e de transição

Estado das massas de água

A classificação do estado das massas de água superficiais indica 70% com estado Bom ou superior, 26% com estado inferior a Bom e 4% com estado Desconhecido (Quadro 3.3).

Quadro 3.3 - Classificação do estado global das massas de água superficiais

Classificação	Rios	Rios (albufeiras)	Águas de Transição	Águas Costeiras	TOTAL	
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	%
Bom e Superior	44	4	3	7	58	70
Inferior a Bom	19	0	0	3	22	26
Desconhecido	2	0	1	0	3	4
TOTAL	65	4	4	10	83	100

A Figura 3.6 ilustra a classificação do estado/potencial ecológico e estado químico das massas de água superficiais desta Região Hidrográfica, determinados no PGRH em vigor.

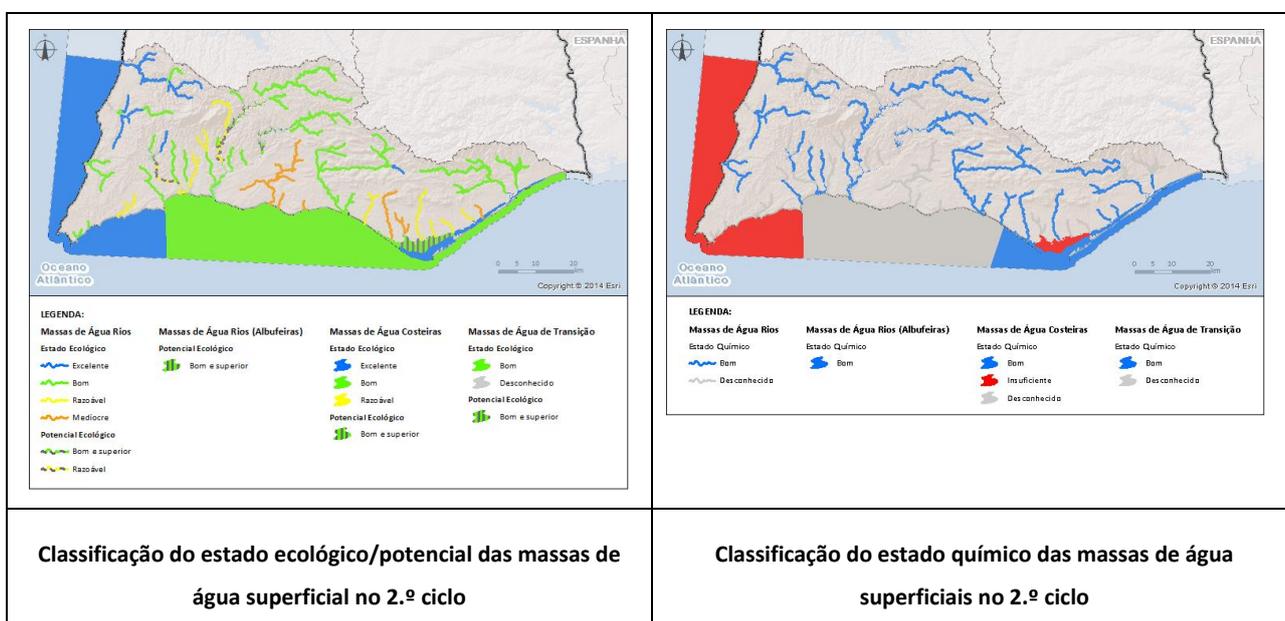


Figura 3.6 – Classificação do estado das massas de águas superficiais

A classificação do estado das massas de água subterrâneas indica 84% com estado Bom, 16% com estado inferior a Bom e 0% com estado Desconhecido (Quadro 3.4).

Quadro 3.4 - Classificação do estado global das massas de água subterrânea

Classificação	Massas de água	
	N.º	%
Bom	21	84
Mediocre	4	16
Desconhecido	0	0
TOTAL	25	100

A Figura 3.7 ilustra a classificação do estado quantitativo e estado químico das massas de água subterrâneas desta Região Hidrográfica, determinados no PGRH em vigor.

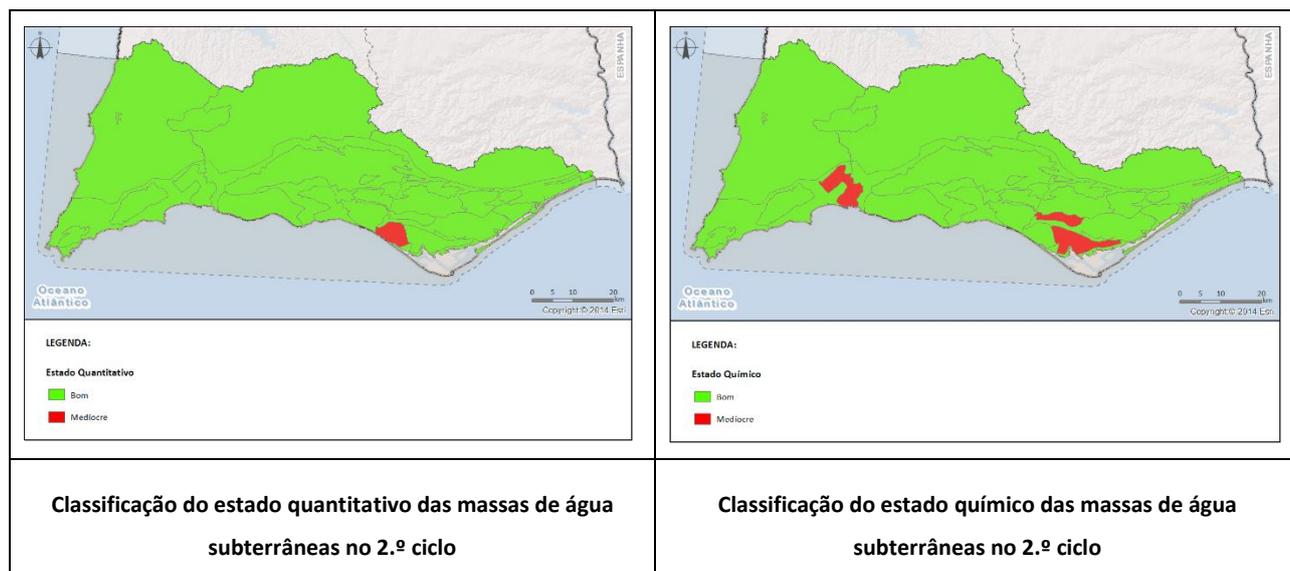


Figura 3.7 - Classificação do estado das massas de águas subterrâneas

Cerca de 53% das massas de água com estado inferior a Bom têm como pressões significativas a agricultura (incluindo a pecuária), 18% pressões pontuais urbanas, 17% pressões pontuais industriais, 10% pressões hidromorfológicas e 2% pressões biológicas.

Programa de medidas

O programa de medidas inclui medidas de base e medidas suplementares, em que as medidas de base correspondem aos requisitos para cumprir os objetivos ambientais ao abrigo da legislação em vigor e as medidas suplementares visam garantir uma maior proteção ou uma melhoria adicional das águas sempre que tal seja necessário, nomeadamente para o cumprimento de acordos internacionais.

A classificação das medidas quanto à prioridade, que relaciona o estado da massa de água com o cumprimento de obrigações legislativas, variou entre 1 a 5, sendo a classificação 1 atribuída à situação menos prioritária e a pontuação 5 à mais prioritária. As medidas foram ainda classificadas como Corretiva (visavam solucionar um problema existente) ou como Preventiva (preveniam a ocorrência de um problema que se sabe que ocorrerá se não forem tomadas medidas ou que seja previsível que aconteça).

Em termos de âmbito as medidas classificadas como regionais têm um carácter mais preventivo, aplicáveis, em regra, a toda a região, podendo incidir em particular em determinadas massas de água em que não é possível definir medidas específicas, atendendo a que as causas de não se atingir o bom estado se relacionam com dificuldades de aplicação de legislação, falta de informação e sensibilização ou mesmo desconhecimento. As medidas classificadas como específicas, são medidas que incidem diretamente sobre as pressões significativas identificadas na massa de água, tendo por isso características mais corretivas e direcionadas.

O Quadro 3.5 apresenta a organização das medidas em eixos e programas de medidas, com a respetiva correspondência aos KTM (*Key Type Measure*), que correspondem aos programas de medidas definidos no WISE de forma a ser comparável entre Estados-membros.

Quadro 3.5 – Eixos e programas de medidas

EIXO		PROGRAMA DE MEDIDAS		
Código	Designação	Código	Designação	KTM
PTE1	Redução ou eliminação de cargas poluentes	PTE1P01	Construção ou remodelação de estações de tratamento de águas residuais urbanas	KTM01
		PTE1P02	Remodelação ou melhoria das estações de tratamento de águas residuais industriais (incluindo as explorações agrícolas)	KTM16
		PTE1P03	Eliminação progressiva de emissões, descargas e perdas de substâncias perigosas prioritárias	KTM15
		PTE1P04	Redução das emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias	KTM15
		PTE1P05	Definição de condicionantes a aplicar no licenciamento	KTM99
		PTE1P06	Reduzir a poluição por nutrientes provenientes da agricultura, incluindo pecuária	KTM02
		PTE1P07	Reduzir a poluição por pesticidas proveniente da agricultura	KTM03
		PTE1P08	Reduzir a poluição proveniente da atividade florestal	KTM22
		PTE1P09	Remediação de áreas contaminadas (poluição)	KTM04
		PTE1P10	Prevenir e/ou controlar a entrada de poluição proveniente de áreas urbanas, transportes e infraestruturas	KTM21
		PTE1P11	Locais de deposição de resíduos: aterros sanitários	KTM04
		PTE1P12	Explorações mineiras: medidas de minimização	KTM04
		PTE1P13	Áreas Aquícolas: medidas de minimização	KTM20
		PTE1P14	Drenagem urbana: regulamentação e/ou códigos de conduta para o uso e descarga em áreas urbanizadas	KTM21
		PTE1P15	Eliminar ou reduzir águas residuais não ligadas à rede de drenagem	KTM21
PTE2	Promoção da sustentabilidade das captações de água	PTE2P01	Uso eficiente da água, medidas técnicas para rega, indústria, energia e habitações	KTM08
		PTE2P02	Promover a aprovação de perímetros de proteção de captações	KTM13
		PTE2P03	Proteger as origens de água potável e reduzir o nível de tratamento necessário.	KTM13
		PTE2P04	Condicionantes a aplicar no licenciamento	KTM99
		PTE2P05	Controlar a recarga das águas subterrâneas	KTM99
PTE3	Minimização de alterações hidromorfológicas	PTE3P01	Promover a continuidade longitudinal	KTM05
		PTE3P02	Melhorar as condições hidromorfológicas das massas de água,	KTM06
		PTE3P03	Implementar regimes de caudais ecológicos	KTM07
		PTE3P04	Condicionantes a aplicar no licenciamento	KTM99
PTE4	Controlo de espécies exóticas e pragas	PTE4P01	Prevenir ou controlar os impactes negativos das espécies exóticas invasoras e introdução de pragas	KTM18
		PTE4P02	Prevenir ou controlar os impactes negativos da pesca e outras formas de exploração / remoção de animais e plantas	KTM20
PTE5	Minimização de riscos	PTE5P01	Minimizar riscos de inundação (nomeadamente medidas naturais de retenção de água)	KTM23
		PTE5P02	Adaptação às mudanças climáticas	KTM24
		PTE5P03	Medidas para combater a acidificação	KTM25
		PTE5P04	Reduzir os sedimentos provenientes da erosão do solo (incluindo floresta)	KTM17
		PTE5P05	Prevenção de acidentes de poluição	KTM15
		PTE5P06	Medidas para combater a erosão costeira	KTM24
PTE6		PTE6P01	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços urbanos	KTM09

EIXO		PROGRAMA DE MEDIDAS		
Código	Designação	Código	Designação	KTM
	Recuperação de custos dos serviços da água	PTE6P02	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação de custos dos serviços de água da indústria	KTM10
		PTE6P03	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação de custos dos serviços de água da agricultura	KTM11
PTE7	Aumento do conhecimento	PTE7P01	Investigação, melhoria da base de conhecimento para reduzir a incerteza	KTM14
PTE8	Promoção da sensibilização	PTE8P01	Elaboração de guias	KTM12
		PTE8P02	Sessões de divulgação	KTM12
PTE9	Adequação do quadro normativo	PTE9P01	Promover a fiscalização	KTM99
		PTE9P02	Adequar a monitorização	KTM14
		PTE9P03	Revisão legislativa	KTM99
		PTE9P04	Articular com objetivos das Diretivas <i>Habitats</i> e <i>Aves</i>	KTM99
		PTE9P05	Articular com objetivos da DQEM	KTM99
		PTE9P06	Gestão das bacias internacionais	KTM99
		PTE9P07	Articular com políticas setoriais	KTM99

As medidas foram caracterizadas em fichas que contemplaram as seguintes áreas:

1. Identificação
2. Enquadramento legal
3. Caracterização
4. Objetivos ambientais
5. Programação da medida
6. Financiamento da medida
7. Indicadores de acompanhamento

Nesta caracterização considera-se:

- a) As características que definem a medida, indicando os objetivos pretendidos;
- b) A incidência geográfica, identificando as massas de água em que, por aplicação das medidas, devem ocorrer melhoria dos parâmetros que determinam o estado das massas de água;
- c) A identificação dos efeitos que devem ser mitigados ou eliminados mediante a aplicação da medida;
- d) A programação física e financeira das medidas tendo em conta a avaliação económica, assim como as entidades responsáveis e os indicadores de monitorização.

Na Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (RH8) e para o período de vigência do PGRH, entre 2016 e 2021, foram definidas um total de 94 medidas, em que 62 são medidas regionais e 32 são medidas específicas. Em termos da tipologia de medidas foram definidas 31 medidas de base, 24 de âmbito regional e 7 medidas específicas, e 63 medidas suplementares, 38 de âmbito regional e 25 medidas específicas (Quadro 3.6 e Figura 3.8).

Quadro 3.6 – Número de medidas por âmbito

	Medidas Regionais	Medidas Específicas	Total de medidas
Medida de base	24	7	31
Medida suplementar	38	25	63
TOTAL	62	32	94

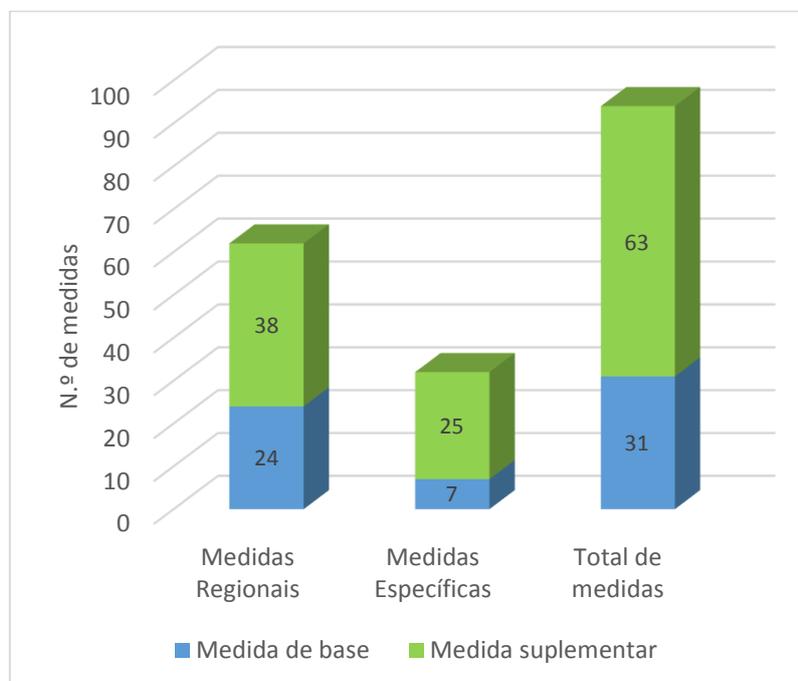


Figura 3.8 – Número de medidas por âmbito

No Quadro 3.7 e na Figura 3.9 apresenta-se o número de medidas por eixo, observando-se que o PTE1 é o que apresenta o maior número de medidas, com 37 medidas, seguida do PTE7 com 18 medidas.

Quadro 3.7 – Número de medidas por eixo

	PTE1	PTE2	PTE3	PTE4	PTE5	PTE6	PTE7	PTE8	PTE9	Total
Medida de base	15	1	2	0	2	2	4	0	5	31
Medida suplementar	22	9	4	2	7	0	14	2	3	63
TOTAL	37	10	6	2	9	2	18	2	8	94

PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

No que respeita às **medidas de base** e quanto à sua distribuição por eixo de medida, verifica-se que 15 (48%) das medidas estão integradas no eixo PTE1, enquanto o eixo PTE3 tem um total de 2 medidas, sendo 1

específica, e o eixo PTE9 tem um total de 5 medidas. Nos eixos PTE5, PTE6, PTE7 e PTE9 as medidas de base definidas são todas de âmbito regional.

Em relação às **medidas suplementares** e quanto à sua distribuição por eixos de medida verifica-se que 22 (35%) medidas estão integradas no eixo PTE1 (11 são específicas – 50%), enquanto o eixo PTE3 tem um total de 4 e os eixos PTE7 e PTE5 têm um total de 14 e 7 medidas, respetivamente. Nos eixos PTE8 e PTE9 as medidas suplementares definidas são todas de âmbito regional.

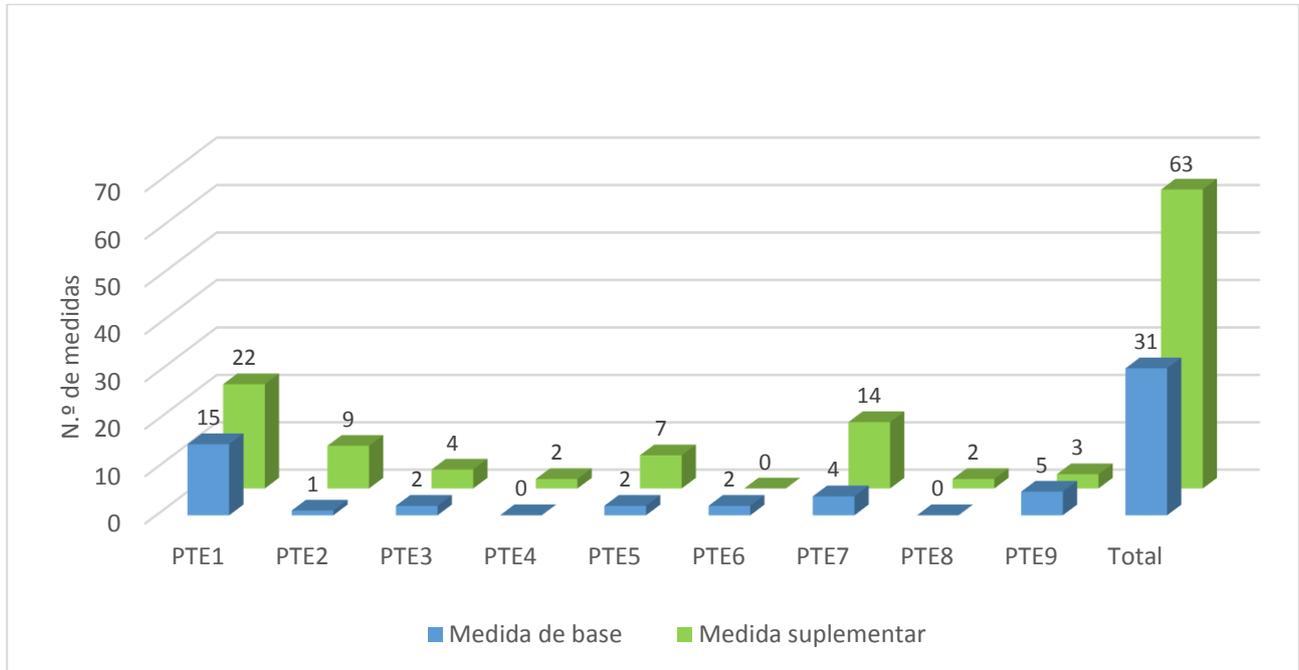
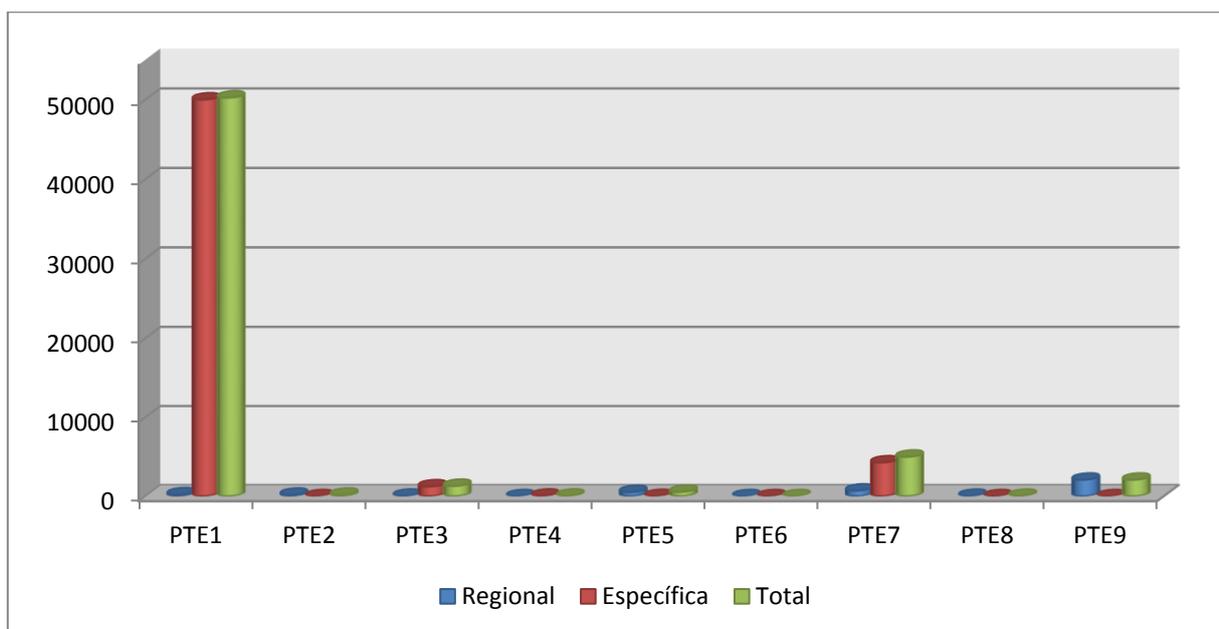


Figura 3.9 – Número de medidas por eixo

O custo total das 94 medidas propostas é de 59 547 200 €, em que as medidas de âmbito regional têm um custo de 3 891 500 € e as medidas específicas um custo de 55 655 700€, cerca de 93% do investimento total (Figura 3.10).



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

Figura 3.10 – Custo das medidas por eixo de medida previsto no PGRH em vigor (mil €)

Em termos de repartição de custos, 84% estão alocados ao eixo PTE1, seguindo-se o eixo PTE7 com 8%. O custo das medidas de âmbito regional concentra-se nos eixos PTE5 e PTE9, enquanto o custo das medidas mais operacionais associa-se ao eixo PTE1.

Analisando os custos totais por ano que foram previstos no PGRH em vigor o maior peso de investimento iria recair nos 2 primeiros anos (Figura 3.10).

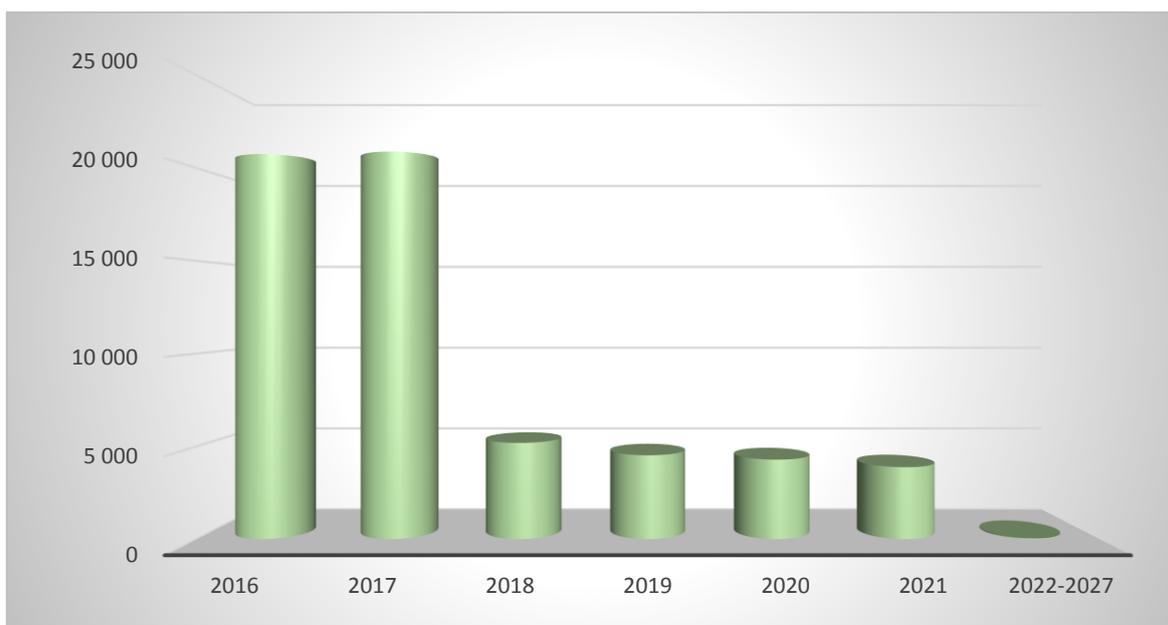


Figura 3.11 – Programação financeira das medidas prevista no PGRH em vigor(mil €)

Analisando os custos totais por fonte de financiamento verifica-se que, neste 2.º ciclo de planeamento o maior peso de investimento irá nos fundos comunitários, nomeadamente no POSEUR 2020.

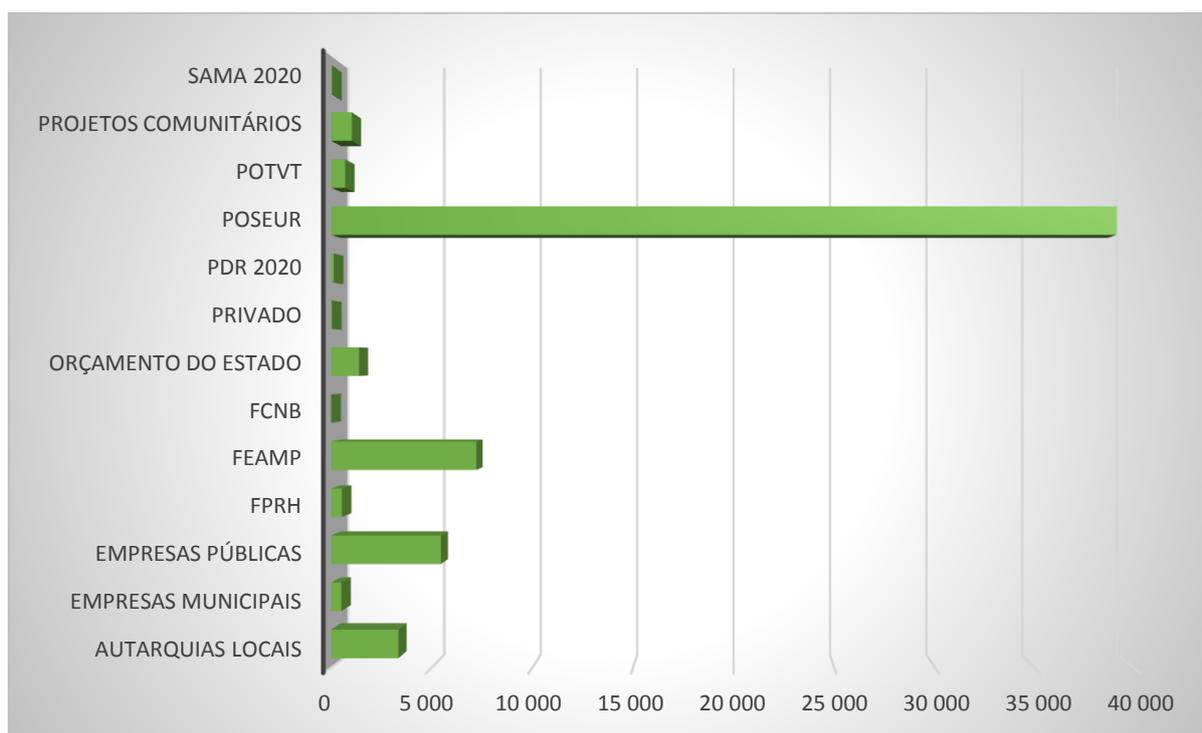


Figura 3.12 – Distribuição dos custos totais das medidas por financiamento previsto no PGRH em vigor (mil €)

Objetivos ambientais

Com aplicação das medidas previstas no PGRH pretendiam-se atingir os seguintes objetivos ambientais (Figura 3.13):

- Em 2015, para as águas superficiais, a proporção das massas de água que atingiu o bom estado/potencial foi de 70%, de acordo com as projeções efetuadas, esta proporção aumenta para 80% em 2021 e 100% em 2027, altura em que a proporção de massas de água com estado/potencial bom ou superior será total.
- Para as águas subterrâneas, a proporção das massas de água que atingiu o bom estado/potencial em 2015 foi de 84%, de acordo com as projeções efetuadas, esta proporção aumenta, para 92% em 2021 e 100% em 2027, altura em que a proporção de massas de água com estado/potencial bom ou superior será total.

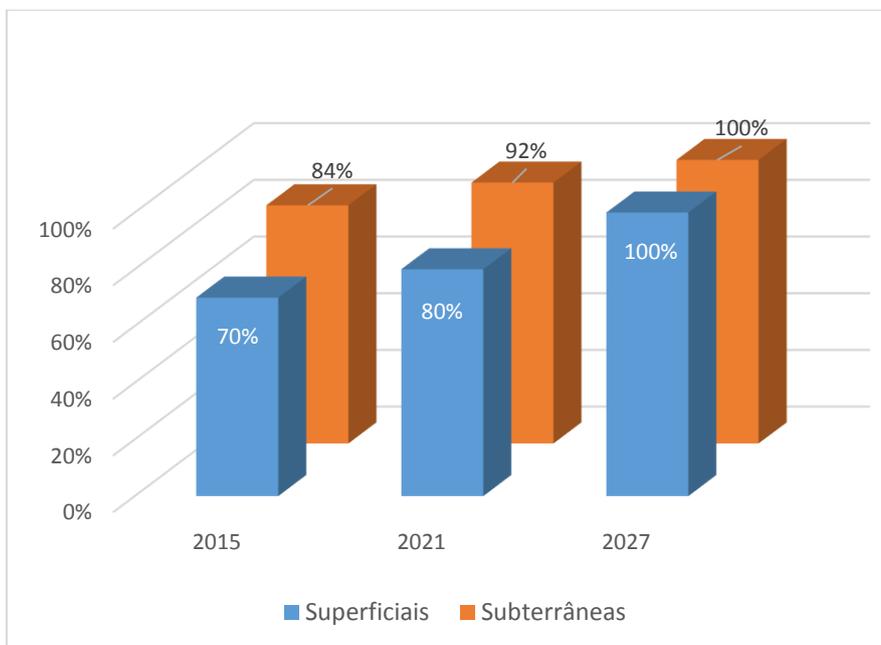


Figura 3.13 - Objetivos ambientais para as massas de água superficial e subterrânea

4. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO 2.º CICLO DE PLANEAMENTO 2016-2021

4.1. Avaliação do programa de medidas

O programa de medidas constitui uma das peças mais importantes do PGRH, atendendo a que define as ações, técnica e economicamente viáveis, que permitam atingir ou preservar o bom estado das massas de água.

A sua definição deve ter por base o conhecimento das relações entre causas e efeitos, numa abordagem combinada, de forma a desenvolver instrumentos de gestão que permitam avaliar as respostas do meio e as alterações das pressões que sobre ele são exercidas, nomeadamente pelas diferentes atividades socioeconómicas existentes.

A análise da avaliação das medidas divide-se em medidas regionais e medidas específicas, sendo numa primeira fase realizada uma análise da execução física seguida de uma execução financeira, e por último realiza-se o cálculo dos indicadores.

4.1.1. Medidas regionais

A programação física e financeira das medidas regionais foi estabelecida no PGRH e caracterizada ao nível de cada ficha de medida para o ciclo 2016-2021 (Anexos da Parte 6 do PGRH).

A análise realizada sobre o ponto de situação das medidas regionais baseou-se na informação das entidades responsáveis pelas medidas que forneceram o ponto de situação da sua implementação para os anos de 2016 e 2017. Na Figura 4.1 apresenta-se o número de medidas por entidade responsável pela sua implementação.

As medidas regionais foram analisadas em conjunto para todas as regiões hidrográficas (RH) sendo que muitas delas são mesmo de âmbito nacional e o seu ponto de situação é comum para todas as RH. Nos casos onde é aplicável ter resultados da implementação destas medidas por RH foi efetuada essa desagregação da informação.

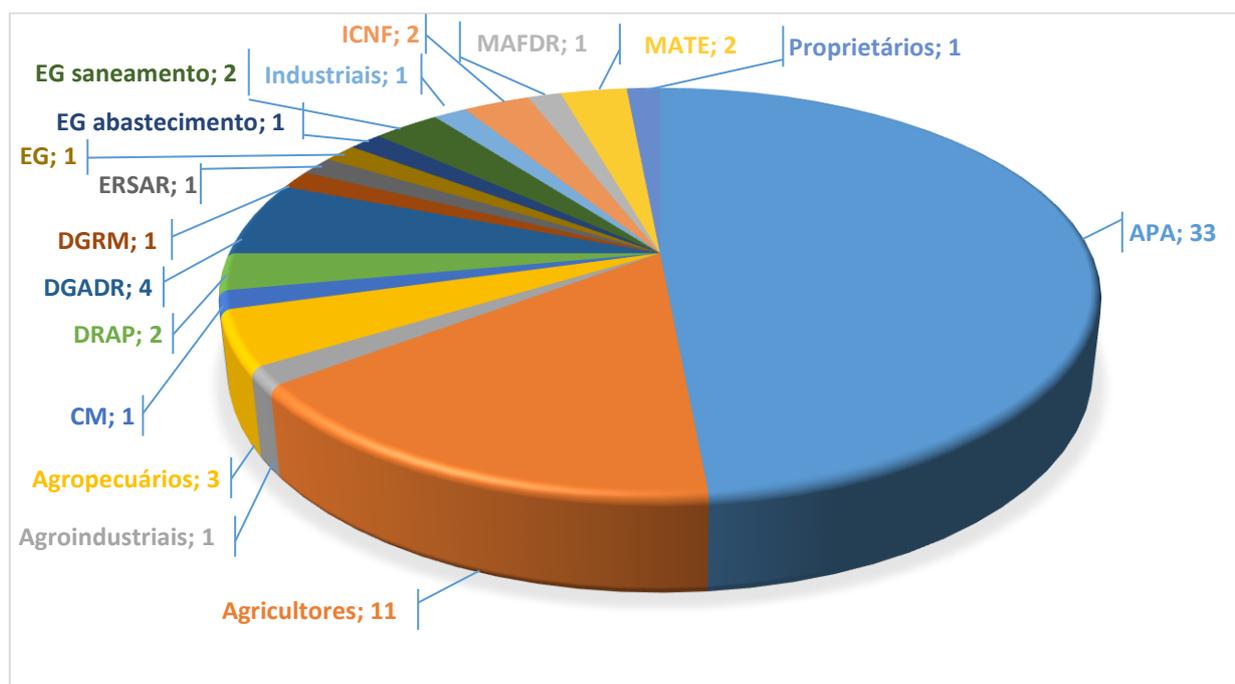


Figura 4.1 – Número de medidas regionais por entidade responsável

Pela análise do gráfico verifica-se que cerca de 49% das medidas são da responsabilidade da APA, sendo que o peso dos agricultores também é representativo, com cerca de 16% das medidas regionais, devido às medidas e ações constantes no PDR2020. A quando da definição do programa de medidas apenas eram conhecidos os eixos de financiamento do PDR2020 que poderiam, de alguma forma, contribuir para os objetivos do PGRH e por isso foram englobados nas medidas regionais atendendo que as candidaturas poderiam depois ser efetuadas em toda a região hidrográfica.

No Anexo I apresenta-se a tabela das entidades responsáveis (Tabela A) discriminado por medida.

4.1.1.1. Análise da execução física das medidas

A análise da execução física foi analisada para os anos de 2016 e 2017 e realizada a programação retificada para os restantes anos de implementação da medida. O ponto de situação foi classificado com base numa legenda explicada no Quadro 4.1.

Quadro 4.1 – Legenda aplicada para classificar o ponto de situação das medidas

Ponto de Situação	Descrição
Executada	Medida executada até 2017, inclusive.
Em execução	Medida iniciada até 2017, inclusive, cuja execução decorre durante o 2.º ciclo mas pode prolongar-se para o 3.º ciclo.
Executada em contínuo	Medida executada até 2017, inclusive, mas cuja execução é contínua.
Por executar	Medida a iniciar após 2017.
Adiada	Medida a iniciar antes de 2017, inclusive, e cuja programação foi adiada mas que será executada durante o 2.º ciclo dos PGRH.
Não executada neste ciclo	Medida que não vai ser executada no 2.º ciclo mas será executada no 3.º ciclo dos PGRH.
Não executada	Medida que não vai ser executada.

No Quadro 4.2 apresentam-se a síntese do ponto de situação da implementação de todas as medidas regionais por eixo de medida e na Figura 4.2 a nível de toda a região.

Quadro 4.2 – Ponto de situação das medidas regionais até final de 2017

Ponto de situação das medidas	N.º de medidas									Total
	PTE1	PTE2	PTE3	PTE4	PTE5	PTE6	PTE7	PTE8	PTE9	
Executada	1	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Em execução	9	5	2	0	4	1	4	1	3	29
Por executar	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Adiada	1	1	0	1	1	0	3	1	2	10
Não executada	4	1	1	0	1	0	2	0	0	9
Executada em contínuo	5	1	0	0	2	0	1	0	1	10
Não executada neste ciclo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	20	8	3	1	8	2	10	2	8	62

PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.



Figura 4.2 – Ponto de situação das medidas regionais

Constata-se que, em termos de ponto de situação da implementação das medidas em final de 2017, existem 5% de medidas executadas, 16% das medidas que são executadas em contínuo, uma vez que correspondem a tarefas contínuas da competência das próprias entidades, nomeadamente licenciamento, fiscalização e monitorização, e 47% de medidas em execução. Nesta fase, existem 2% de medidas por executar (que só terão início após 2018, inclusive) e 16% das medidas que foram adiadas, ou seja, que o seu início de execução foi atrasado. Nesta avaliação intercalar também se pode já concluir as medidas que não vão ser executadas por razões várias (14%).

Quanto às medidas que não vão ser executadas são genericamente medidas não aplicáveis a esta região e, por isso, não faz sentido a sua implementação, ou medidas do PDR2020 em que não houve candidaturas nesta região. A justificação para cada medida é apresentada no capítulo 4.3.

Existem situações de agregações de medidas, que estão especificadas no capítulo 4.3.

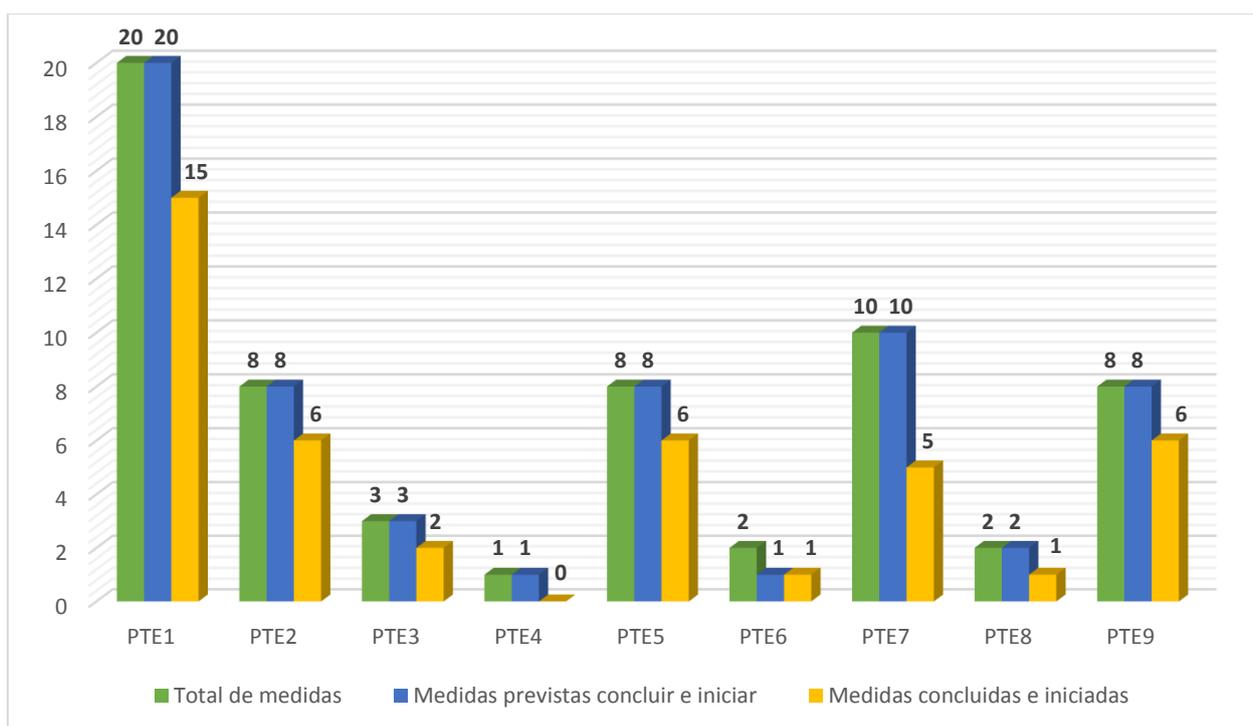
No Quadro 4.3 e na Figura 4.3 apresentam-se o grau de implementação das medidas regionais por eixo de medida face ao que estava previsto concluir e/ou iniciar até final de 2017. Daqui resulta o executado face ao previsto das medidas que foram efetivamente concluídas e/ou iniciadas no prazo previsto na programação das medidas no PGRH.

Quadro 4.3 – Grau de implementação das medidas regionais em final de 2017

Eixo de Medida	Total de medidas	Medidas previstas concluir	Medidas previstas iniciar	Medidas concluídas	Medidas iniciadas	Executado face ao previsto (%)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	20	1	19	6	9	75%
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	8	0	8	1	5	75%
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	3	1	2	0	2	67%

Eixo de Medida	Total de medidas	Medidas previstas concluir	Medidas previstas iniciar	Medidas concluídas	Medidas iniciadas	Executado face ao previsto (%)
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	1	0	1	0	0	0%
PTE5 – Minimização de riscos	8	0	8	2	4	75%
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	2	0	1	0	1	100%
PTE7 – Aumento do conhecimento	10	2	8	1	4	50%
PTE8 – Promoção da sensibilização	2	0	2	0	1	50%
PTE9 – Adequação do quadro normativo	8	0	8	3	3	75%
TOTAL	62	4	57	13	30	69%

Constata-se que, em termos do grau de implementação das medidas, existem 69% de medidas já concluídas e/ou iniciadas face ao previsto num total de 62 medidas, demonstrando que houve um atraso na execução de cerca de 31% das medidas e que existe um esforço ainda considerável para se conseguir implementar todas as medidas durante este ciclo.



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

Figura 4.3 – Grau de implementação das medidas regionais

Em termos dos eixos com maior execução foram o PTE1, PTE2, PTE5, PTE6 e o PTE9 e os eixos com menor execução foram o PTE3, o PTE4, o PTE7 e o PTE8. No entanto, há que ver o número de medidas em cada eixo

destacando-se o PTE1 com um maior número de medidas e com uma execução de 75%, seguida do PTE7 com 50% e com igual número de medidas o PTE9, o PTE2 e o PTE5 com 75%.

No Anexo I apresenta-se a tabela da execução física (Tabela B) das medidas regionais.

4.1.1.2. Análise da execução financeira das medidas

A análise da execução financeira foi realizada para os anos de 2016 e 2017 e com a respetiva retificação da programação para os restantes anos de implementação da medida. Os investimentos realizados e programados foram ainda desagregados entre componente nacional e componente comunitária de forma a conhecer qual o esforço financeiro do país na implementação destas medidas e quais os contributos do financiamento comunitário.

A análise comparativa baseou-se no investimento que estava programado no PGRH face ao investimento que está efetivamente a ser executado. Como o ponto de situação recai sobre os anos de 2016 e 2017 comparou-se a programação financeira que havia para esses anos e a execução financeira que ocorreu na realidade para esses mesmos anos. Posteriormente calculou-se a taxa de execução atual, ou seja, face ao investimento retificado o que já foi executado nestes dois anos para avaliar o esforço que ainda falta concretizar na implementação de cada uma das medidas.

Para as medidas relacionadas com as ações do PDR2020 não tinham sido incluídos, no PGRH aprovado em 2016, valores de investimento, por não ser possível, à data, estimar nem o número de candidaturas que seriam alvo de apoio deste programa, nem os investimentos que seriam elegíveis neste âmbito. Nesta fase de avaliação preliminar, os valores agora incluídos têm por base as ações do PDR2020 que tinham sido incluídas no programa de medidas, sendo que nem todas as intervenções que integram as candidaturas contribuem para a melhoria das massas de água. Na realidade, os projetos constantes nas candidaturas apresentam atividades diversas, que incluem desde construções até aspetos ambientais propriamente ditos, sendo impossível separar os investimentos da componente estritamente ambiental. Assim, com base na informação divulgada pelo *site* do PDR2020, foram selecionadas as candidaturas cujas intervenções estariam eventualmente relacionadas com a melhoria do estado quantitativo ou qualitativo das massas de água, tendo sido determinada uma percentagem que pode potencialmente contribuir para a componente ambiental (Quadro 4.4). Para algumas das operações do PDR2020 consideradas não foram apresentadas candidaturas (indicadas com sombreado a cinzento no quadro).

Quadro 4.4 – Medidas regionais relacionadas com as ações do PDR2020

Designação da Medida	Código da medida	PDR2020 Ação/Operação	N.º total de candidaturas	N.º de candidaturas selecionadas	Componente ambiental (%)
Promover a melhoria da gestão de efluentes agroindustriais	PTE1P02M01_RH	Ação 3.3 Operações 3.3.1 e 3.3.2	7	1	10%
Promover a melhoria da gestão de efluentes pecuários	PTE1P02M02_RH	Ação 3.2 Operação 3.2.1 e 3.2.2	184	4	10%
Adotar modos de produção sustentáveis	PTE1P06M05_RH	Ação 7.1; Operações 7.1.1 e 7.1.2; Operação 7.2.1	0	0	
Adotar sistemas de produção tradicionais/extensivos	PTE1P06M06_RH	Ação 7.3; Operações 7.3.1 e 7.3.2;	0	0	

Designação da Medida	Código da medida	PDR2020 Ação/Operação	N.º total de candidaturas	N.º de candidaturas selecionadas	Componente ambiental (%)
Melhorar a gestão da água e promover a eficiência da sua utilização no regadio	PTE2P01M01_RH	Ação 3.4; Operações 3.4.1 e 3.4.2; Ação 7.5; Operação 7.5.1	4	2	10%
Instalar, manter e recuperar galerias ripícolas e erradicar espécies invasoras lenhosas em áreas florestais e agroflorestais	PTE3P02M02_SUP_RH	Ação 7.10; Operação 7.10.2; Ação 7.11; Operação 7.11.1	0	0	
Promover a silvicultura sustentável	PTE5P01M02_RH	Ação 8.1; Operações 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.1.5	61	2	10%
Promover a conservação do solo	PTE5P04M01_RH	Ação 7.4; Operações 7.4.1 e 7.4.2 Operação 7.11.1	0	0	
Promover a inovação no sector agrícola	PTE7P01M02_RH	Área 1 Operação 1.0.1	0	0	
Promover a capacitação, divulgação e aconselhamento no sector agrícola	PTE8P02M01_RH	Ação 2.1; Operações 2.1.1. e 2.1.4; Ação 2.2 Operações 2.2.1. e 2.2.2;	6	0	

Descrição das ações/operações do PDR 2020:

- Ação 3.3. Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas; Operação 3.3.1. Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas; Operação 3.3.2. Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas.
- Ação 3.2. Investimento na Exploração Agrícola; Operação 3.2.1. Investimento na Exploração Agrícola; Operação 3.2.2. Pequenos investimento nas Explorações Agrícolas.
- Ação 7.1. Agricultura Biológica; Operação 7.1.1. Conversão para a Agricultura Biológica; Operação 7.1.2. Manutenção em Agricultura Biológica; Ação 7.2. Produção Integrada; Operação 7.2.1. Produção Integrada.
- Ação 7.3. Pagamentos Rede Natura; Operação 7.3.1. Pagamentos Rede Natura - Pagamento Natura; Operação 7.3.2. Pagamentos Rede Natura - Apoios Zonais de Carácter Agroambiental.
- Ação 3.4. Infraestruturas Coletivas; Operação 3.4.1. Desenvolvimento do Regadio Eficiente; Operação 3.4.2. Melhoria da Eficiência dos Regadios Existentes; Ação 7.5. Uso Eficiente da Água (Portaria 50/2015, de 25-02, art.º 20.º); Operação 7.5.1. Uso Eficiente da Água; b) Melhorar a gestão da água, dos adubos e dos pesticidas; c) Melhorar a eficiência na utilização da água pelo sector agrícola.
- Ação 7.10. Silvoambientais; Operação 7.10.2. Manutenção e Recuperação de Galerias Ripícolas; Ação 7.11. Investimentos não produtivos; Operação 7.11.1. Investimentos não produtivos.
- Ação 8.1. Silvicultura Sustentável; Operação 8.1.1. Florestação de Terras Agrícolas e não Agrícolas; Operação 8.1.2. Instalação de Sistemas Agroflorestais; Operação 8.1.3. Prevenção da Floresta contra Agentes Bióticos e Abióticos; Operação 8.1.4. Restabelecimento da Floresta Afetada por Agentes

Bióticos e Abióticos ou por Acontecimentos Catastróficos; Operação 8.1.5. Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental das Florestas.

- Ação 7.4. Conservação do Solo; Operação 7.4.1. Conservação do Solo – Sementeira; Operação 7.4.2. Conservação do Solo - Enrelvamento da Entrelinha de Culturas Permanentes.
- Área 1. Inovação; Operação 1.0.1 - Grupos operacionais.
- Ação 2.1. Capacitação e Divulgação; Operação 2.1.1. Ações de Formação; Operação 2.1.2. Atividades de Demonstração; Operação 2.1.3. Intercâmbios de Curta Duração e Visitas a Explorações Agrícolas e Florestais; Operação 2.1.4. Ações de Informação; Ação 2.2. Aconselhamento; Operações 2.2.1. Apoio ao fornecimento de serviços de aconselhamento agrícola e florestal; Operação 2.2.2. Apoio à criação de serviços de aconselhamento.

No Quadro 4.5 e na Figura 4.4 apresenta-se a síntese da execução financeira das medidas regionais.

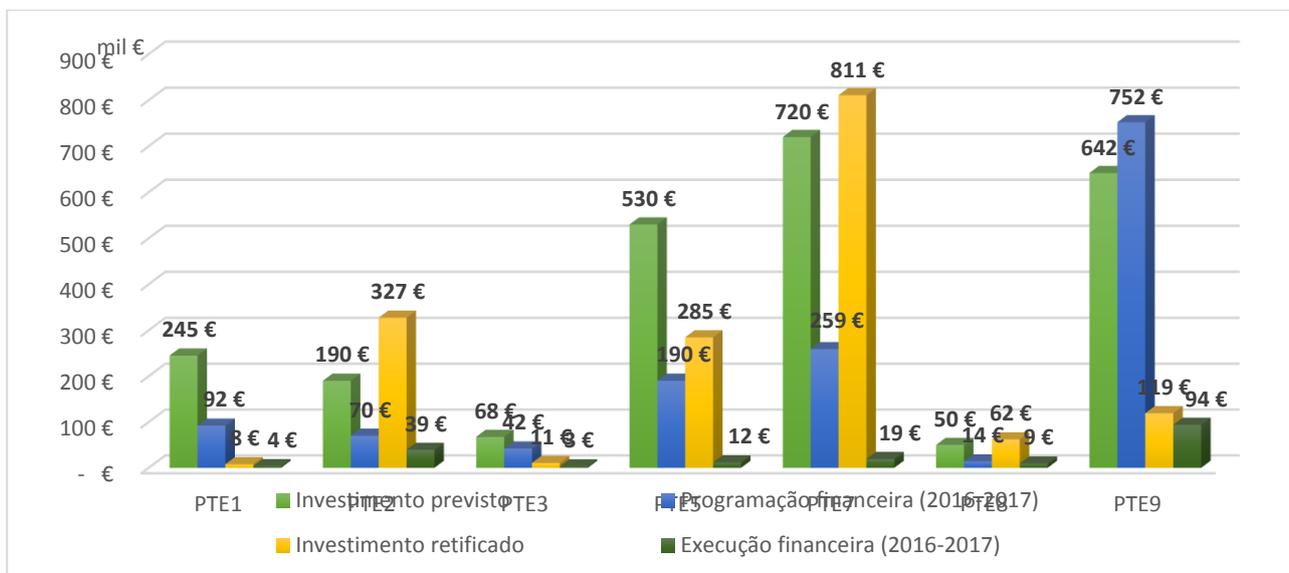
Quadro 4.5 – Execução financeira das medidas regionais até ao final de 2017

Eixo de Medida	Total de medidas	Investimento previsto (mil €)	Programação financeira (2016-2017) (mil €)	Investimento retificado (mil €)	Execução financeira (2016-2017) (mil €)	Taxa de execução (%)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	20	245 €	92 €	8 €	4 €	48%
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	8	190 €	70 €	327 €	39 €	12%
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	3	68 €	42 €	11 €	3 €	30%
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	1	- €	- €	- €	- €	
PTE5 – Minimização de riscos	8	530 €	190 €	285 €	12 €	4%
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	2	- €	- €	- €	- €	
PTE7 – Aumento do conhecimento	10	720 €	259 €	811 €	19 €	2%
PTE8 – Promoção da sensibilização	2	50 €	14 €	62 €	9 €	15%
PTE9 – Adequação do quadro normativo	8	642 €	752 €	119 €	94 €	79%
TOTAL	62	2 444 €	1 419 €	1 623 €	180 €	11%

Constata-se que, em termos globais o investimento retificado é inferior ao investimento programado.

Em termos globais a taxa de execução financeira 2016-2017 face ao total do investimento global ronda os 11%, o que representa um esforço diminuto face ao que é necessário para se conseguir implementar todas as medidas durante este ciclo.

À primeira vista parece que esta taxa de execução de 11% difere muito do grau de implementação física das medidas de 69%, no entanto ressalva-se que esta taxa incide no que já foi liquidado nos anos de 2016 e 2017 relativamente ao total que falta executar em termos financeiros enquanto os 69% representa as medidas que já foram concluídas e/ou iniciadas face ao previsto.



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

Figura 4.4 – Execução financeira das medidas regionais.

Em termos dos eixos com maior diferença no investimento retificado face ao investimento previsto, sendo ligeiramente superior, foram o PTE2 e o PTE7 e os eixos em que o investimento retificado é inferior ao investimento previsto foram o PTE1, PTE3, PTE5, PTE8 e o PTE9. Quanto à execução financeira 2016-2017 face ao total do investimento retificado os eixos com maior taxa de execução são o PTE9 com 79% e o PTE1 com 48%.

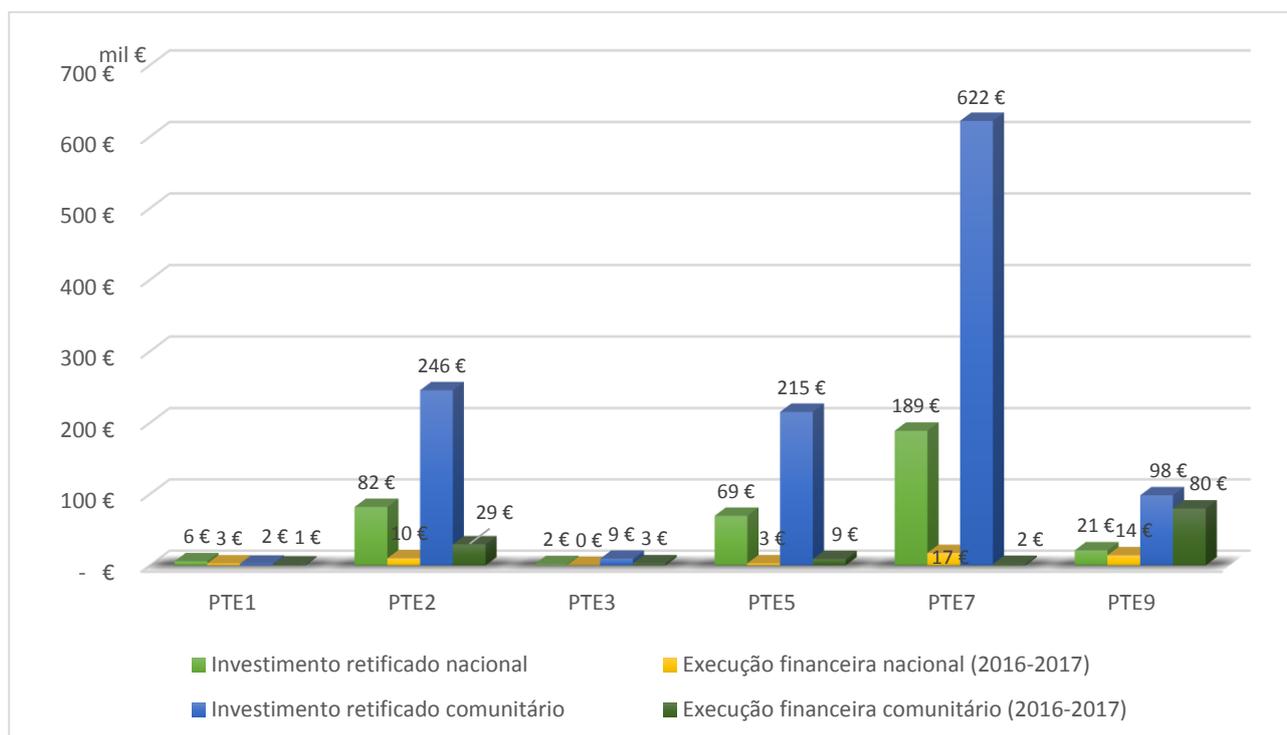
De forma a avaliar a repartição dos investimentos previstos e já efetuados pelas diferentes fontes de financiamento fez-se a separação entre a componente nacional e comunitária por eixo de medida (Quadro 4.6), cujos resultados estão apresentados nas Figura 4.5.

Quadro 4.6 – Desagregação da execução financeira pela componente nacional e componente comunitária

Eixo de Medida	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitário (2016-2017) (mil €)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	6 €	2 €	3 €	1 €
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	82 €	246 €	10 €	29 €
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	2 €	9 €	0 €	3 €
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	- €	- €	- €	- €
PTE5 – Minimização de riscos	69 €	215 €	3 €	9 €
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	- €	- €	- €	- €
PTE7 – Aumento do conhecimento	189 €	622 €	17 €	2 €
PTE8 – Promoção da sensibilização	- €	- €	- €	- €
PTE9 – Adequação do quadro normativo	21 €	98 €	14 €	80 €

Eixo de Medida	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitário (2016-2017) (mil €)
TOTAL	368 €	1 193 €	47 €	124 €

Constata-se que, em termos globais o investimento comunitário é superior ao investimento nacional representando cerca de 75% do investimento total o que mostra a importância dos fundos comunitários na implementação das medidas. A execução financeira para 2016-2017 apresenta um paralelismo com 71% comunitário e 29% nacional, relativamente ao total já executado. Em cada componente, a execução foi de cerca de 11% na componente comunitária e cerca de 13% na componente nacional.



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

Figura 4.5 – Desagregação da execução financeira pela componente nacional e componente comunitária

As maiores participações comunitárias observam-se nos eixos PTE2, PTE5 e PTE7. Em termos de execução financeira em 2016-2017, a componente nacional teve uma taxa de execução maior no eixo PTE9 com cerca de 67% mas com mais expressão numérica no PTE1 com cerca de 48% e na componente comunitária teve também uma taxa de execução maior no eixo PTE9 com cerca de 81%, seguida do PTE1 com 48%.

No Anexo I apresenta-se a tabela da execução financeira (Tabela C) das medidas regionais.

4.1.1.3. Análise de indicadores de monitorização das medidas

A monitorização das medidas foi estabelecida no PGRH, através de indicadores associados a cada medida com uma breve caracterização, que inclui as metas previstas, a periodicidade e as entidades responsáveis pelo cálculo desses indicadores.

A análise que foi realizada baseou-se na informação recolhida junto das entidades responsáveis pelos indicadores das medidas e foi efetuado o cálculo dos resultados dos indicadores.

No caso das medidas regionais, o cálculo dos indicadores foi realizado consoante o tipo de indicador que foi selecionado para avaliar a monitorização da medida, sendo sempre uma percentagem que pode resultar de um número face ao seu o universo que se pretende atingir e ainda outros que na prática são iguais à execução física da medida.

Em termos de uma avaliação agregada por eixo de medida, e uma vez que os indicadores apresentavam métricas diferentes, optou-se por uma análise qualitativa, realizando uma contagem das medidas que já cumpriram em 100%, as que cumpriram em 50% e as que estão abaixo dos 50%.

No Quadro 4.7 e na Figura 4.6 apresentam-se a síntese dos resultados dos indicadores das medidas regionais.

Quadro 4.7 – Grau de implementação dos indicadores das medidas regionais até final de 2017

Eixo de Medida	Total de medidas	Total de indicadores	Resultados	Resultados <50%	Resultados >50%	Resultados 100%
PTE1 – redução ou eliminação de cargas poluentes	20	20	20	11	4	3
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	8	8	8	4	4	0
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	3	3	3	2	0	0
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	1	1	1	1	0	0
PTE5 – Minimização de riscos	8	8	8	4	0	3
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	2	2	2	1	1	0
PTE7 – Aumento do conhecimento	10	10	10	8	0	1
PTE8 – Promoção da sensibilização	2	2	2	2	0	0
PTE9 – Adequação do quadro normativo	8	8	8	5	1	2
TOTAL	62	62	62	38	10	9

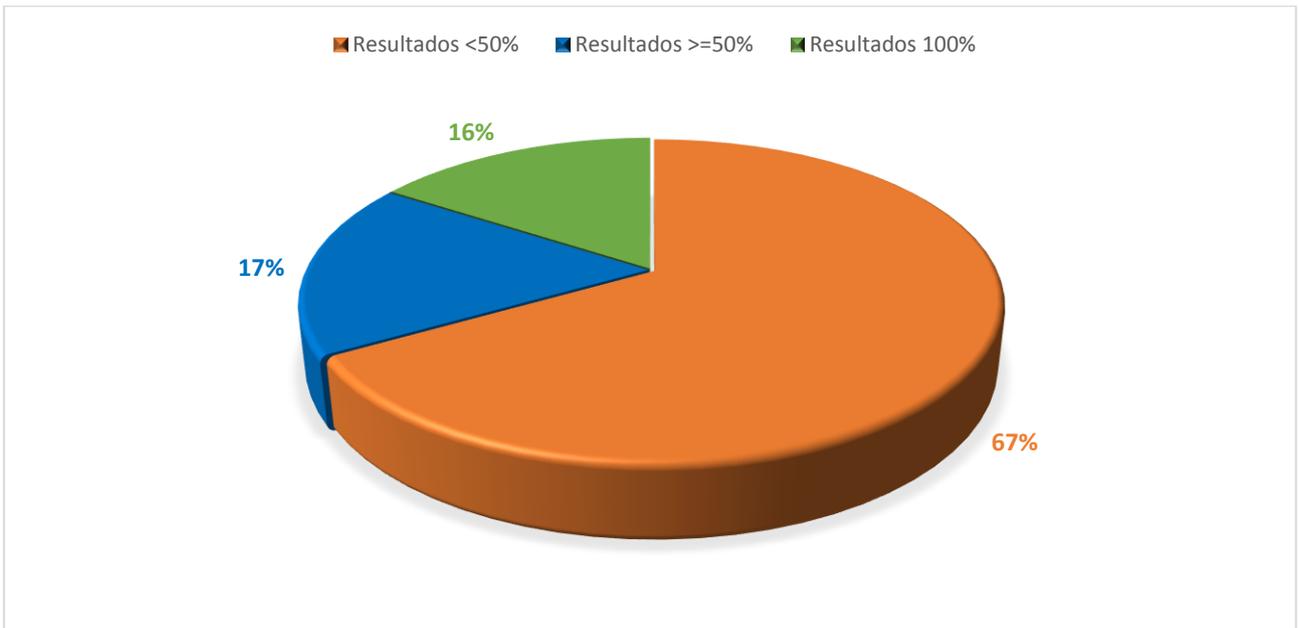


Figura 4.6 – Grau de implementação dos indicadores das medidas regionais

Num total de 62 resultados verifica-se que 16% das medidas já atingiram os 100%, sendo que muitas destas medidas são de execução em contínuo, e que 67% das medidas ainda estão abaixo dos 50% de realização.

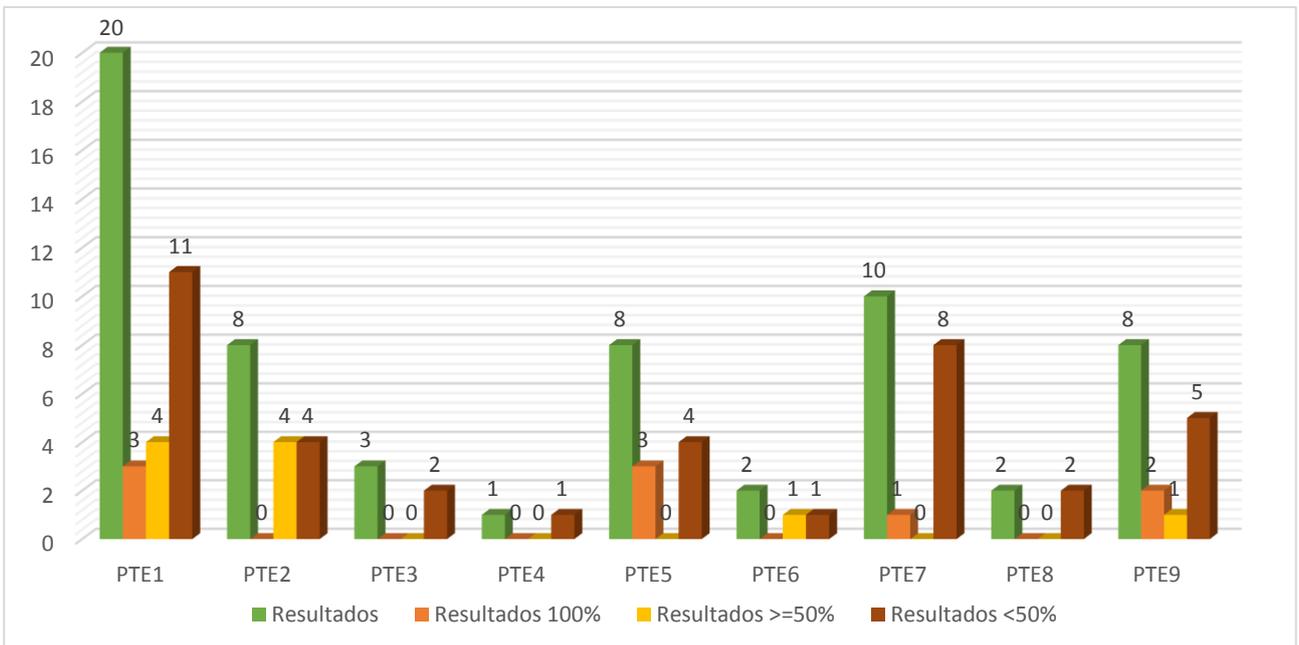


Figura 4.7 – Grau de implementação dos indicadores das medidas regionais por eixo de medida

Neste gráfico verifica-se que os eixos que apresentam maior realização de indicadores a 100% são os PTE5 com 38% e PTE9 com 25%, seguido dos PTE1 com 15% e PTE7 com 10%, existindo eixos que, nesta fase, não têm ainda resultados de indicadores acima de 50%, como seja, os eixos PTE3, PTE4 e PTE8.

No Anexo I apresenta-se a tabela dos indicadores (Tabela D) das medidas regionais.

4.1.2. Medidas específicas

A programação física e financeira das medidas específicas foi estabelecida no PGRH e caracterizada ao nível de cada ficha de medida para o ciclo 2016-2021 (Anexos da Parte 6 do PGRH).

A análise realizada sobre o ponto de situação das medidas específicas baseou-se na informação das entidades responsáveis pelas medidas que forneceram o ponto de situação da sua implementação para os anos de 2016 e 2017.

As medidas específicas foram analisadas para esta região hidrográfica, sendo medidas que incidem diretamente sobre as pressões significativas identificadas nas massas de água.

Na Figura 4.8 apresenta-se o número de medidas por entidade responsável pela sua implementação.

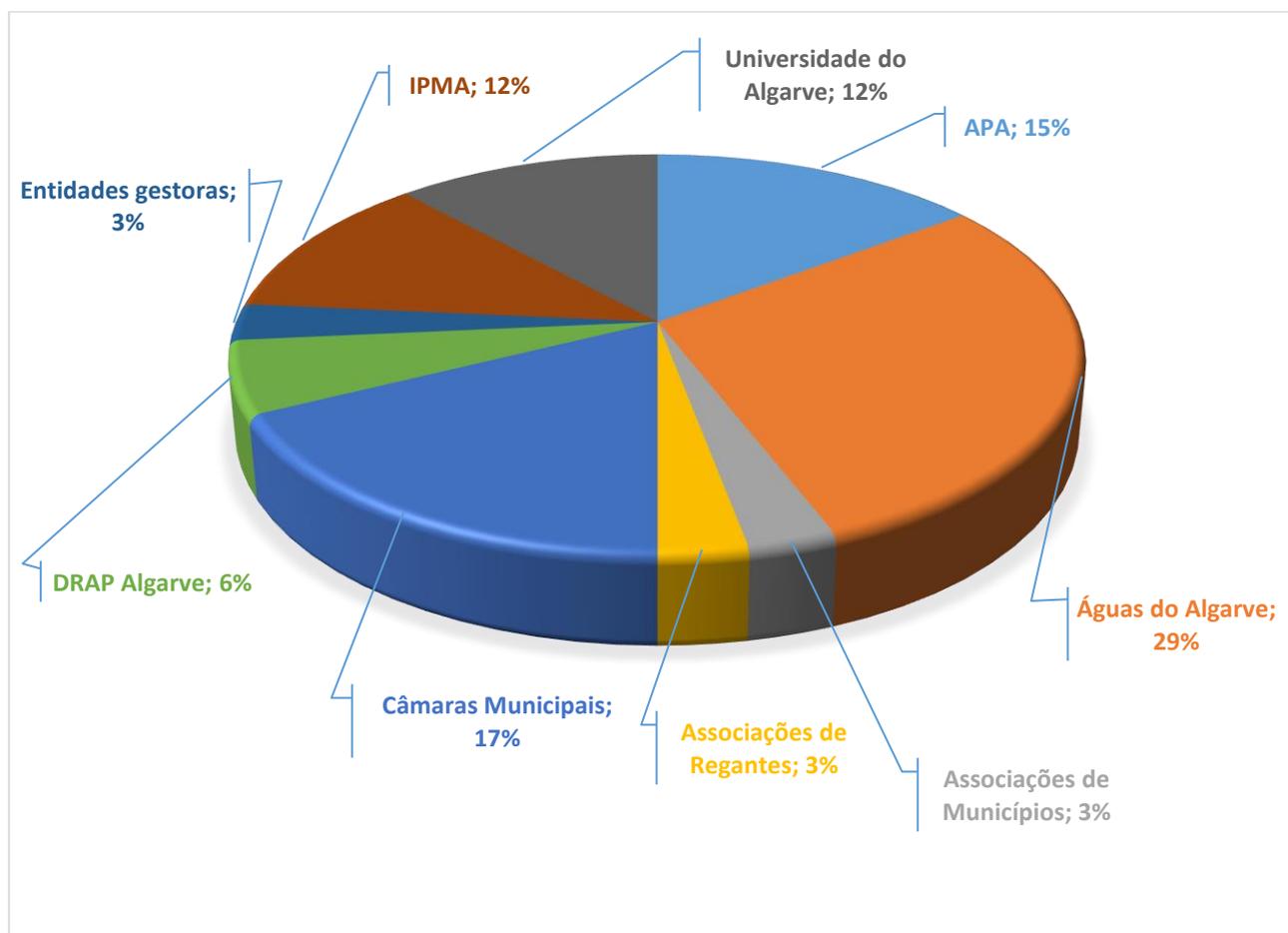


Figura 4.8 – Número de medidas específicas por entidade responsável

Pela análise do gráfico verifica-se que cerca de 53% das medidas são do setor urbano em que Águas do Algarve representam 56% das medidas desse setor. Relativamente ao setor da investigação são cerca de 24% do total de medidas.

No Anexo II apresenta-se a tabela das entidades responsáveis (Tabela E) discriminado por medida.

4.1.2.1. Análise da execução física das medidas

A análise da execução física foi analisada para os anos de 2016 e 2017 e realizada a programação retificada para os restantes anos de implementação da medida. O ponto de situação foi classificado com base numa legenda que está explicada no Quadro 4.8.

Quadro 4.8 – Legenda aplicada para classificar o ponto de situação das medidas

Ponto de Situação	Descrição
Executada	Medida executada até 2017, inclusive.
Em execução	Medida iniciada até 2017, inclusive, cuja execução decorre durante o 2.º ciclo mas pode prolongar-se para o 3.º ciclo.
Executada em contínuo	Medida executada até 2017, inclusive, mas cuja execução é contínua.
Por executar	Medida a iniciar após 2017.
Adiada	Medida a iniciar antes de 2017, inclusive, e cuja programação foi adiada mas que será executada durante o 2.º ciclo dos PGRH.
Não executada neste ciclo	Medida que não vai ser executadas no 2.º ciclo mas será executada no 3.º ciclo do PGRH.
Não executada	Medida que não vai ser executada.

No Quadro 4.9 e na Figura 4.9 apresentam-se a síntese do ponto de situação da implementação de todas as medidas específicas, independentemente do previsto face ao realizado.

Quadro 4.9 – Ponto de situação das medidas específicas por eixo até final de 2017

Ponto de situação das medidas	N.º de medidas								TOTAL
	PTE1	PTE2	PTE3	PTE4	PTE5	PTE7	PTE8	PTE9	
Executada	6	0	0	0	0	0	0	0	6
Em execução	9	2	1	1	1	4	0	0	18
Por executar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adiada	0	0	2	0	0	2	0	0	4
Não executada	2	0	0	0	0	1	0	0	3
Executada em contínuo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não executada neste ciclo	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Total	17	2	3	1	1	8	0	0	32

PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

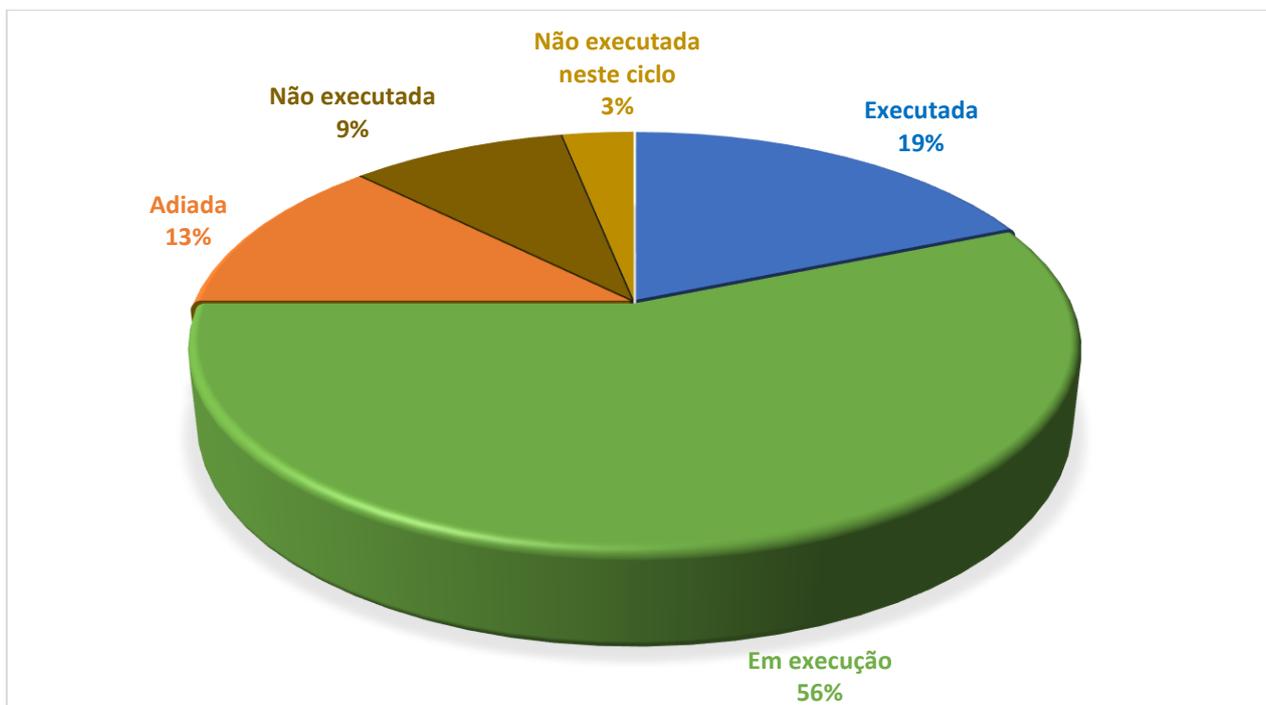


Figura 4.9 – Ponto de situação das medidas específicas

Constata-se que, em termos de ponto de situação da implementação das medidas em final de 2017, existem 19% de medidas executadas e 56% de medidas em execução. Nesta fase, existem 13% das medidas que foram adiadas, ou seja, que o seu início de execução foi atrasado. Nesta avaliação intercalar também se pode já concluir as medidas que não vão ser executadas neste ciclo (3%) e aquelas que não vão ser de todo executadas por razões várias (9%).

Quanto às medidas que não vão ser executadas a justificação para cada medida é apresentada no capítulo 4.3.

Relativamente à medida que não vai ser executada neste ciclo é:

- PTE7P01M10_SUP_RH8 - Monitorização da qualidade das águas costeiras através de microrganismos como complemento aos procedimentos decorrentes da DQA. Não houve fonte de financiamento, tendo sido considerado não prioritário. Improvável que até 2020 haja uma chamada de financiamento que permita implementar o projeto.

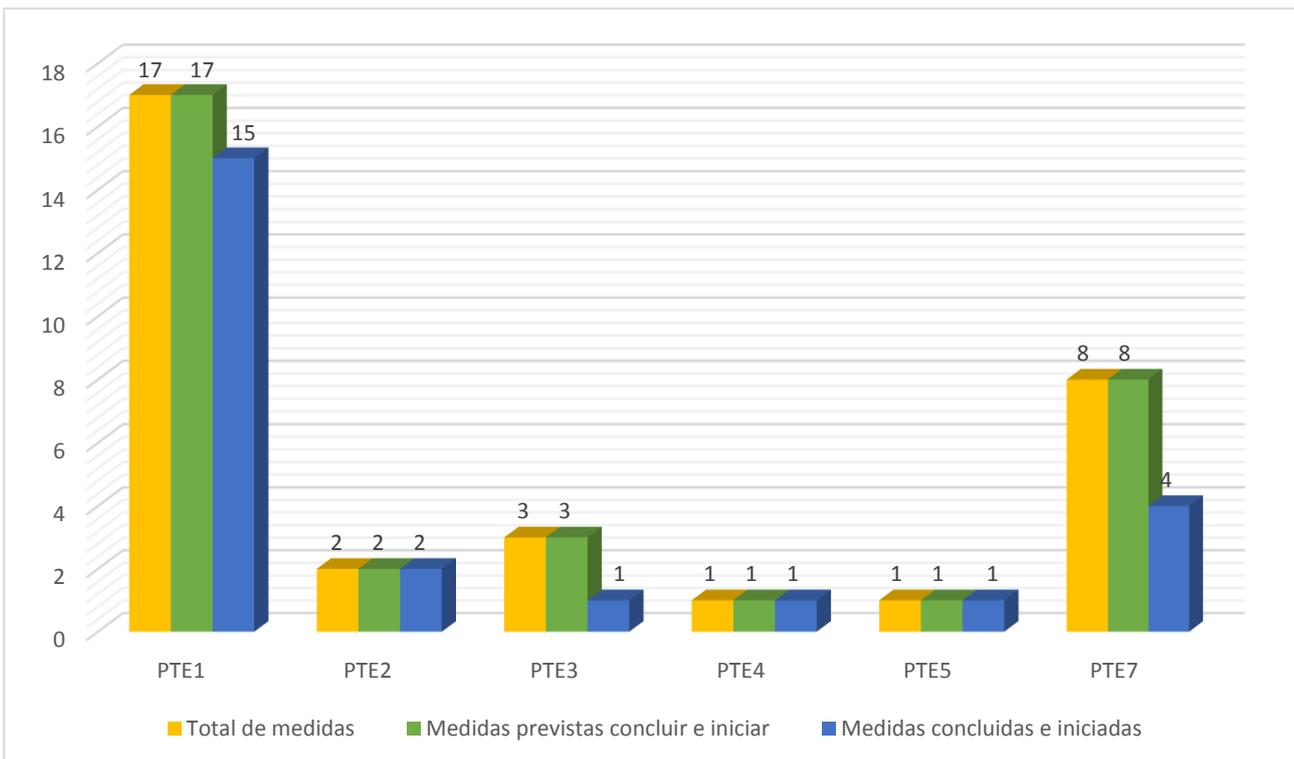
No Quadro 4.10 e Figura 4.10 apresentam-se o grau de implementação das medidas específicas por eixo de medida face ao que estava previsto concluir e/ou iniciar até final de 2017. Daqui resulta o executado face ao previsto das medidas que foram efetivamente concluídas e/ou iniciadas no prazo previsto na programação das medidas no PGRH.

Quadro 4.10 – Grau de implementação das medidas específicas em final de 2017

Eixo de Medida	Total de medidas	Medidas previstas concluir	Medidas previstas iniciar	Medidas concluídas	Medidas iniciadas	Executado face ao previsto (%)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	17	9	8	6	9	88%
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	2	0	2	0	2	100%
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	3	0	3	0	1	33%

Eixo de Medida	Total de medidas	Medidas previstas concluir	Medidas previstas iniciar	Medidas concluídas	Medidas iniciadas	Executado face ao previsto (%)
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	1	0	1	0	1	100%
PTE5 – Minimização de riscos	1	0	1	0	1	100%
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	0	0	0	0	0	
PTE7 – Aumento do conhecimento	8	1	7	0	4	50%
PTE8 – Promoção da sensibilização	0	0	0	0	0	
PTE9 – Adequação do quadro normativo	0	0	0	0	0	
TOTAL	32	10	22	6	18	75%

Constata-se que, em termos do grau de implementação das medidas, existem 75% de medidas já concluídas e/ou iniciadas face ao previsto num total de 32 medidas, demonstrando que houve um atraso na execução de cerca de 25% das medidas e que existe ainda um esforço adicional para se conseguir implementar todas as medidas durante este ciclo. Chama-se a atenção que não foram definidas medidas específicas para os eixos PTE6, PTE8 e PTE9 para esta região.



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

Figura 4.10 – Grau de implementação das medidas específicas

Em termos dos eixos com maior execução foram o PTE2, PTE4 e o PTE5, mas que tinham uma ou duas medidas, e os eixos com menor execução foram o PTE7 e o PTE3. Assim, há que ver o número de medidas

em cada eixo destacando-se o PTE1 com um maior número de medidas, num total de 17 medidas que deveriam ter concluído e/ou iniciado nesta fase, e com uma execução de 88%, seguida do PTE7 com 8 medidas e uma execução de 50%.

No Anexo II apresenta-se a tabela da execução física (Tabela F) das medidas específicas.

4.1.2.2. Análise da execução financeira das medidas

A análise da execução financeira foi efetuada para os anos de 2016 e 2017 e realizada a programação retificada para os restantes anos de implementação da medida. Os investimentos realizados e programados foram ainda desagregados entre componente nacional e componente comunitária de forma a se conhecer qual o esforço financeiro do país na implementação destas medidas.

A análise comparativa baseou-se no investimento que estava programado no PGRH face ao investimento que está efetivamente a ser executado. Como o ponto de situação recai sobre os anos de 2016 e 2017 comparou-se a programação financeira que havia para esses anos e a execução financeira que ocorreu na realidade para esses mesmos anos. Posteriormente calculou-se a taxa de execução atual, ou seja, face ao investimento retificado o que já foi executado nestes dois anos para se ter uma ideia do esforço que ainda falta concretizar na implementação das medidas.

Relativamente às medidas relacionadas com candidaturas do POSEUR, e com base em informação disponibilizada pela autoridade de gestão, foram analisados os montantes aprovados, elegíveis e comparticipados por ano, assim como os montantes executados em 2016 e 2017 da componente comunitária.

No Quadro 4.11 e nas Figura 4.11 e Figura 4.12 apresentam-se a síntese da execução financeira das medidas específicas.

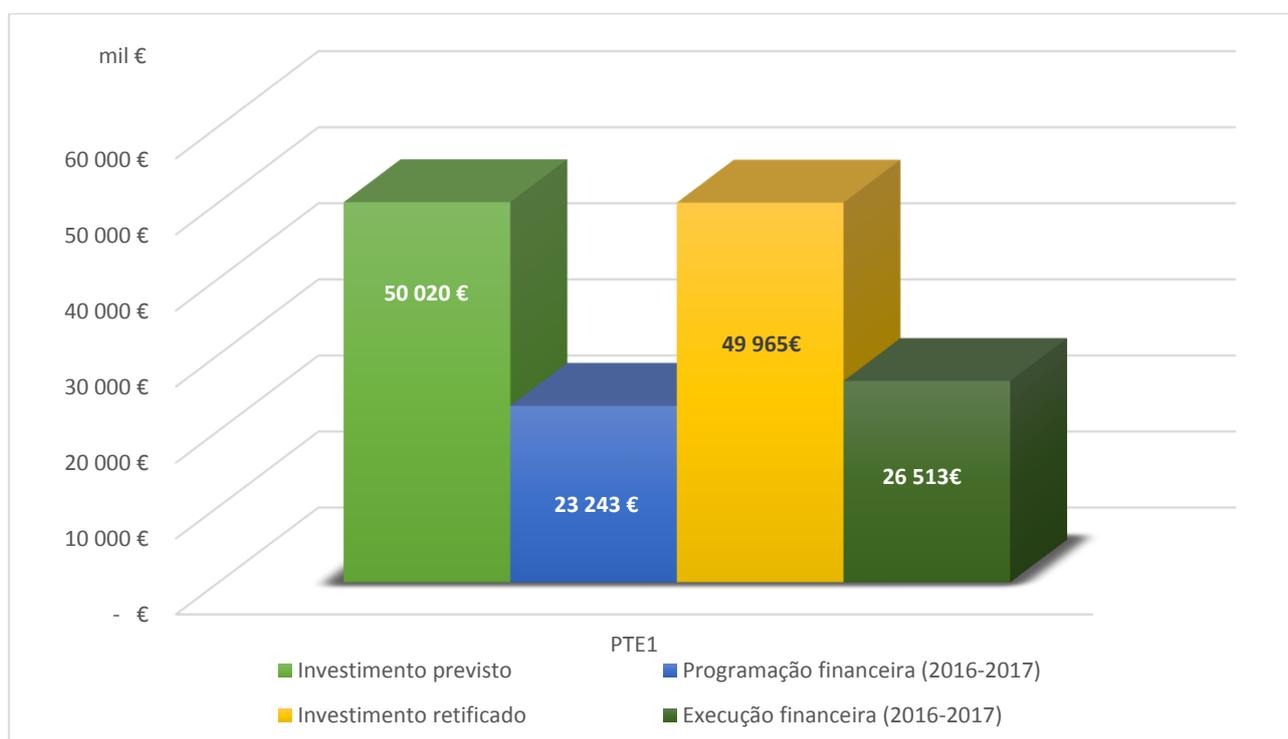
Quadro 4.11 – Execução financeira das medidas específicas até final de 2017

Eixo de Medida	Total de medidas	Investimento previsto (mil €)	Programação financeira (2016-2017) (mil €)	Investimento retificado (mil €)	Execução financeira (2016-2017) (mil €)	Taxa de execução (%)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	17	50 020 €	23 243 €	49 965 €	26 513€	53%
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	2	- €	- €	- €	- €	
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	3	1 245 €	554 €	522 €	2 €	0%
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	1	77 €	19 €	77 €	- €	0%
PTE5 – Minimização de riscos	1	30 €	10 €	368 €	338 €	92%
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	0	- €	- €	- €	- €	
PTE7 – Aumento do conhecimento	8	4 283 €	948 €	2 039 €	599 €	29%
PTE8 – Promoção da sensibilização	0	- €	- €	- €	- €	
PTE9 – Adequação do quadro normativo	0	- €	- €	- €	- €	
TOTAL	32	55 655 €	24 774 €	52 971 €	27 452 €	52%

Constata-se que, em termos globais o investimento retificado é ligeiramente inferior ao investimento programado.

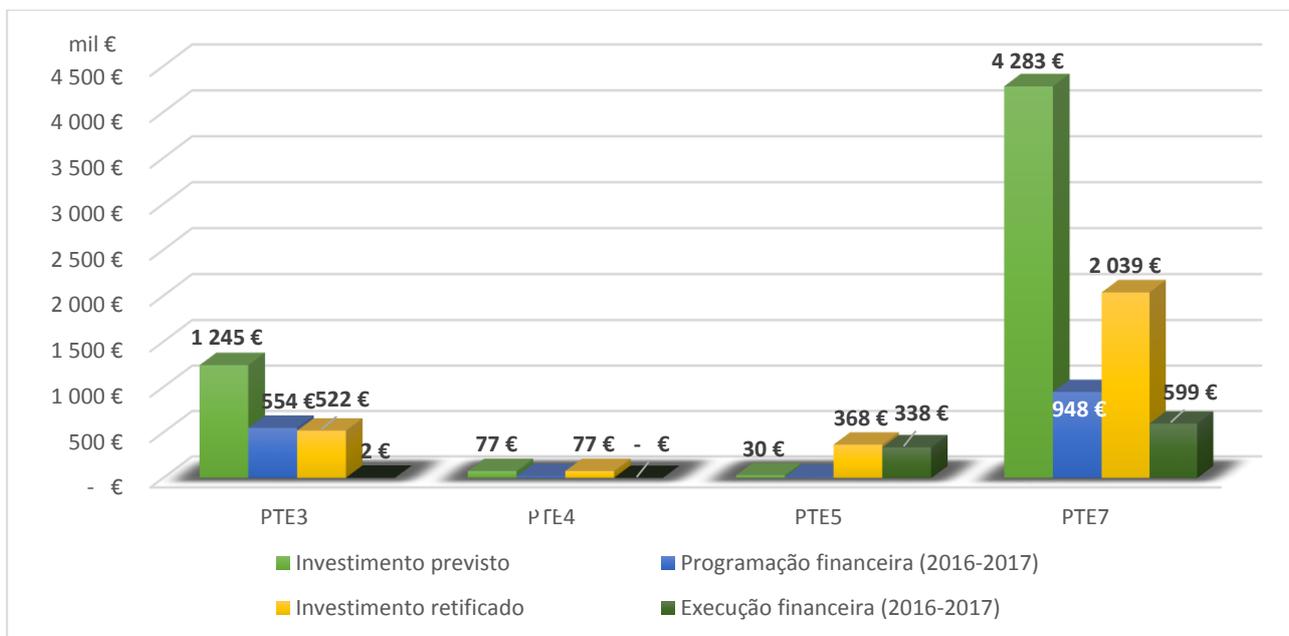
Em termos globais a taxa de execução financeira 2016-2017 face ao total do investimento global ronda os 52%, o que representa que já houve um esforço financeiro considerável e que falta ainda cerca de metade do investimento para se conseguir implementar todas as medidas durante este ciclo.

Numa primeira análise parece que esta taxa de execução de 52% difere muito do grau de implementação física das medidas de 75%, no entanto ressalva-se que esta taxa incide no que já foi liquidado nos anos de 2016 e 2017 relativamente ao total que falta executar em termos financeiros enquanto os 75% representa as medidas que já foram concluídas e/ou iniciadas face ao previsto.



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

Figura 4.11 – Execução financeira das medidas específicas nos eixos PTE1



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

Figura 4.12 – Execução financeira das medidas específicas nos eixos PTE3, PTE4, PTE5 e PTE7

Em termos dos eixos o investimento retificado face ao investimento previsto foi bastante semelhante no eixo PTE1 mas inferior nos eixos PTE3 e PTE7, enquanto no PTE5 que foi superior.

Quanto à execução financeira 2016-2017 face ao total do investimento retificado, os eixos com maior taxa de execução são o PTE5 com 92% e o PTE1 com 53%.

De forma a avaliar a repartição dos investimentos previstos e já efetuados pelas diferentes fontes de financiamento entre a componente nacional e comunitária por eixo de medida (Quadro 4.12), cujos resultados estão apresentados no Quadro 4.12 e nas Figura 4.13 e Figura 4.14.

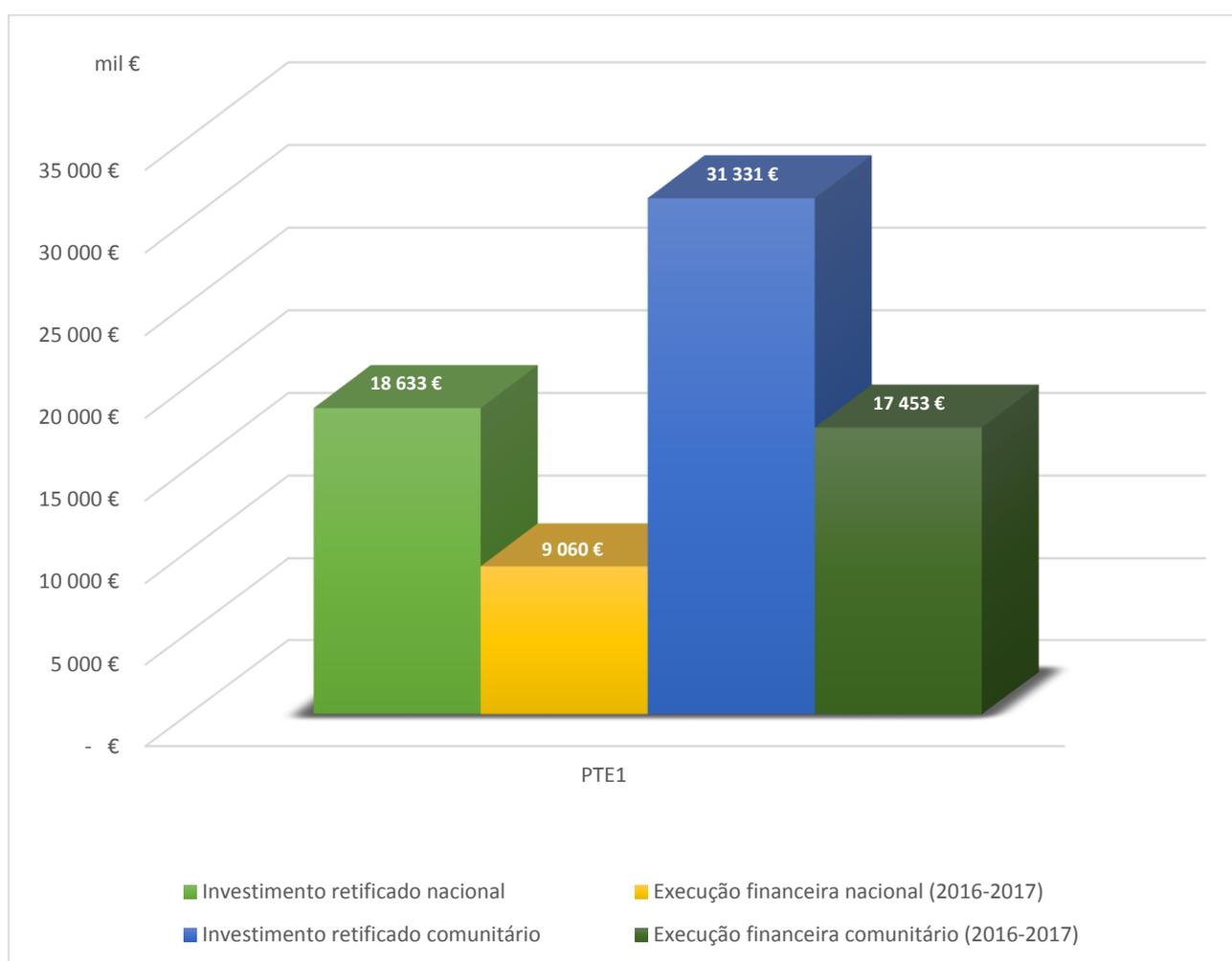
Quadro 4.12 – Desagregação da execução financeira pela componente nacional e componente comunitária

Eixo de Medida	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitária (2016-2017) (mil €)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	18 633 €	31 331 €	9 060 €	17 453 €
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	- €	- €	- €	- €
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	217 €	305 €	0 €	2 €
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	77 €	- €	- €	- €
PTE5 – Minimização de riscos	81 €	287 €	51 €	287 €
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	- €	- €	- €	- €
PTE7 – Aumento do conhecimento	958 €	1 082 €	151 €	448 €
PTE8 – Promoção da sensibilização	- €	- €	- €	- €

Eixo de Medida	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitário (2016-2017) (mil €)
PTE9 – Adequação do quadro normativo	- €	- €	- €	- €
TOTAL	19 996 €	33 005 €	9 262 €	18 190 €

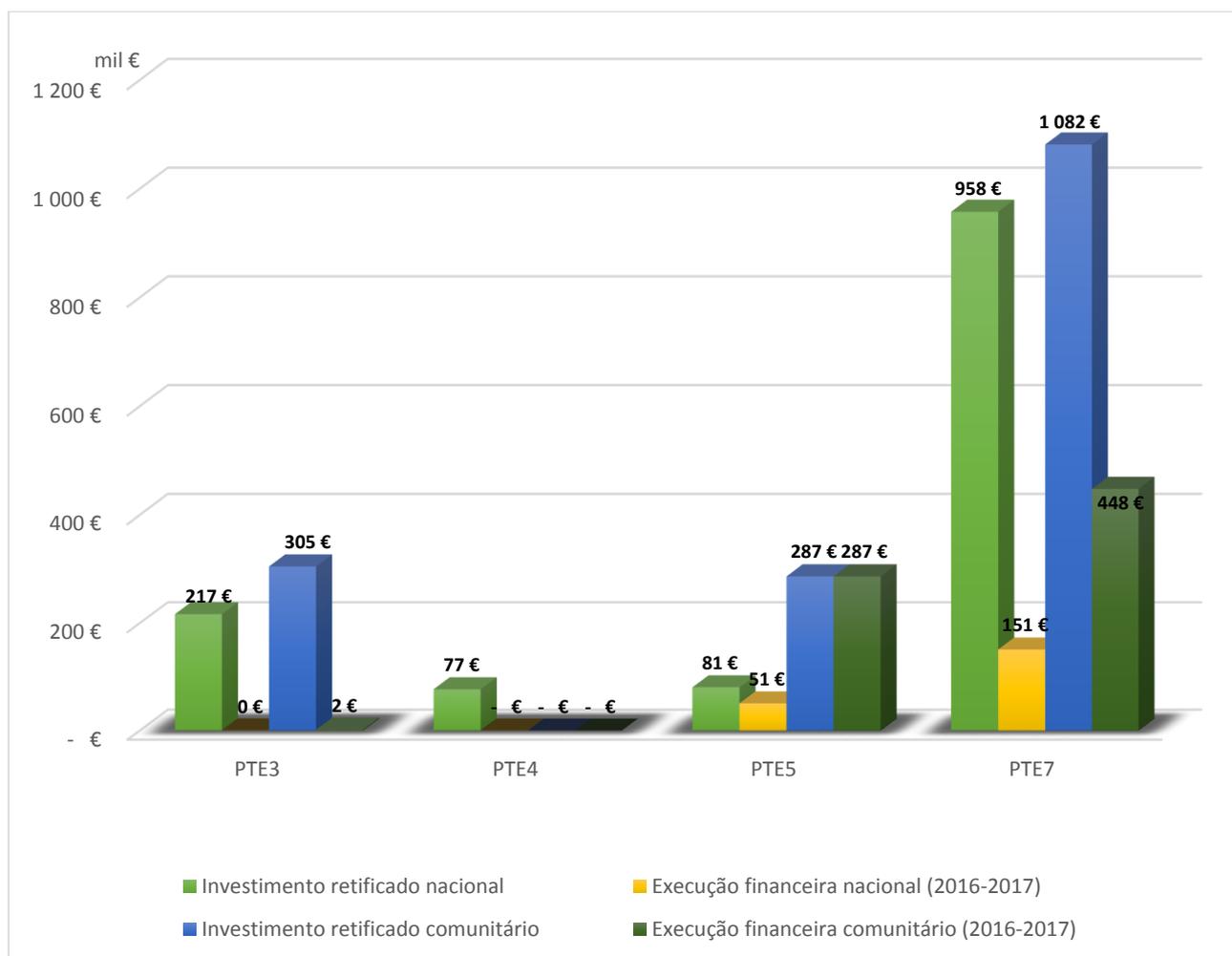
Constata-se que, em termos globais o investimento comunitário é superior ao investimento nacional com cerca de 62% o que mostra o grande peso dos apoios comunitários na implementação das medidas.

Esse paralelismo mantém-se, na execução financeira para 2016-2017 com 66% dos custos comunitários face ao total já executado. Em cada componente, a execução foi de cerca de 55% na componente comunitária e cerca de 41% na componente nacional.



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

Figura 4.13 – Desagregação da execução financeira pela componente nacional e componente comunitária nos eixos PTE1



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

Figura 4.14 – Desagregação da execução financeira pela componente nacional e componente comunitária nos eixos PTE3, PTE4, PTE5 e PTE7

As maiores participações comunitárias observam-se nos eixos PTE1 e PTE7. Apenas o eixo PTE4 não tem participação comunitária.

Em termos de execução financeira em 2016-2017, o eixo PTE1 teve uma taxa de execução comunitária de 56% e 49% de execução na componente nacional, sendo que no eixo PTE5 houve 100% de execução comunitária e 63% da componente nacional; o eixo PTE7 apresentou 41% da componente comunitária e 16% na nacional.

No Anexo II apresenta-se a tabela da execução financeira (Tabela G) das medidas específicas.

4.1.2.3. Análise de indicadores de monitorização das medidas

A monitorização das medidas foi estabelecida no PGRH, através de indicadores associados a cada medida com uma breve caracterização, que inclui as metas previstas, a periodicidade e as entidades responsáveis pelo cálculo desses indicadores.

A análise que foi realizada baseou-se na informação recolhida junto das entidades responsáveis pelos indicadores das medidas e foi efetuado o cálculo dos resultados dos indicadores.

No caso das medidas específicas, e à semelhança das medidas regionais, o cálculo dos indicadores foi realizado consoante o tipo de indicador que foi selecionado para avaliar a monitorização da medida. No entanto, a maior parte dos indicadores das medidas específicas são iguais à execução física da medida. Nesta fase intercalar de avaliação, e para as medidas que têm mais de um indicador, apenas se realizou o cálculo de um dos indicadores, o mais representativo.

Em termos de uma avaliação agregada por eixo de medida, e uma vez que os indicadores apresentavam métricas diferentes, optou-se por uma análise qualitativa, realizando uma contagem das medidas que já cumpriram em 100%, as que cumpriram em 50% e as que estão abaixo dos 50%.

No Quadro 4.13 e na Figura 4.15 apresentam-se a síntese dos resultados dos indicadores das medidas específicas.

Quadro 4.13 – Grau de implementação dos indicadores das medidas específicas até final de 2017

Eixo de Medida	Total de medidas	Total de indicadores	Resultados	Resultados <50%	Resultados >50%	Resultados 100%
PTE1 – redução ou eliminação de cargas poluentes	17	17	17	9	2	6
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	2	2	2	2	0	0
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	3	3	3	3	0	0
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	1	1	1	1	0	0
PTE5 – Minimização de riscos	1	1	1	0	1	0
PTE7 – Aumento do conhecimento	8	8	8	7	1	0
PTE8 – Promoção da sensibilização	0	0	0	0	0	0
PTE9 – Adequação do quadro normativo	0	0	0	0	0	0
TOTAL	32	32	32	22	4	6

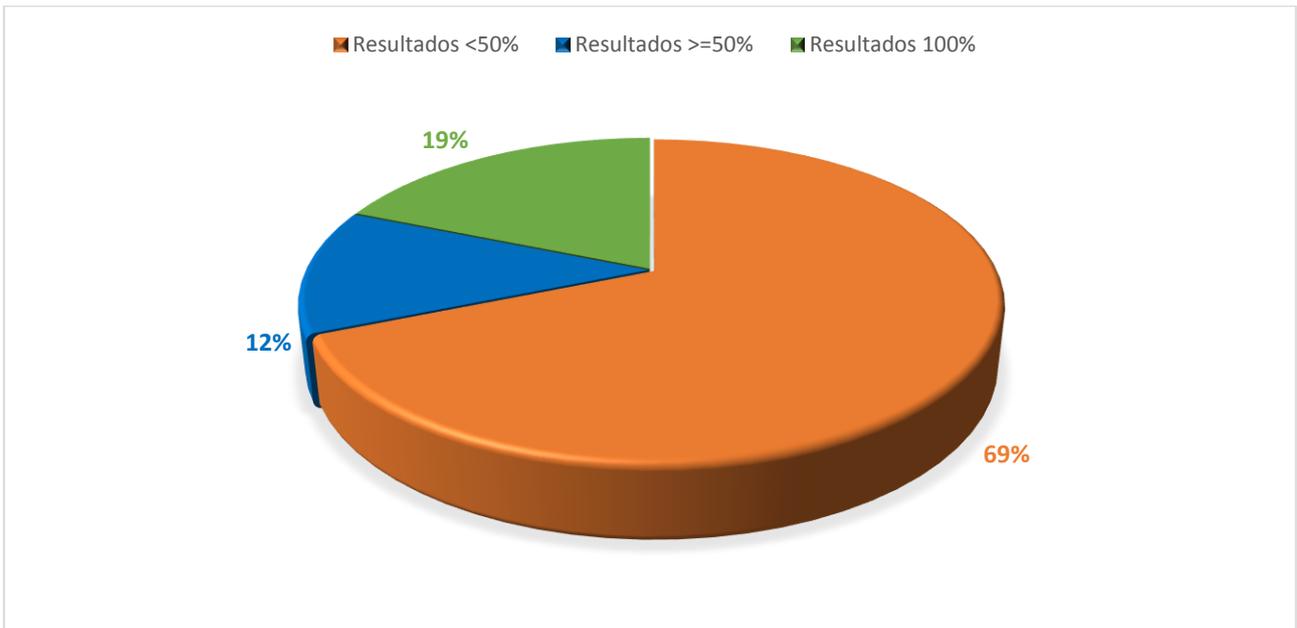


Figura 4.15 – Grau de implementação dos indicadores das medidas específicas em 2016/2017

Num total de 32 resultados verifica-se que 19% das medidas já atingiram os 100%, sendo que muitas destas medidas são de execução em contínuo, e que 69% das medidas ainda estão abaixo dos 50% de realização.

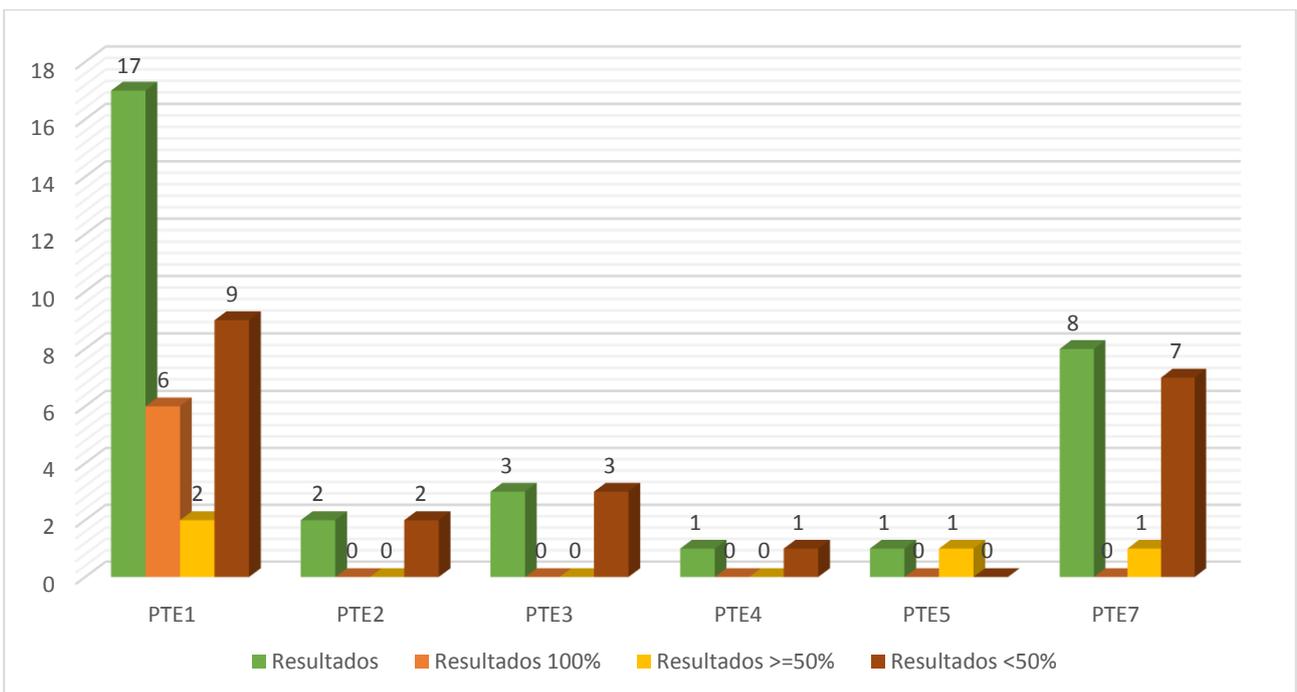


Figura 4.16 – Grau de implementação dos indicadores das medidas específicas por eixo de medida

Neste gráfico verifica-se que o eixo que apresenta maior realização de indicadores a 100% é o PTE1 com 35%, e que os restantes eixos, nesta fase, não têm ainda resultados de indicadores acima de 50%, exceto o PTE5.

No Anexo II apresenta-se a tabela dos indicadores (Tabela H) das medidas específicas.

4.2. Síntese dos desvios da execução das medidas face ao previsto

No reporte à Comissão Europeia os programas de medidas reportados no WISE são os KTM (Key Type Measure) em que foi realizada uma correspondência aos nossos PM (Programa de Medidas). No Quadro 4.14 encontra-se essa correspondência e as respetivas designações, onde os KTM foram traduzidos para português.

Quadro 4.14 – Correspondência entre KTM e PM e respetivas designações

<i>KTM</i>	<i>Designação</i>	<i>PM</i>	<i>Designação</i>
KTM01	Construção ou remodelação de estações de tratamento de águas residuais urbanas	PTE1P01	Construção ou remodelação de estações de tratamento de águas residuais urbanas
KTM02	Reduzir a poluição de nutrientes da agricultura	PTE1P06	Reduzir a poluição de nutrientes provenientes da agricultura, incluindo pecuária
KTM03	Reduzir a poluição de pesticidas da agricultura	PTE1P07	Reduzir a poluição de pesticidas proveniente da agricultura
KTM04	Remediação de locais contaminados (poluição histórica incluindo sedimentos, águas subterrâneas, solo)	PTE1P09	Remediação de áreas contaminadas (poluição histórica)
		PTE1P11	Locais de deposição de resíduos: aterros sanitários
		PTE1P12	Explorações mineiras: medidas de minimização
KTM05	Melhoria da continuidade longitudinal (por exemplo, estabelecimento de passagens para peixes, demolição de barragens antigas)	PTE3P01	Promover a continuidade longitudinal
KTM06	Melhoria das condições hidromorfológicas das massas de água além da continuidade longitudinal	PTE3P02	Melhorar as condições hidromorfológicas das massas de água
KTM07	Melhorias no regime de caudal e/ou estabelecimento de caudais ecológicos	PTE3P03	Implementar regimes de caudais ecológicos
KTM08	Eficiência hídrica, medidas técnicas para irrigação, indústria, energia e residências	PTE2P01	Uso eficiente da água, medidas técnicas para rega, indústria, energia e habitações
KTM09	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços de água urbanos	PTE6P01	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços urbanos
KTM10	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços de água da indústria	PTE6P02	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços de água da indústria
KTM11	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços de água da agricultura	PTE6P03	Medidas de política de preços para a implementação da recuperação de custos dos serviços de água da agricultura
KTM12	Serviços de consultoria para agricultura	PTE8P01	Elaboração de guias
		PTE8P02	Sessões de divulgação
KTM13	Medidas de proteção da água potável (por exemplo, estabelecimento de zonas de salvaguarda, zonas tampão etc.)	PTE2P02	Promover a aprovação de perímetros de proteção de captações
		PTE2P03	Proteger as origens de água potável e reduzir o nível de tratamento necessário
KTM14	Pesquisa, melhoria da base de conhecimento reduzindo a incerteza	PTE7P01	Investigação, melhoria da base de conhecimento para reduzir a incerteza
		PTE9P02	Adequar a monitorização
KTM15	Medidas para a eliminação progressiva das emissões, descargas e perdas de substâncias perigosas prioritárias ou para a redução de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias	PTE1P03	Eliminação progressiva de emissões, descargas e perdas de substâncias perigosas prioritárias
		PTE1P04	Redução das emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias
		PTE5P05	Prevenção de acidentes poluição
KTM16	Remodelações ou melhorias de estações de tratamento de águas residuais industriais (incluindo explorações agrícolas).	PTE1P02	Remodelação ou melhorias das estações de tratamento de águas residuais

<i>KTM</i>	<i>Designação</i>	<i>PM</i>	<i>Designação</i>
			industriais (incluindo as explorações agrícolas)
KTM17	Medidas para reduzir os sedimentos da erosão do solo e escoamento superficial	PTE5P04	Reduzir os sedimentos provenientes da erosão do solo (incluindo floresta)
KTM18	Medidas para prevenir ou controlar os impactos adversos de espécies exóticas invasoras e doenças introduzidas	PTE4P01	Prevenir ou controlar os impactos negativos das espécies exóticas invasoras e introdução de pragas
KTM19	Medidas para prevenir ou controlar os impactos adversos da recreação, incluindo a pesca		
KTM20	Medidas para prevenir ou controlar os impactos adversos da pesca e outra exploração/remoção de animais e plantas	PTE1P13	Áreas Aquícolas: medidas de minimização
		PTE4P02	Prevenir ou controlar os impactos negativos da pesca e outras formas de exploração / remoção de animais e plantas
KTM21	Medidas para prevenir ou controlar a entrada de poluição das áreas urbanas, transporte e infraestruturas construídas	PTE1P10	Prevenir e/ou controlar a entrada de poluição proveniente de áreas urbanas, transportes e infraestruturas
		PTE1P14	Drenagem urbana: regulamentação e/ou códigos de conduta para o uso e descarga em áreas urbanizadas
		PTE1P15	Eliminar ou reduzir águas residuais não ligadas à rede de drenagem
KTM22	Medidas para prevenir ou controlar a entrada de poluição da silvicultura	PTE1P08	Reduzir a poluição proveniente da atividade florestal
KTM23	Medidas naturais de retenção de água	PTE5P01	Minimizar riscos de inundação (nomeadamente medidas naturais de retenção de água)
KTM24	Adaptação à mudança climática	PTE5P02	Adaptação às mudanças climáticas
		PTE5P06	Medidas para combater a erosão costeira
KTM25	Medidas para combater a acidificação	PTE5P03	Medidas para combater a acidificação
KTM99	Outra KTM reportada no PM	PTE1P05	Definição de condicionantes aplicar no licenciamento
		PTE2P04	Condicionantes aplicar no licenciamento
		PTE2P05	Controlar a recarga das águas subterrâneas
		PTE3P04	Condicionantes aplicar no licenciamento
		PTE9P01	Promover a fiscalização
		PTE9P03	Revisão legislativa
		PTE9P04	Articular com objetivos das Diretivas Habitats e Aves
		PTE9P05	Articular com objetivos da DQEM
		PTE9P06	Gestão das bacias internacionais
PTE9P07	Articular com políticas setoriais		

4.2.1. Medidas regionais

Com base na análise efetuada anteriormente, apresenta-se no Quadro 4.15 e na Figura 4.17 o desvio da execução física e financeira das medidas regionais por programa de medidas e respetivo KTM.

Quadro 4.15 – Desvio da execução física e financeira das medidas regionais por Programa de Medidas e respetivo KTM

EIXO Código	PROGRAMA DE MEDIDAS Código	KTM	<i>Desvio da execução física</i> (%)	<i>Desvio da execução financeira</i> (%)
PTE1	PTE1P01	KTM01		
	PTE1P02	KTM16	9%	
	PTE1P03	KTM15	19%	
	PTE1P04	KTM15	-17%	
	PTE1P05	KTM99	42%	
	PTE1P06	KTM02	0%	
	PTE1P07	KTM03	-33%	
	PTE1P08	KTM22		
	PTE1P09	KTM04		
	PTE1P10	KTM21	-33%	
	PTE1P11	KTM04		
	PTE1P12	KTM04		
	PTE1P13	KTM20	-30%	
	PTE1P14	KTM21	-45%	
	PTE1P15	KTM21		
PTE2	PTE2P01	KTM08	-7%	
	PTE2P02	KTM13		
	PTE2P03	KTM13	-10%	
	PTE2P04	KTM99	0%	
	PTE2P05	KTM99	3%	
PTE3	PTE3P01	KTM05		
	PTE3P02	KTM06	-28%	-7%
	PTE3P03	KTM07		
	PTE3P04	KTM99		
PTE4	PTE4P01	KTM18		
	PTE4P02	KTM20	-40%	
PTE5	PTE5P01	KTM23	0%	
	PTE5P02	KTM24	67%	
	PTE5P03	KTM25		
	PTE5P04	KTM17	-40%	
	PTE5P05	KTM15	46%	-58%
	PTE5P06	KTM24	-17%	
PTE6	PTE6P01	KTM09		
	PTE6P02	KTM10		
	PTE6P03	KTM11	32%	
PTE7	PTE7P01	KTM14	-24%	<-100%
PTE8	PTE8P01	KTM12	-20%	
	PTE8P02	KTM12	4%	<-100%
PTE9	PTE9P01	KTM99	13%	
	PTE9P02	KTM14	73%	<-100%
	PTE9P03	KTM99	50%	
	PTE9P04	KTM99	0%	
	PTE9P05	KTM99	-40%	
	PTE9P06	KTM99		
	PTE9P07	KTM99	-34%	

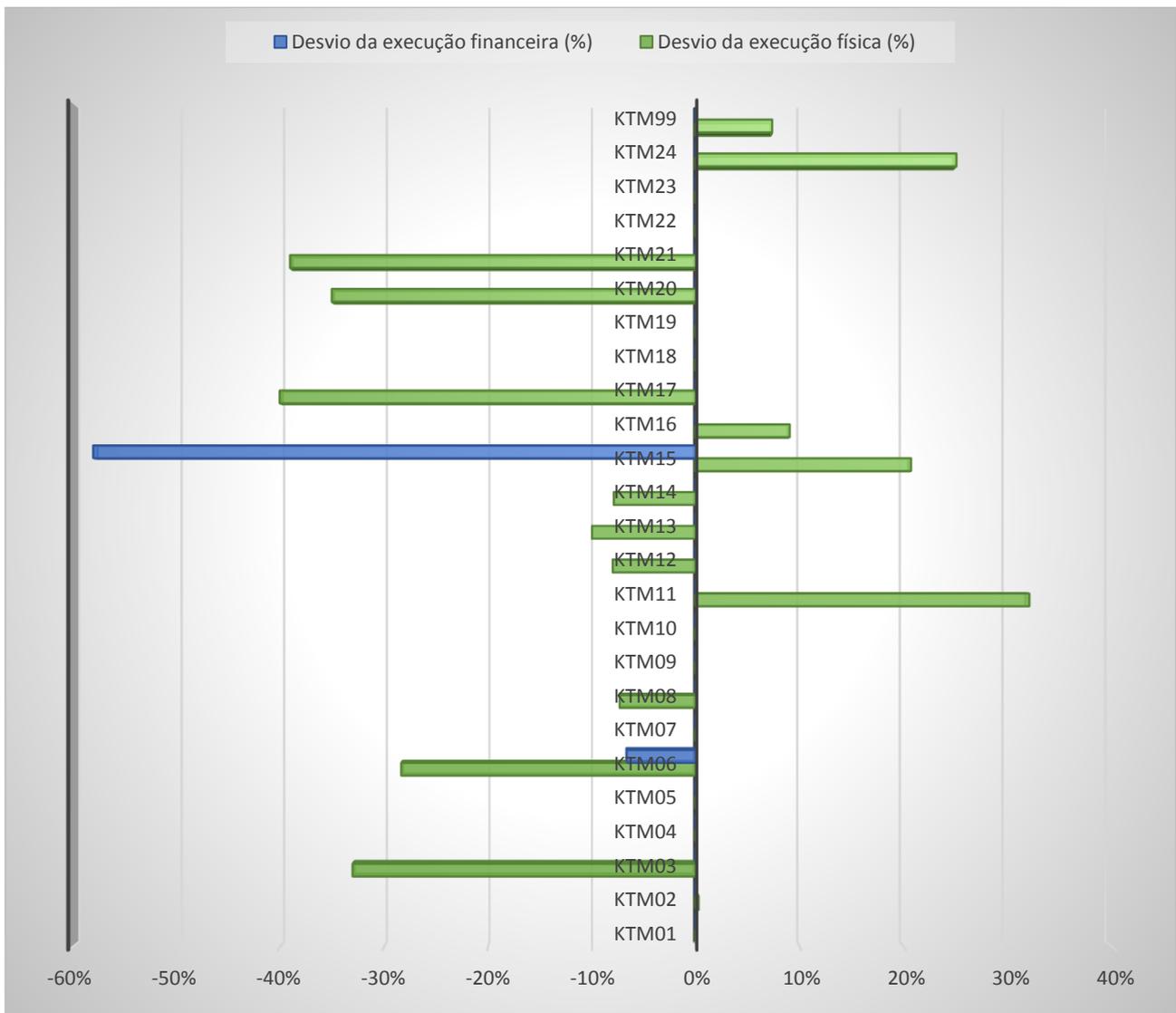


Figura 4.17 – Desvio da execução física e financeira das medidas regionais em 2016/2017

Pela análise da Figura 4.17 conclui-se que os KTM que apresentam maior desvio negativo da execução física são o KTM21, KTM20, KTM17, KTM06 e o KTM03 enquanto em termos de desvio positivo são os KTM11, KTM15, KTM16 e KTM24.

Em relação ao maior desvio negativo da execução financeira são os KTM15, KTM12 (<-100%) e KTM14 (<-100%), enquanto em termos de desvio positivo não existe nenhum KTM.

4.2.1. Medidas específicas

Com base na análise efetuada anteriormente apresenta-se no Quadro 4.16 e na Figura 4.18 o desvio da execução física e financeira das medidas específicas por programa de medidas e respetivo KTM.

Quadro 4.16 – Desvio da execução física e financeira das medidas específicas por Programa de Medidas e respetivo KTM

EIXO Código	PROGRAMA DE MEDIDAS Código KTM		<i>Desvio da execução física (%)</i>	<i>Desvio da execução financeira (%)</i>
PTE1	PTE1P01	KTM01	-17%	23%
	PTE1P02	KTM16		
	PTE1P03	KTM15		
	PTE1P04	KTM15		
	PTE1P05	KTM99		
	PTE1P06	KTM02	18%	-1%
	PTE1P07	KTM03		
	PTE1P08	KTM22		
	PTE1P09	KTM04		
	PTE1P10	KTM21	-20%	0%
	PTE1P11	KTM04		
	PTE1P12	KTM04		
	PTE1P13	KTM20		
	PTE1P14	KTM21		
	PTE1P15	KTM21	-28%	-42%
PTE2	PTE2P01	KTM08		
	PTE2P02	KTM13		
	PTE2P03	KTM13		
	PTE2P04	KTM99		
	PTE2P05	KTM99	8%	
PTE3	PTE3P01	KTM05		
	PTE3P02	KTM06	-41%	-37%
	PTE3P03	KTM07	-50%	-100%
	PTE3P04	KTM99		
PTE4	PTE4P01	KTM18	-20%	-100%
	PTE4P02	KTM20		
PTE5	PTE5P01	KTM23		
	PTE5P02	KTM24		
	PTE5P03	KTM25		
	PTE5P04	KTM17		
	PTE5P05	KTM15		
	PTE5P06	KTM24	75%	>100%
PTE6	PTE6P01	KTM09		
	PTE6P02	KTM10		
	PTE6P03	KTM11		
PTE7	PTE7P01	KTM14	-16%	-15%
PTE8	PTE8P01	KTM12		
	PTE8P02	KTM12		
PTE9	PTE9P01	KTM99		
	PTE9P02	KTM14		
	PTE9P03	KTM99		
	PTE9P04	KTM99		
	PTE9P05	KTM99		
	PTE9P06	KTM99		
	PTE9P07	KTM99		

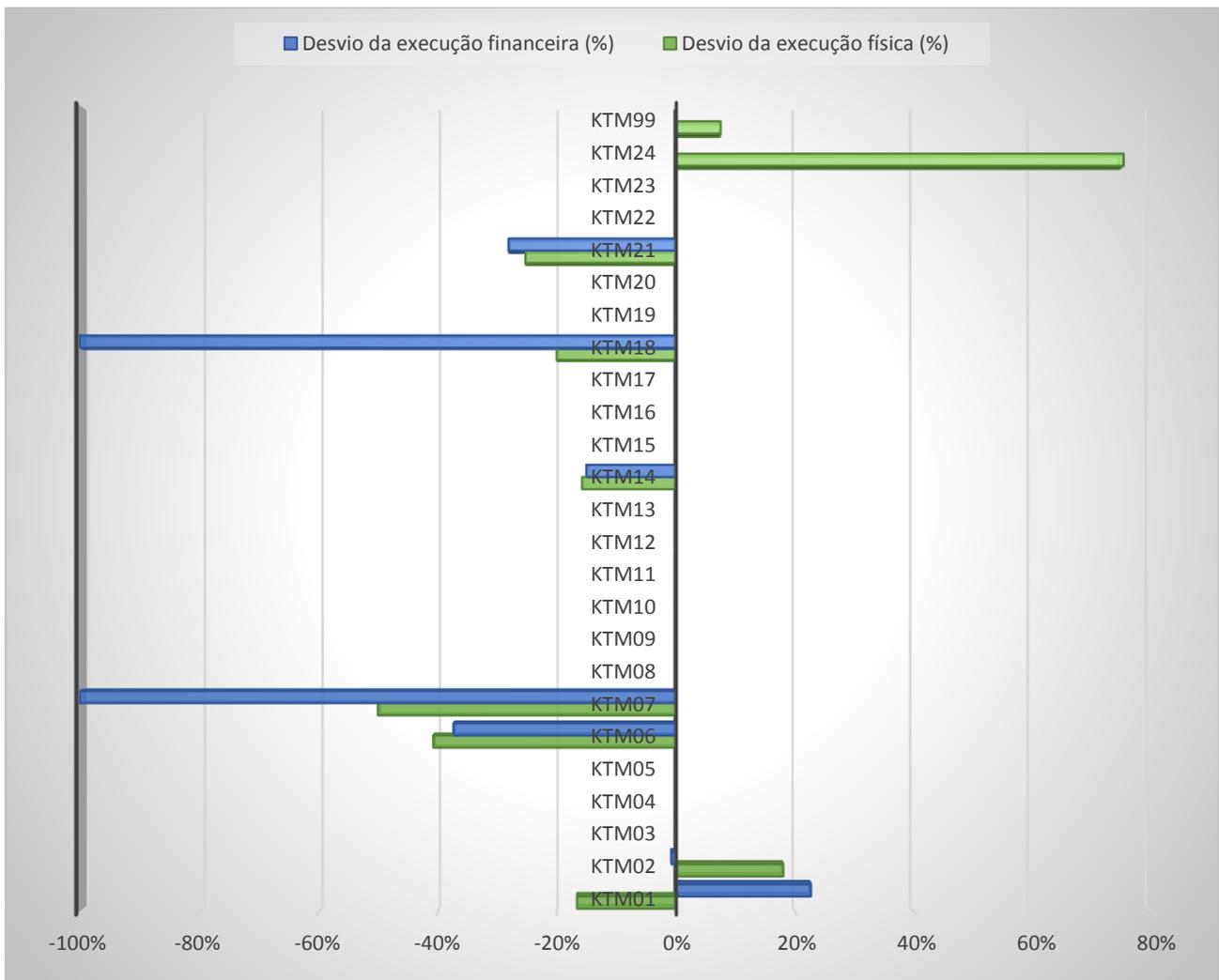


Figura 4.18 – Desvio da execução física e financeira das medidas específicas em 2016/2017

Pela análise da Figura 4.18 conclui-se que os KTM que apresentam desvio negativo da execução física são o KTM01, KTM06, KTM07, KTM14, KTM18 e o KTM21, enquanto em termos de desvio positivo são os KTM02, KTM24 e KTM99.

Em relação ao maior desvio negativo da execução financeira são os KTM06, KTM07 e KTM18 enquanto em termos de desvio positivo é o KTM01 e o KTM24 (>100%).

4.3. Novas medidas e medidas eliminadas

O programa de medidas do 2.º ciclo dos PGRH pode sofrer alterações ao longo de ciclo por diversas razões. Se por um lado podem estar previstas medidas que acabam por não ser implementadas devido a serem definidas outras soluções mais eficientes e apropriadas ou por agregação a outras medidas existentes, por outro podem aparecer novas medidas que não estavam programadas para dar resposta a novos acontecimentos não previstos.

Assim, no Quadro 4.17 apresentam-se as medidas que foram eliminadas ou agregadas a outras medidas do PGRH e a respetiva justificação.

Quadro 4.17 – Medidas eliminadas ou agregadas

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipo de medida</i>	<i>Âmbito da medida</i>	<i>Justificação</i>
PTE1P04M02_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	Medida de base	Medida regional	Agregação com a medida PTE1P03M01_SUP_RH - Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias perigosas prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas
PTE7P01M08_RH	Criar um sistema de informação de apoio à gestão económica da água	Medida suplementar	Medida regional	Agregação com a medida PTE7P01M09_RH - Plataforma de Gestão do PGRH
PTE1P06M05_RH	Adotar modos de produção sustentáveis	Medida suplementar	Medida regional	Não houve candidaturas nestas ações do PDR2020 e não se prevê que haja mais avisos até ao final deste quadro comunitário
PTE1P06M06_RH	Adotar sistemas de produção tradicionais/extensivos	Medida suplementar	Medida regional	Não houve candidaturas nestas ações do PDR2020 e não se prevê que haja mais avisos até ao final deste quadro comunitário
PTE3P02M02_SUP_RH	Instalar, manter e recuperar galerias ripícolas e erradicar espécies invasoras lenhosas em áreas florestais e agroflorestais	Medida suplementar	Medida regional	Não houve candidaturas nestas ações do PDR2020 para esta região
PTE5P04M01_RH	Promover a conservação do solo	Medida suplementar	Medida regional	Não houve candidaturas nestas ações do PDR2020 para esta região
PTE7P01M02_RH	Promover a inovação no sector agrícola	Medida suplementar	Medida regional	Não houve candidaturas nestas ações do PDR2020 para esta região
PTE7P01M07_RH	Avaliar a possibilidade de criação de um Mercado de Licenças	Medida suplementar	Medida regional	Está como Não executada porque houve uma alteração de estratégia relativamente a este assunto.
PTE1P10M01_SUP_RH8	Ria Formosa - Controlo e gestão integrada das pressões para assegurar a biodiversidade e os serviços do ecossistema	Medida suplementar	Medida específica	A entidade responsável decidiu não avançar com a medida.
PTE1P15M01_RH8	Renovação / reforço das principais condutas adutoras de águas residuais do concelho de Portimão	Medida suplementar	Medida específica	Esta medida diz respeito ao abastecimento de água potável, pelo que não se enquadra no âmbito do PGRH.
PTE7P01M14_SUP_RH8	RedeFormosa – Rede inteligente de monitorização ambiental da Ria Formosa e zona costeira adjacente	Medida suplementar	Medida específica	Não houve financiamento para a execução da medida.

No Quadro 4.18 apresentam-se as novas medidas com atribuição de um código novo e a sua caracterização em termos de entidade responsável, programação física e investimento associado.

Quadro 4.18 – Medidas novas

<i>Novo Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Entidade responsável</i>	<i>Programação física</i>	<i>Investimento (mil €)</i>	<i>Justificação</i>
PTE1P01M17_SUP_RH8	Ampliação de Rede de Esgotos nos Sítios do Farrobo e Peral	MUNICIPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL	2016-2018	364 434.95	Prevê-se a ligação de 138 edificações ao sistema público de saneamento. As redes em causa servirão, no ano 0, 345 habitantes e, no ano 40, 405 habitantes. As mencionadas redes serão ligadas ao sistema em alta das Águas do Algarve.
PTE1P01M18_SUP_RH8	Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais - ETAR de Lagos	MUNICÍPIO DE LAGOS	2017-2018	716 596.38	Desativação de fossas sépticas particulares e construção da rede de drenagem para encaminhamento de águas residuais para o sistema em alta. Desativação de fossas sépticas coletivas de urbanizações para ligação ao sistema em alta da ETAR de Lagos.
PTE1P01M19_SUP_RH8	ETAR do Almargem - Fecho de Sistemas em Baixa para Alta e Extensões de Redes	TAVIRAVERDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE,EM	2016-2018	504 916.99	Recolha dos efluentes das habitações existentes nas áreas a servir e condução para as infraestruturas existentes a jusante, por sistema gravítico e, também, recorrendo a três sistemas elevatórios
PTE1P01M20_SUP_RH8	Ampliação da Rede de Saneamento de Águas Residuais do Concelho de Olhão - Subsistema Associado à ETAR Nascente	AMBIOLHÃO-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DE OLHÃO, EM	2016-2018	3 552 393.15	Construção de 4 estações elevatórias e cerca de 26 km de coletores e condutas em baixa, visando promover o encaminhamento dos efluentes produzidos nas áreas servidas para o sistema de interceção e tratamento em alta já existente. Para além de originar mais-valias socioeconómicas e ambientais, este é um projeto gerador de receitas que apresenta <i>cash-flow</i> positivos no período de referência.
PTE1P01M21_SUP_RH8	Execução da Rede de Drenagem de Águas Residuais da Urbanização Areia dos Moinhos	MUNICÍPIO DE LAGOA	2016-2018	217 141.32	A construção da rede de drenagem de águas residuais da urbanização Areia dos Moinhos vai permitir ligar 128 habitações à rede pública de saneamento, promovendo a melhoria da qualidade da população, do ambiente e da economia.
PTE4P01M02_SUP_RH8	Prevenção e Gestão da Introdução de Espécies Exóticas Invasoras	INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	2017-2019	399 622.08	Apoiar as ações destinadas à análise, identificação e preparação de planos de ação para controlar as vias de introdução de espécies exóticas invasoras de preocupação para Portugal e para a União Europeia e o estabelecimento de um sistema de monitorização que permita alertar para a presença destas espécies no território nacional
PTE8P02M02_RH8	Voluntariado Ambiental para a Água	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, IP	2016-2020	20 000	Iniciativa de Ciência Cidadã que tem como objetivo geral promover a educação para a conservação e o desenvolvimento sustentável dos ecossistemas de água doce, de águas costeiras e de transição, através da monitorização voluntária da qualidade ambiental. Como objetivos específicos pretende-se: i) mobilizar e envolver os cidadãos na monitorização e gestão dos recursos hídricos; ii) sistematizar uma rede de observação/monitorização voluntária que complemente as redes de monitorização oficiais. O público-alvo das ações é principalmente o público escolar, mas estas também se destinam ao público em geral, envolvendo parcerias com várias entidades e associações.

Novo Código da Medida	Designação	Entidade responsável	Programação física	Investimento (mil €)	Justificação
PTE8P02M03_RH8	LIFE VOLUNTEER ESCAPES - Volunteer with European Solidarity Corps for Activities in Portugal with Ecological Sense	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, IP	2018-2020	146 165	Projeto com vários parceiros, dinamizado pela MONTIS - Associação de Conservação da Natureza. É o primeiro projeto aprovado pelo Programa LIFE a instituições portuguesas tendo em vista a utilização de voluntariado, promovido sob a égide do <i>European Solidarity Corps</i> , para atividades de conservação da natureza e proteção ambiental. Principais tarefas/atividades: 1) Monitorização da qualidade ecológica da água costeira e marinha; 2) Monitorização da qualidade ecológica da água das ribeiras; 3) Controlo e remoção de espécies invasoras e plantação de espécies autóctones; 4) Criação e implementação de atividades de educação ambiental e de voluntariado; Participação em atividades de divulgação do voluntariado, em escolas e noutros contextos informais; 5) Participação em eventos, encontros ou feiras de divulgação de atividades do projeto VOLUNTEER ESCAPES e Voluntariado Ambiental para a Água.
PTE7P01M17_SUP_RH8	Projeto CONPRAR	Universidade do Algarve	2018-2021	512,94	Dado o elevado valor ecológico e socioeconómico do sistema lagunar da Ria Formosa e a sua especial relevância como zona de produção de bivalves, torna-se imperioso a sua proteção, preservação e valorização. Neste ecossistema, estes recursos biológicos sofrem várias pressões antropogénicas e, dentro das pressões diretas ou pontuais, destacam-se as descargas de águas residuais urbanas. Neste contexto, o projeto CONPRAR tem como objetivo avaliar o impacto das águas residuais nas condições ambientais sob as quais vivem os bivalves que, tratando-se de espécies filtradoras, dependem intrinsecamente da qualidade da água, e assim, evitar a sua contaminação. Pretende-se também contribuir para proteger e melhorar a biodiversidade da Ria Formosa e a sustentabilidade da cultura dos bivalves e, em particular, da espécie mais importante, a amêijoia <i>Ruditapes decussatus</i> , na área de envolvimento das ETAR de Faro, Olhão e Tavira.”
PTE3P02M04_SUP_RH8	Projeto para a recuperação das áreas afectadas pelos incêndios Serra Monchique	APA/CM Monchique/CM Portimão/CM Silves	2019	921,11	Na sequência do incêndio que deflagrou na Serra de Monchique em 2018, tornou-se imperativo executar intervenções urgentes e inadiáveis nas linhas de água afetadas. A APA, em articulação com os Municípios de Silves, Monchique e Portimão coordenará a implementação de um conjunto de medidas urgentes no sentido de garantir o escoamento nas linhas de água afetadas, remover os sedimentos e outro material nos leitos, recuperar a secção de vazão das passagens hidráulicas e pontões e contruir bacias de retenção, garantindo assim, a qualidade das massas de água.

5. BALANÇO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DAS MEDIDAS DO 2.º CICLO DE PLANEAMENTO

5.1. Análise da execução das medidas por massa de água

As medidas regionais aplicam-se a todas as massas de água da região hidrográfica, com as devidas adaptações face às medidas que estejam em causa. No Quadro 5.1 ilustram-se o número de medidas definidas para cada eixo, as que foram iniciadas e/ou concluídas até 2017 e a percentagem de massas de água com estado inferior a Bom que são abrangidas, que no caso das medidas regionais se aplicam a todas as massas de água. Uma vez que o número total de massas de água nesta região são 83 superficiais e 25 subterrâneas, considerou-se um total de 108 massas de água para todos os eixos exceto os eixos PTE3 e PTE4 que apenas incidem nas massas de água superficiais.

Quadro 5.1 – Número de massas de água e respetivo estado global abrangidas por medidas regionais

Eixo de Medida	N.º de medidas	Medidas concluídas e/ou em execução	MA abrangidas	MA Inferior a Bom (2.º ciclo)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	20	15	108	24%
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	8	6	108	24%
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	3	2	83	26%
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	1	0	83	26%
PTE5 – Minimização de riscos	8	6	108	24%
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	2	1	108	24%
PTE7 – Aumento do conhecimento	10	5	108	24%
PTE8 – Promoção da sensibilização	2	1	108	24%
PTE9 – Adequação do quadro normativo	8	6	108	24%
TOTAL	62	42	108	24%

A relação entre as massas de água e as medidas específicas será mais evidente até porque se destinam às pressões significativas identificadas para cada uma das massas de água.

Assim e para cada medida e com base no número de massas de água abrangidas por essa medida, verificou-se qual a percentagem dessas massas de água com estado Inferior a Bom e qual a taxa de execução dessa medida.

Por outro lado e para cada massa de água, tendo por base o seu estado ecológico e químico, nas águas superficiais, ou o seu estado químico e quantitativo, nas águas subterrâneas, verificou-se quantas medidas específicas existem para aquela massa de água, quantas estão concluídas e a sua taxa de execução.

No Quadro 5.2 e na Figura 5.1 apresentam-se os resultados obtidos.

Quadro 5.2 – Número de massas de água e respetivo estado global abrangidas por medidas específicas

Eixo de Medida	N.º de medidas	Medidas concluídas e/ou em execução	MA abrangidas	MA Inferior a Bom (2.º ciclo)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	17	15	62	30%
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	2	2	24	16%
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	3	1	11	48%
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	1	1	11	27%
PTE5 – Minimização de riscos	1	1	11	27%

Eixo de Medida	N.º de medidas	Medidas concluídas e/ou em execução	MA abrangidas	MA Inferior a Bom (2.º ciclo)
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	0	0	0	
PTE7 – Aumento do conhecimento	8	4	59	29%
PTE8 – Promoção da sensibilização	0	0	0	
PTE9 – Adequação do quadro normativo	0	0	0	
TOTAL	32	24	178	31%

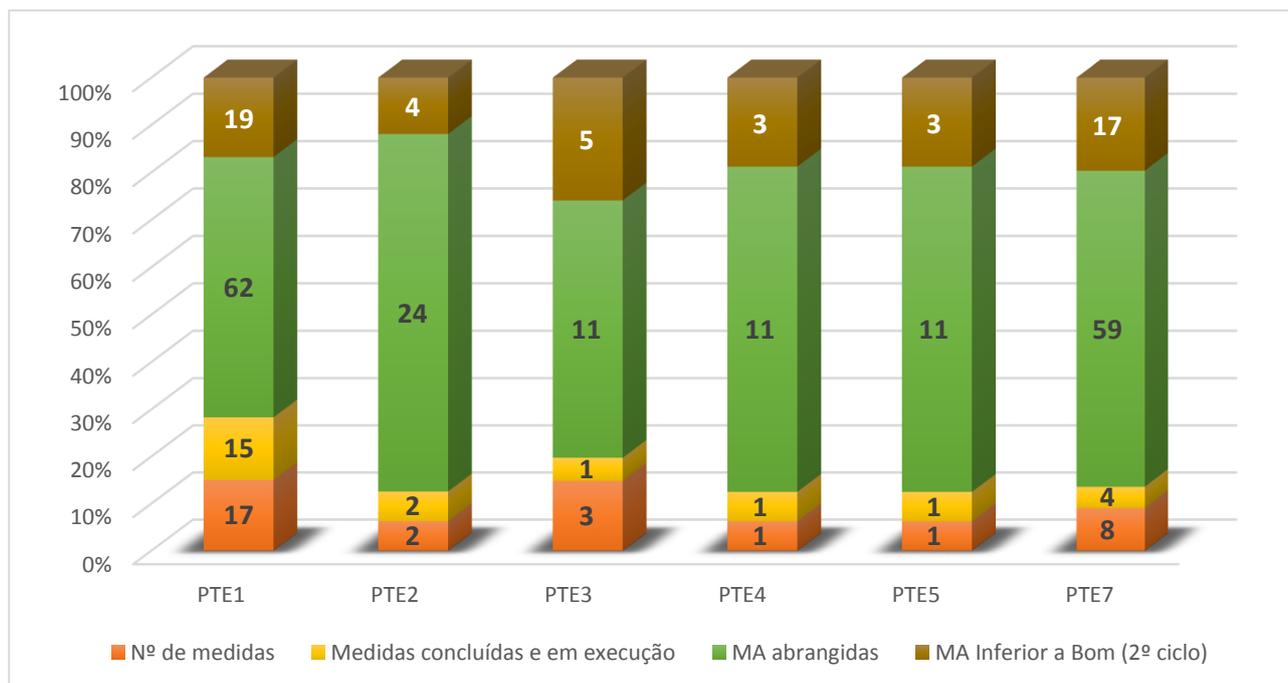


Figura 5.1 – Número de massas de água e respetivo estado global por eixo de medida

Constata-se que são os eixos com maior número de medidas que abrangem um maior número de massas de água. No eixo PTE1 é onde existem mais medidas e também um maior número de concluídas e/ou execução.

No Quadro 5.3 e na Figura 5.2 apresentam-se a síntese da análise das massas de água superficiais e respetivas medidas específicas.

Quadro 5.3 – Número de massas de água superficiais por objetivo ambiental e respetivas medidas com a sua taxa de execução

Objetivo ambiental	Total de MA	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2015	58	97	9	9%
2016-2021	8	16	1	6%
2022-2027	15	35	5	14%
TOTAL	81	148	15	10%

Nesta análise há que considerar que muitas das medidas específicas abrangem várias massas de água pelo que total de medidas aqui apresentado é uma replicação do número de medidas desta região que são um

total de 32. Em termos do número de massas de água aqui não estão contabilizadas as massas de água artificiais.

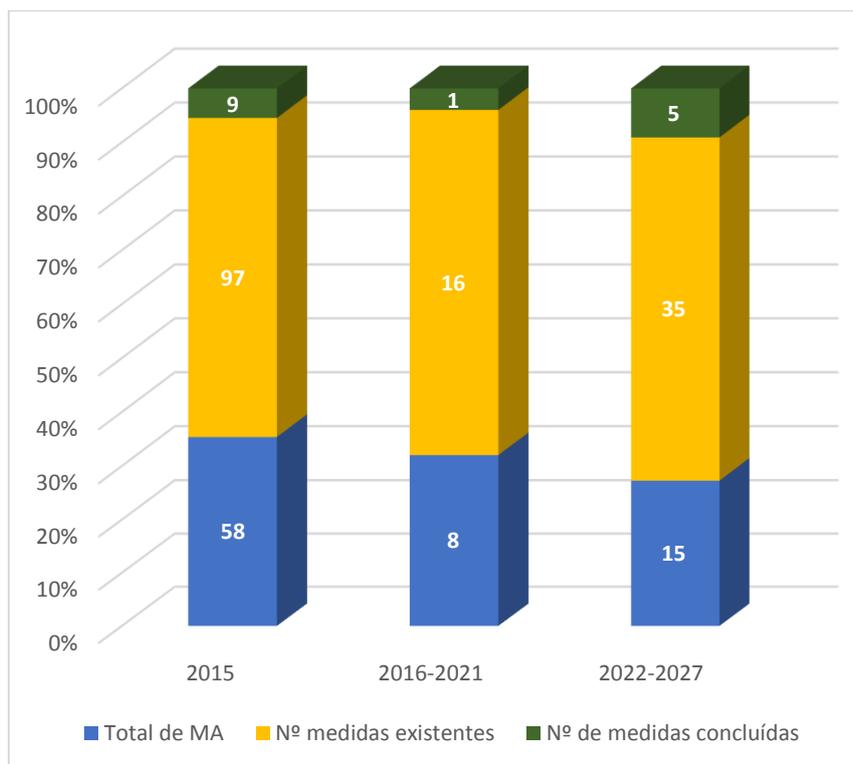


Figura 5.2 – Número de massas de água superficiais por objetivo ambiental e respectivas medidas

O maior número de medidas abrange as massas de água superficiais com objetivo ambiental 2015 para manutenção do Bom estado., seguido das massas de água superficiais com objetivo ambiental 2022-2027, com uma taxa de execução de 11% das medidas.

No Quadro 5.4 apresentam-se a síntese da análise das massas de água subterrâneas e respectivas medidas específicas.

Quadro 5.4 – Número de massas de água subterrâneas por objetivo ambiental e respectivas medidas com a sua taxa de execução

Objetivo ambiental	Total de MA	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2015	21	64	6	9%
2016-2021	2	4	0	0%
2022-2027	2	6	0	0%
TOTAL	25	74	6	9%

O maior número de medidas abrange as massas de água subterrâneas com objetivo ambiental 2015 para manutenção do Bom estado.

No Anexo III apresenta-se a tabela das massas de água superficiais e subterrâneas abrangidas por medidas específicas (Tabela I), a execução das medidas específicas por massa de água superficial (Tabela J) e por massa de água subterrânea (Tabela K).

5.2. Análise custo-eficácia das medidas

A construção do programa de medidas teve em consideração a avaliação económica das medidas potenciais, a caracterização socioeconómica dos agentes envolvidos e o contributo adequado dos diversos sectores económicos de acordo com o princípio do poluidor pagador e do utilizador pagador.

Na análise económica das medidas devem ser considerados os seguintes aspetos:

- Os custos financeiros diretos da implementação da medida bem como os respetivos custos indiretos;
- As questões de equidade na distribuição dos custos não devem servir de critério de eliminação de qualquer medida que se revele mais adequada do ponto de vista da avaliação custo-eficácia;
- Os instrumentos de apoio à implementação das medidas e a perspetiva da sua exequibilidade;
- A distribuição pelos agentes económicos dos custos relativos à implementação das medidas;
- A distribuição de custos, a responsabilidade de cada agente para o não cumprimento dos objetivos ambientais pré-estabelecidos;
- O impacto dos custos das medidas a implementar ao nível de recuperação dos serviços da água.

Estes aspetos, embora fundamentais, são extremamente complexos de determinar e o seu balanço será realizado no final do ciclo de planeamento.

Acresce que a hierarquização das medidas deve ser realizada com base na relação custo/eficácia. Na elaboração do PGRH em vigor esta análise não foi realizada, ficando então o compromisso que a mesma seria apresentada durante avaliação intercalar do Programa de Medidas.

A análise custo-eficácia (ACE) é um instrumento que deve contribuir na identificação e seleção de projetos/ações alternativos (quantificados em termos físicos) para um determinado nível de resultados esperados (objetivos), otimizando os investimentos e custos necessários. Permite a seleção de uma combinação de medidas que consiga, através do menor custo, atingir os objetivos propostos. A eficácia de uma medida é estimada segundo o impacto de redução que a mesma origina sobre os objetivos ambientais, ou seja a distância entre a situação existente e a desejada, igualmente conhecida como “gap analysis”.

A valorização da eficácia de cada medida está assim intimamente relacionada com a finalidade da mesma, distinguindo-se para este efeito as medidas corretivas destinadas a alterar o estado das massas de água e as medidas preventivas destinadas às restantes finalidades, por exemplo, monitorização, fiscalização, licenciamento, sensibilização e informação.

Os aspetos a considerar numa análise de custo eficácia são:

- Custos financeiros de investimento;
- Custos financeiros de operação e manutenção;
- Custos económicos (se aplicável);
- Outros custos relevantes para a implementação da medida;
- Eficácia na redução de pressões.

O ACE é um instrumento obrigatório para a análise de medidas suplementares, e adicionais, que não estejam já previstas para o cumprimento de objetivos ambientais, uma vez que as medidas de base têm caráter obrigatório (exceto nos casos em que a legislação aplicável permita alguma flexibilidade nas soluções a adotar).

As medidas que constam no programa do PGRH foram selecionadas tendo por base a avaliação da sua exequibilidade técnica, e sujeitas a um procedimento de triagem que permitiu identificar as medidas com maior potencial de resolução dos problemas verificados na massa de água. O programa de medidas envolve todas as entidades responsáveis na região pela implementação das medidas, que possam garantir uma evolução positiva do estado das massas de água.

A ACE, de forma a cumprir os seus objetivos, teve em consideração os seguintes passos:

- Identificação das massas de água com estado inferior a bom em 2015;
- Identificação dos parâmetros responsáveis pelo estado inferior a Bom;
- Quantificação do desvio entre estado atual e o bom estado (*GAP analysis*);
- Identificação de medidas técnicas específicas com maior potencial de resolução;
- Avaliação das medidas em termos de eficácia na redução de pressões;
- Quantificação e avaliação dos custos das medidas;
- Elaboração de um ranking das medidas, associado ao custo-eficácia.

Nesta fase em que nem todas as medidas foram iniciadas procurou-se integrar critérios de custo-eficácia na avaliação dos programas de medidas e na identificação de medidas prioritárias, estabelecendo-se combinações de medidas com a melhor relação custo-eficácia, tendo em conta a sua viabilidade técnica e financeira.

Para esta análise, foram definidas prioridades em termos temporais tendo em conta os seguintes aspetos:

- Eficácia de cada medida – representado através do Índice de Prioridade de Implementação (IPI), cuja definição se apresenta no Quadro 5.5;
- Interdependência entre medidas/ações;
- Custos financeiros de investimento;
- Potenciais fontes de financiamento.

O referido Índice de Prioridade de Implementação (IPI) está associado à eficácia e pertinência de cada medida e serve de suporte à análise custo-eficácia. O cálculo deste índice baseou-se na classificação de cada medida segundo uma série de parâmetros e respetivas escalas (Quadro 5.5).

Quadro 5.5 – Parâmetros considerados no Índice de Prioridade de Implementação (IPI)

Parâmetro	Descrição e escala
P1 - Tipologia de medidas e relação com o estado da massa de água	<p>Considerando as tipologias de medidas definidas, base e suplementares, as massas de água associadas a cada medida bem como a distinção entre medidas regionais (de abrangência a toda a bacia) e específicas foram atribuídos pesos de 1 a 5 repartidos da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Medidas de Base específicas a implementar em massas de água com Estado inferior a Bom – Pontuação 5 • Medidas de Base específicas a implementar em massa de água com Estado Bom ou Superior – Pontuação 4 • Medidas de Base regionais a implementar em todas as massas de água – Pontuação 4 • Medidas Suplementares específicas a implementar em massas de água com Estado inferior a Bom – Pontuação 3 • Medidas Suplementares regionais a implementar em todas as massas de água – Pontuação 2 • Medidas Suplementares específicas a implementar em massa de água com Estado Bom ou Superior - Pontuação 1

Parâmetro	Descrição e escala																																																																	
P2 – Zonas protegidas associadas à massas de água	<p>Existência de regimes de proteção associados às massas de água abrangidas pela medida (numa escala de:1 a 3)</p> <p>Pontuação 1 – massa de água que não está associada a zona protegida;</p> <p>Pontuação 2 – massa de água associada a zona protegida, exceto zonas protegidas para abastecimento público, zonas vulneráveis ou zonas sensíveis;</p> <p>Pontuação 3 – massa de água associada a zona protegida para abastecimento público, zona vulnerável ou zona sensível.</p>																																																																	
P3 -Distância ao objetivo ambiental	<p>No caso de medidas diretamente associadas ao cumprimento de objetivos ambientais de massas de água, avaliar a distância do Estado atual para o Estado a atingir. É atribuída uma valorização de acordo com as tabelas seguintes.</p> <p>Massas de água superficiais</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="5">Estado atingir</th> </tr> <tr> <th>Estado atual</th> <th>Mau</th> <th>Medíocre</th> <th>Razoável</th> <th>Bom</th> <th>Excelente</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <th>Mau</th> <td>0</td> <td>4</td> <td>8</td> <td>10</td> <td>10,5</td> <td></td> </tr> <tr> <th>Medíocre</th> <td></td> <td>0</td> <td>4</td> <td>6</td> <td>6,5</td> <td></td> </tr> <tr> <th>Razoável</th> <td></td> <td></td> <td>0</td> <td>4</td> <td>4,5</td> <td></td> </tr> <tr> <th>Bom</th> <td></td> <td></td> <td></td> <td>3</td> <td>3,5</td> <td></td> </tr> <tr> <th>Excelente</th> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>0,5</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>Massas de água subterrâneas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Estado a atingir</th> </tr> <tr> <th>Estado atual</th> <th>Medíocre</th> <th>Bom</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <th>Medíocre</th> <td>0</td> <td>6</td> <td></td> </tr> <tr> <th>Bom</th> <td></td> <td>3</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>No caso de medidas de caráter estratégico ou operacional que não incidem diretamente no cumprimento de objetivos ambientais para as massas de água (e.g. quadro institucional, económico, legislativo ou outro), este estado reporta-se à situação considerada desejável para o assunto em análise, traduzindo-se a pontuação no grau de contributo da medida para atingir os respetivos objetivos estratégicos ou operacionais.</p>			Estado atingir					Estado atual	Mau	Medíocre	Razoável	Bom	Excelente		Mau	0	4	8	10	10,5		Medíocre		0	4	6	6,5		Razoável			0	4	4,5		Bom				3	3,5		Excelente					0,5				Estado a atingir		Estado atual	Medíocre	Bom		Medíocre	0	6		Bom		3	
		Estado atingir																																																																
Estado atual	Mau	Medíocre	Razoável	Bom	Excelente																																																													
Mau	0	4	8	10	10,5																																																													
Medíocre		0	4	6	6,5																																																													
Razoável			0	4	4,5																																																													
Bom				3	3,5																																																													
Excelente					0,5																																																													
		Estado a atingir																																																																
Estado atual	Medíocre	Bom																																																																
Medíocre	0	6																																																																
Bom		3																																																																
P4 - Eficácia	<p>Classificação da medida relativamente ao seu contributo (para redução das pressões / melhoria da qualidade) ao nível das seguintes domínios:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 - Estado Ecológico 2 - Estado Químico 3 - Estado Quantitativo 4 - Recuperação custos 5 - Gestão riscos 6 - Conhecimento e Governança 7 - Uso Eficiente da água 																																																																	

Parâmetro	Descrição e escala
	<p>Para cada um dos temas indicados é avaliado o impacto que a medida pode ter classificando da seguinte forma:</p> <p>Contributo reduzido = Pontuação 1; Contributo médio = Pontuação 2; Contributo elevado = Pontuação 3; quando não for expectável que a medida produza algum impacte = Pontuação 0.</p> <p>O P4 - Eficácia é calculado a partir do somatório das classificações de cada um dos domínios de 1 a 7. Varia entre um máximo de 21 e um mínimo de 0</p>

Índice de Prioridade de Implementação (IPI)	$IPI = P1$ (prioridade de tipologia medidas) x $P2$ (zonas protegidas associados à massas de água) x $P3$ (distância ao objetivo ambiental) x $P4$ (Eficácia)
----------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Após o cálculo de Índice de Prioridade de Implementação (IPI) por medida são adicionados os respetivos custos, tendo-se calculado o rácio custo eficácia com o objetivo de obter informação que auxilie o processo de programação e implementação das medidas.

Todas as medidas de Base são, à partida, incluídas na classe de prioridade mais elevada, pela sua própria natureza e objetivos associados. De igual modo, as medidas que já se encontrem atualmente em implementação, ou que não tenham custos associados, assumem igualmente um carácter de prioridade elevada.

Esta análise permite racionalizar os investimentos a realizar, sendo possível identificar que não são as medidas com maior IPI que obtêm o melhor rácio custo-eficácia. Assim, é igualmente possível identificar eventuais custos desproporcionados, ou seja, a necessidade de investimento para implementar a medida não é compensada de forma “proporcional” pelo seu nível de eficácia, tornando outras medidas mais prioritárias para atuar sobre os problemas identificados.

Medidas Regionais

Da aplicação da metodologia anteriormente apresentada às medidas regionais foram obtidos os resultados ilustrados nos Quadro 5.6 e Quadro 5.7, que representam, respetivamente, os valores associados às medidas regionais de base e às medidas regionais suplementares, para o IPI e o custo/eficácia, relativos aos custos de investimento retificados nesta avaliação intercalar e excluindo as medidas que não vão ser executadas.

Atendendo a que as medidas regionais podem abranger todas as massas de água da região, ou todas as massas de água superficiais ou todas as massas de água subterrâneas, o cálculo dos parâmetros P2 e P3 do Índice de Prioridade de Implementação (IPI) para cada uma das medidas, resulta do somatório das ponderações, realizadas massa de água a massa de água, dividido pelo número total de massas de água, conforme o universo que esteja envolvido.

As medidas de base são por si só prioritárias, no entanto a aplicação desta metodologia permite avaliar a relação da eficácia com o custo e a hierarquização entre as diferentes medidas de base regionais definidas. No entanto, como para grande parte das medidas não foram associados custos de investimento, pois muitas destas medidas têm atividades associadas aos serviços da administração (ações de licenciamento, fiscalização, inventários, entre outros), não sendo possível avaliar ainda nesta fase os custos associados à sua

implementação pelos utilizadores dos recursos hídricos, não é possível calcular o custo/eficácia. As medidas associadas à monitorização e ao licenciamento são as que apresentam um IPI mais elevado.

Quadro 5.6 – Medidas regionais de base: resultados da análise custo-eficácia

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE1P03M01_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias perigosas prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	0 €	308	-
PTE1P04M01_RH	Elaboração do inventário de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias e outros poluentes.	0 €	257	-
PTE1P04M02_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	0 €	308	-
PTE1P05M01_RH	Respeitar os requisitos para as emissões industriais relativos às instalações PCIP	0 €	385	-
PTE1P05M03_SUB_RH	Proibir descargas diretas de poluentes nas águas subterrâneas e controlo da recarga artificial	0 €	408	-
PTE1P06M02_RH	Respeitar as normas e as condicionantes definidas para a utilização de lamas de depuração em solos agrícolas (adotar boas práticas de fertilização com lamas)	0 €	340	-
PTE1P06M04_RH	Respeitar as normas e condicionantes definidas para a valorização agrícola de efluentes pecuários (adotar boas práticas de fertilização com efluentes pecuários)	0 €	411	-
PTE1P06M10_RH	Plano para a redução da contaminação das MA com efluentes agropecuários e agroindustriais (profunda reconfiguração da ENEAPAI)	0 €	334	-
PTE1P07M01_RH	Proceder a uma utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos (pesticidas de utilização agrícola) nas explorações agrícolas e florestais	0 €	308	-
PTE2P03M02_SUP_RH	Proteção das captações de água superficial	0 €	260	-
PTE3P02M34_SUP_RH	Plano para a reconstituição da continuidade fluvial, restauração da vegetação ripária e revisão do regime de caudais ecológicos	10 727 €	260	41 €
PTE5P05M02_SUP_RH	Operacionalização de sistema de alerta contra casos de poluição accidental que podem provocar contaminação de águas balneares	0 €	260	-
PTE5P05M03_RH	Plano para as substâncias prioritárias e unidades PCIP e Seveso	32 390 €	411	79 €
PTE6P01M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Urbano	0 €	334	-
PTE6P03M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Agrícola	0 €	334	-
PTE7P01M01_RH	Monitorizar e avaliar a lista de vigilância	2 945 €	334	9 €
PTE7P01M04_SUP_RH	Complementar os critérios de classificação para avaliação do estado das massas de água superficiais	236 407 €	195	1 211 €
PTE7P01M05_SUP_RH	Atualização da cartografia das zonas sensíveis	11 224 €	174	65 €
PTE7P01M09_RH	Plataforma de Gestão do PGRH	57 697 €	308	187 €
PTE9P02M01_SUP_RH	Monitorização das massas de água superficiais	91 193 €	260	350 €
PTE9P02M02_SUB_RH	Reestruturar as redes de monitorização das massas de água subterrâneas	3 656 €	408	9 €

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE9P04M01_RH	Elaborar para os sítios da Rede Natura 2000 planos de gestão ou instrumentos equivalentes	0 €	359	-
PTE9P05M01_SUP_RH	Articular o controle das pressões e objetivos ambientais com os programas de medidas e monitorização definidos no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)	24 351 €	282	86 €
PTE9P07M01_RH	Desenvolver ações que promovam o capital natural nas áreas do sítio da Rede Natura	0 €	359	-

Para as medidas regionais suplementares os valores máximos do IPI estão relacionados com as ações que incidem sobre as águas subterrâneas, atendendo que é um recurso estratégico. Em termos de custo/eficácia, calculado para as medidas com investimentos associados, a gestão de riscos nas zonas costeiras são as que obtêm um rácio mais elevado. O elevado investimento penaliza o seu rácio custo-eficácia, contudo, é uma medida associada à proteção de pessoas e bens no âmbito da estratégia de adaptação aos efeitos das alterações climáticas.

Quadro 5.7 – Medidas regionais suplementares: resultados da análise custo-eficácia

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE1P02M01_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes agroindustriais	6 644 €	231	29 €
PTE1P02M02_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes pecuários	1 237 €	231	5 €
PTE1P05M02_RH	Licenciar e respeitar os requisitos legais definidos para as explorações pecuárias	0 €	167	-
PTE1P06M01_RH	Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícolas, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo	0 €	180	-
PTE1P06M03_RH	Respeitar as regras da Condicionalidade nas explorações agrícolas, pecuárias e florestais	0 €	141	-
PTE1P06M08_RH	Aplicar os critérios para construção e reabilitação de nitreiras.	0 €	204	-
PTE1P13M01_SUP_RH	Assegurar o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis da aquicultura	0 €	163	-
PTE1P14M01_SUP_RH	Regulamento de descarga de águas residuais industriais em redes públicas de drenagem	0 €	152	-
PTE2P01M01_RH	Melhorar a gestão da água e promover a eficiência da sua utilização no regadio	327 431 €	193	1 701 €
PTE2P01M02_RH	Incentivar uma gestão mais eficiente da água	0 €	193	-
PTE2P01M13_SUP_RH	Promover a reutilização de águas residuais urbanas tratadas e de águas pluviais.	0 €	218	-
PTE2P03M01_SUB_RH	Harmonizar condicionantes das zonas de proteção referentes aos perímetros de proteção das captações de água subterrânea para abastecimento público	0 €	221	-
PTE2P04M01_SUB_RH	Melhorar a regulação das utilizações dos recursos hídricos subterrâneos	0 €	238	-
PTE2P05M01_SUB_RH	Validar o valor de recarga das massas de água	0 €	255	-

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE2P05M02_SUB_RH	Delimitar zonas de máxima infiltração e restrições ao uso do solo em articulação com o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional	0 €	272	-
PTE3P02M26_SUP_RH	Plano de remoção de infraestruturas transversais	0 €	119	-
PTE4P02M01_SUP_RH	Garantir a utilização sustentável dos recursos aquáticos	0 €	218	-
PTE5P01M01_SUP_RH	Adotar práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente/ "Greening"	0 €	231	-
PTE5P01M02_RH	Promover a silvicultura sustentável	12 785 €	231	55 €
PTE5P02M02_RH	Acompanhamento da implementação da Estratégia Nacional de Adaptação aos Impactos das Alterações Climáticas relacionados com os Recursos Hídricos (ENAAAC-RH)	0 €	231	-
PTE5P05M01_RH	Avaliação das fontes potenciais de risco de poluição acidental e avaliação da elaboração de relatórios de segurança e planos de emergência	0 €	231	-
PTE5P06M01_SUP_RH	Elaboração de um plano específico de sedimentos para combate à erosão costeira	239 580 €	152	1 577 €
PTE7P01M03_SUB_RH	Preservar os ecossistemas aquáticos e terrestres dependentes das águas subterrâneas	0 €	272	-
PTE7P01M06_RH	Desenvolvimento de modelos de simulação dos aspetos quantitativos e qualitativos	41 044 €	116	355 €
PTE7P01M07_SUP_RH	Monitorização sistemática da evolução da faixa costeira quer em litoral de arriba quer em litoral arenoso	461 538 €	98	4 727 €
PTE7P01M08_RH	Criar um sistema de informação de apoio à gestão económica da água	0 €	154	-
PTE8P01M02_RH	Desenvolvimento dos Procedimentos de Participação Pública a adotar nos Planos de Recursos Hídricos	0 €	77	-
PTE8P02M01_RH	Promover a capacitação, divulgação e aconselhamento no sector agrícola	62 054 €	180	345 €
PTE9P01M01_RH	Promover uma ação preventiva de fiscalização	0 €	128	-
PTE9P03M02_RH	Revisão do diploma relativo ao Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (FPRH)	0 €	205	-
PTE9P07M02_RH	Implementação do Modelo de Gestão para Empreendimentos de Fins Múltiplos ou equiparados	0 €	184	-

Medidas específicas

O mesmo exercício foi realizado para as medidas específicas. Os resultados ilustrados nos Quadro 5.8 e Quadro 5.9 representam, respetivamente, os valores associados às medidas específicas de base e as medidas específicas suplementares, do cálculo do IPI e do custo/eficácia, face aos custos de investimento retificados nesta avaliação intercalar e excluindo as medidas que não vão ser executadas e excluindo as medidas que não vão ser executadas.

As medidas que apresentam um valor mais elevado de IPI são as que estão associadas aos programas de ação nas zonas vulneráveis e à implementação do regime de caudais ecológicos, que apresentam um rácio de eficácia muito interessante. Os IPI associados PTE1, com objetivo de diminuir as cargas rejeitadas, apresentam um IPI elevado mas um maior rácio custo eficácia. O elevado investimento relacionado penaliza

o seu rácio custo eficácia, no entanto grande parte estão relacionados com o cumprimento da diretiva das águas residuais urbanas.

Quadro 5.8 – Medidas específicas de base: resultados da análise custo-eficácia

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE1P01M05_SUP_RH8	Construção da nova ETAR da Companheira (Portimão)	10 770 480 €	480	22 439 €
PTE1P01M06_SUP_RH8	Construção da nova ETAR de Faro-Olhão	16 586 600 €	480	34 555 €
PTE3P03M01_SUP_RH8	Implementação dos caudais ecológicos nas barragens de Odeáxere-Bravura e sistema Funcho-Arade	40 000 €	640	63 €
PTE1P01M13_RH8	Melhoria do sistema de saneamento no concelho de Monchique, através da remodelação e alargamento da rede de drenagem, incluindo a construção de estações elevatórias e da ETAR da Umbria (freguesia de Alferce)	1 022 207 €	512	1 996 €
PTE1P06M09_SUB_RH8	Aplicação na massa de água subterrânea Mexilhoeira Grande-Portimão das medidas previstas no programa de ação das zonas vulneráveis	7 283 €	1020	7 €
PTE1P06M03_SUB_RH8	Aplicação do programa de ação para as zonas vulneráveis de Faro e da Luz de Tavira	73 449 €	1020	72 €
PTE1P01M04_RH8	Construção da nova ETAR de Vila do Bispo	2 283 000 €	720	3 171 €

Para as medidas específicas suplementares os valores máximos do IPI estão associados às ações que incidem sobre o eixo de medidas PTE2, relativo à promoção da sustentabilidade das captações de água e ao PTE1, relativo à redução ou eliminação de cargas poluentes, sendo que este último apresenta valores de custo/eficácia elevados.

Quadro 5.9 – Medidas específicas suplementares: resultados da análise custo-eficácia

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE1P01M02_RH8	Ligação de Monchique Norte à ETAR de Portimão (Companheira) - Construção de interceptor	584 000 €	384	1 521 €
PTE1P01M03_RH8	Ligação da freguesia de Algoz/Tunes ao sistema de águas residuais de Albufeira, Lagoa e Silves	1 823 000 €	432	4 220 €
PTE1P01M07_SUP_RH8	Sistema Elevatório da Mexilhoeira da Carregação à ETAR da Companheira	711 630 €	288	2 471 €
PTE1P01M08_RH8	Sistema Elevatório de Vila do Bispo e Sagres	1 207 500 €	432	2 795 €
PTE1P01M09_SUP_RH8	Desativação da ETAR do Pinhal do Concelho e construção da Estação Elevatória do Pinhal do Concelho para adução dos respetivos efluentes à ETAR de Vilamoura	1 961 970 €	288	6 812 €
PTE1P01M10_RH8	Construção das Estações Elevatórias EE5, EE7, EE8 e EE9 do sistema de águas residuais de Albufeira, Lagoa e Silves	1 377 000 €	288	4 781 €
PTE1P01M12_SUP_RH8	Construção do sistema elevatório de Olhão e reabilitação das Estações elevatórias de Faro e Olhão	6 900 000 €	288	23 958 €

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE1P01M13_RH8	Melhoria do sistema de saneamento no concelho de Monchique, através da remodelação e alargamento da rede de drenagem, incluindo a construção de estações elevatórias e da ETAR da Umbria (freguesia de Alferce)	1 022 207 €	192	5 324 €
PTE1P01M16_SUP_RH8	Intervenções na rede de saneamento no concelho de Silves - Construção do interceptor e sistema elevatório de Tunes (Algoz) e reabilitação do coletor elevatório de Armação de Pêra, da rede de drenagem de rua em Silves e da EE de Armação de Pêra	1 430 000 €	576	2 483 €
PTE1P15M04_SUP_RH8	Intervenções na rede de saneamento no concelho de Silves - Construção, remodelação e reabilitação de sistemas de drenagem de águas residuais	3 219 950 €	396	8 131 €
PTE2P05M03_SUB_RH8	Implementação das restrições e condicionantes ao uso do solo nas zonas de máxima infiltração	0 €	702	-
PTE2P05M04_SUB_RH8	Elaboração de Plano Específico de Gestão da Água (PEGA) para definição de regras de exploração em área crítica à extração de água subterrânea	0 €	648	-
PTE3P02M01_SUP_RH8	Regularização e requalificação da Ribeira do Ambrósio e limpeza da rede hidrográfica urbana da Alferce e Marmete (concelho de Monchique)	359 201 €	336	1 069 €
PTE3P02M03_SUP_RH8	Requalificação de espaços ribeirinhos no concelho de Silves - Requalificação de margens (Ribeira de Alcantarilha e Barranco da Caixa de Água)	123 000 €	252	488 €
PTE4P01M01_SUP_RH8	Controlo de espécies exóticas marinhas em zonas de influência portuária com especial incidência nos sistemas lagunares e estuarinos	77 000 €	264	292 €
PTE5P06M02_SUP_RH8	Acompanhamento das medidas de intervenções de minimização de risco de erosão costeira no âmbito do Programa da Orla Costeira.	367 900 €	312	1 179 €
PTE7P01M09_SUP_RH8	Controlo das pressões nas áreas de produção de moluscos bivalves e avaliação da sua salubridade para consumo humano	854 700 €	336	2 544 €
PTE7P01M10_SUP_RH8	Monitorização da qualidade das águas costeiras através de microrganismos como complemento aos procedimentos decorrentes da DQA	0 €	288	-
PTE7P01M11_SUP_RH8	Avaliação dos efeitos da entrada em funcionamento da nova ETAR de Olhão nas comunidades bentónicas e na qualidade microbiológica dos bivalves com interesse comercial	189 000 €	234	808 €
PTE7P01M13_SUP_RH8	Quantificação dos impactos nas comunidades macrobentónicas, no sedimento e na coluna de água das Áreas de Produção Aquícolas em mar aberto	43 600 €	234	186 €
PTE7P01M15_SUP_RH8	Caracterização da situação de referência e avaliação das comunidades piscícolas da Ria Formosa, Ria de Alvor e Rio Arade	750 000 €	312	2 404 €

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE7P01M16_SUP_RH8	Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve	0 €	288	-

5.3. Identificação dos principais obstáculos

Ao longo deste processo foram várias as dificuldades sentidas para a sistematização da informação necessária à realização desta avaliação intercalar. Destes importa salientar a identificação das entidades responsáveis por determinadas medidas e a obtenção da informação necessária à sua avaliação.

No seio das entidades nem sempre é fácil obter um ponto focal que faça a ligação entre todos os assuntos que são da competência dessa entidade, integrados nas medidas definidas. Esta necessidade de sistematizar todos os dados e realizar o seu tratamento para obter a informação necessária, que permita avaliar o ponto de situação de implementação das medidas, nem sempre é linear porque, ou essa informação não foi recolhida ou a quando existe a sua disponibilização nem sempre é fácil, pois não está sistematizada de forma a dar resposta ao pretendido.

O cálculo dos indicadores de acompanhamento das medidas foi uma dificuldade acrescida pois ao não se conhecer o universo da informação dificilmente se consegue definir o que falta fazer, para calcular a implementação completa das medidas. Esta realidade levou a que muitos dos indicadores definidos no PGRH tivessem de ser alterados, para que se pudesse ter informação do grau de execução das medidas. Assim, muitas vezes, a opção foi utilizar a execução física como indicador da implementação da medida.

Em termos da programação física e financeira constatou-se que uma grande percentagem das medidas foram adiadas por razões várias, nomeadamente:

- ✓ Medidas que estão dependentes de outras medidas cuja responsabilidade é de outras entidades e que não podem avançar sem estas estarem concretizadas;
- ✓ Dificuldades de contratação, por falta de concorrentes aos concursos lançados, o que provoca atrasos na realização física das medidas;
- ✓ Medidas que estavam dependentes da participação de fundos comunitários para a sua execução, mas para as quais não houve abertura de avisos ou as candidaturas não eram elegíveis ou não foram aprovadas por razões várias;
- ✓ Otimismo na programação física das medidas nos PGRH e que depois na realidade os orçamentos de investimento e as dificuldades anteriormente referidas não permitem a sua implementação nos prazos planeados.

Na Figura 5.3 apresenta-se uma comparação por ano dos investimentos que estavam previstos no PGRH e os investimentos retificados nesta avaliação intercalar.

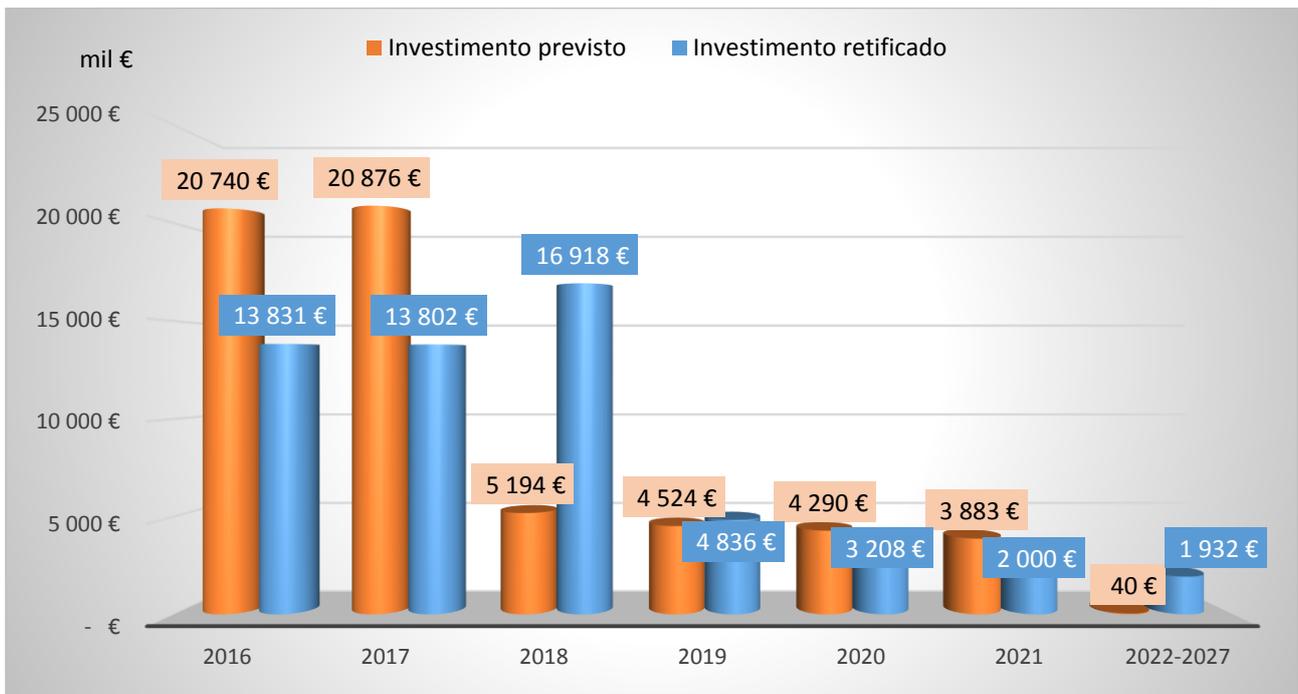


Figura 5.3 – Investimento previsto e retificado por ano

Verifica-se que de facto existe um desfasamento anual entre o investimento previsto e o retificado demonstrando que o maior investimento estava previsto para os primeiros anos mas que o investimento retificado recai mais sobre os anos finais do 2.º ciclo. Nesta sequência existe a necessidade de uma reprogramação física e financeira face ao conhecimento atual do ponto de situação da implementação das medidas.

Acresce que este aspeto vai dificultar a avaliação da eficácia das medidas para o atingir os objetivos ambientais das massas de água durante a elaboração dos planos do 3.º ciclo.

6. ACOMPANHAMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS NA SEGUNDA METADE DO 2.º CICLO DO PLANO (2018-2021)

Com base neste exercício de levantamento da informação para conhecimento do ponto de situação da implementação das medidas foram criados procedimentos que vão permitir agilizar o seguimento da implementação das medidas, preferencialmente com avaliações anuais, essenciais para o processo de planeamento do 3.º ciclo.

Há que lembrar que esta avaliação intercalar recai sobre os anos de 2016 e 2017, ou seja, praticamente um ano e meio depois da aprovação do PGRH, sendo um prazo muito curto para que se consiga antever os resultados da execução das medidas que estão ainda numa fase muito incipiente. No entanto, esta avaliação intercalar permitiu ver tendências, corrigir desvios, redefinir as prioridades com base numa análise custo-eficácia e perceber onde estão os maiores constrangimentos quer na implementação das medidas quer na obtenção da informação necessária ao seu acompanhamento.

Um dos aspetos cruciais deste exercício é como incentivar a entidade responsável para a necessidade de implementar as medidas sob a sua responsabilidade. Para tal, é necessário uma maior sensibilização para este compromisso que passa pela participação ativa das entidades com assento no CRH para que haja um maior envolvimento na avaliação da implementação das medidas e por se dar início à Comissão Interministerial de Coordenação da Água, que foi criada aquando da aprovação do Plano Nacional da Água.

A programação física e financeira com esta revisão intercalar está mais realista e sustentada pelas entidades responsáveis pelas medidas, o que permite reunir condições mais favoráveis para um melhor cumprimento da sua calendarização física e financeira.

Uma questão que terá que ser analisada no próximo exercício de planeamento, ou seja no 3.º ciclo do PGRH, é se a massa de água vai atingir o bom estado com as medidas previstas e se será necessário implementar mais medidas para se atingir os objetivos ambientais.

Anexo I – Medidas regionais

Tabela A – Entidades responsáveis

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Entidade responsável</i>
KTM16	PTE1P02M01_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes agroindustriais	Medida suplementar	Agroindustriais
KTM16	PTE1P02M02_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes pecuários	Medida suplementar	Agropecuários
KTM15	PTE1P03M01_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias perigosas prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM15	PTE1P04M01_RH	Elaboração do inventário de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias e outros poluentes.	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM15	PTE1P04M02_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM99	PTE1P05M01_RH	Respeitar os requisitos para as emissões industriais relativos às instalações PCIP	Medida de base	Agropecuários Entidades Gestoras do Setor Urbano Industriais
KTM99	PTE1P05M02_RH	Licenciar e respeitar os requisitos legais definidos para as explorações pecuárias	Medida suplementar	Direção Regional de Agricultura e Pescas
KTM99	PTE1P05M03_SUB_RH	Proibir descargas diretas de poluentes nas águas subterrâneas e controlo da recarga artificial	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM02	PTE1P06M01_RH	Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícolas, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo	Medida suplementar	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
KTM02	PTE1P06M02_RH	Respeitar as normas e as condicionantes definidas para a utilização de lamas de depuração em solos agrícolas (adotar boas práticas de fertilização com lamas)	Medida de base	Agricultores
KTM02	PTE1P06M03_RH	Respeitar as regras da Condicionalidade nas explorações agrícolas, pecuárias e florestais	Medida suplementar	Agricultores
KTM02	PTE1P06M04_RH	Respeitar as normas e condicionantes definidas para a valorização agrícola de efluentes pecuários (adotar boas práticas de fertilização com efluentes pecuários)	Medida de base	Agricultores
KTM02	PTE1P06M05_RH	Adotar modos de produção sustentáveis	Medida suplementar	Agricultores
KTM02	PTE1P06M06_RH	Adotar sistemas de produção tradicionais/extensivos	Medida suplementar	Agricultores
KTM02	PTE1P06M08_RH	Aplicar os critérios para construção e reabilitação de nitreiras.	Medida suplementar	Agropecuários
KTM02	PTE1P06M10_RH	Plano para a redução da contaminação das MA com efluentes agropecuários e agroindustriais (profunda reconfiguração da ENEAPAI)	Medida de base	Ministério do Ambiente e Transição Energética Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
KTM03	PTE1P07M01_RH	Proceder a uma utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos (pesticidas de utilização agrícola) nas explorações agrícolas e florestais	Medida de base	Agricultores

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Entidade responsável</i>
KTM21	PTE1P10M01_RH	Aplicar os critérios para a construção e/ou reabilitação de estações de lavagem de viaturas e das respetivas redes de drenagem de efluentes.	Medida suplementar	Proprietários
KTM20	PTE1P13M01_SUP_RH	Assegurar o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis da aquicultura	Medida suplementar	Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
KTM21	PTE1P14M01_SUP_RH	Regulamento de descarga de águas residuais industriais em redes públicas de drenagem	Medida suplementar	Entidades gestoras dos sistemas de tratamento de águas residuais
KTM08	PTE2P01M01_RH	Melhorar a gestão da água e promover a eficiência da sua utilização no regadio	Medida suplementar	Agricultores
KTM08	PTE2P01M02_RH	Incentivar uma gestão mais eficiente da água	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM08	PTE2P01M13_SUP_RH	Promover a reutilização de águas residuais urbanas tratadas e de águas pluviais.	Medida suplementar	Entidades gestoras dos sistemas de tratamento de águas residuais Agência Portuguesa do Ambiente
KTM13	PTE2P03M01_SUB_RH	Harmonizar condicionantes das zonas de proteção referentes aos perímetros de proteção das captações de água subterrânea para abastecimento público	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM13	PTE2P03M02_SUP_RH	Proteção das captações de água superficial	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente Entidades gestoras dos sistemas de abastecimento de água
KTM99	PTE2P04M01_SUB_RH	Melhorar a regulação das utilizações dos recursos hídricos subterrâneos	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM99	PTE2P05M01_SUB_RH	Validar o valor de recarga das massas de água	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM99	PTE2P05M02_SUB_RH	Delimitar zonas de máxima infiltração e restrições ao uso do solo em articulação com o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM06	PTE3P02M02_SUP_RH	Instalar, manter e recuperar galerias ripícolas e erradicar espécies invasoras lenhosas em áreas florestais e agroflorestais	Medida suplementar	Agricultores
KTM06	PTE3P02M26_SUP_RH	Plano de remoção de infraestruturas transversais	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM06	PTE3P02M34_SUP_RH	Plano para a reconstituição da continuidade fluvial, restauração da vegetação ripária e revisão do regime de caudais ecológicos	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM20	PTE4P02M01_SUP_RH	Garantir a utilização sustentável dos recursos aquáticos	Medida suplementar	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
KTM23	PTE5P01M01_SUP_RH	Adotar práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente/ "Greening"	Medida suplementar	Agricultores
KTM23	PTE5P01M02_RH	Promover a silvicultura sustentável	Medida suplementar	Agricultores
KTM24	PTE5P02M02_RH	Acompanhamento da implementação da Estratégia Nacional de Adaptação aos Impactos das Alterações Climáticas relacionados com os Recursos Hídricos (ENAAAC-RH)	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM17	PTE5P04M01_RH	Promover a conservação do solo	Medida suplementar	Agricultores
KTM15	PTE5P05M01_RH	Avaliação das fontes potenciais de risco de poluição acidental e avaliação da elaboração de relatórios de segurança e planos de emergência	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM15	PTE5P05M02_SUP_RH	Operacionalização de sistema de alerta contra casos de poluição acidental que podem provocar contaminação de águas balneares	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Entidade responsável</i>
KTM15	PTE5P05M03_RH	Plano para as substâncias prioritárias e unidades PCIP e Seveso	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM24	PTE5P06M01_SUP_RH	Elaboração de um plano específico de sedimentos para combate à erosão costeira	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM09	PTE6P01M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Urbano	Medida de base	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
KTM11	PTE6P03M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Agrícola	Medida de base	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
KTM14	PTE7P01M01_RH	Monitorizar e avaliar a lista de vigilância	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M02_RH	Promover a inovação no sector agrícola	Medida suplementar	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
KTM14	PTE7P01M03_SUB_RH	Preservar os ecossistemas aquáticos e terrestres dependentes das águas subterrâneas	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M04_SUP_RH	Complementar os critérios de classificação para avaliação do estado das massas de água superficiais	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M05_SUP_RH	Atualização da cartografia das zonas sensíveis	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M06_RH	Desenvolvimento de modelos de simulação dos aspetos quantitativos e qualitativos	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M07_RH	Avaliar a possibilidade de criação de um Mercado de Licenças	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M07_SUP_RH	Monitorização sistemática da evolução da faixa costeira quer em litoral de arriba quer em litoral arenoso	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M08_RH	Criar um sistema de informação de apoio à gestão económica da água	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M09_RH	Plataforma de Gestão do PGRH	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM12	PTE8P01M02_RH	Desenvolvimento dos Procedimentos de Participação Pública a adotar nos Planos de Recursos Hídricos	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM12	PTE8P02M01_RH	Promover a capacitação, divulgação e aconselhamento no sector agrícola	Medida suplementar	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural Direção Regional de Agricultura e Pescas
KTM99	PTE9P01M01_RH	Promover uma ação preventiva de fiscalização	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE9P02M01_SUP_RH	Monitorização das massas de água superficiais	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE9P02M02_SUB_RH	Reestruturar as redes de monitorização das massas de água subterrâneas	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM99	PTE9P03M02_RH	Revisão do diploma relativo ao Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (FPRH)	Medida suplementar	Ministério do Ambiente e Transição Energética
KTM99	PTE9P04M01_RH	Elaborar para os sítios da Rede Natura 2000 planos de gestão ou instrumentos equivalentes	Medida de base	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
KTM99	PTE9P05M01_SUP_RH	Articular o controle das pressões e objetivos ambientais com os programas de medidas e monitorização definidos no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM99	PTE9P07M01_RH	Desenvolver ações que promovam o capital natural nas áreas do sítio da Rede Natura	Medida de base	Câmaras Municipais
KTM99	PTE9P07M02_RH	Implementação do Modelo de Gestão para Empreendimentos de Fins Múltiplos ou equiparados	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente

Tabela B – Execução física das medidas regionais

KTM	Código da Medida	Designação	Programação física	Programação física (2016-2017) (%)	Programação Física retificada	Execução física (2016-2017) (%)	Desvio (%)	Ponto de situação
KTM16	PTE1P02M01_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes agroindustriais	2016 - 2020	40%		48%	8%	Em execução
KTM16	PTE1P02M02_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes pecuários	2016 - 2020	40%		50%	10%	Em execução
KTM15	PTE1P03M01_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias perigosas prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	2016 - 2021	33%		52%	19%	Em execução
KTM15	PTE1P04M01_RH	Elaboração do inventário de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias e outros poluentes.	2016 - 2019	50%	2017-2019	50%	0%	Em execução
KTM15	PTE1P04M02_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	2016 - 2021	33%		0%	-33%	Em execução
KTM99	PTE1P05M01_RH	Respeitar os requisitos para as emissões industriais relativos às instalações PCIP	2016 - 2020	40%	2016-2021	33%	-7%	Executada em contínuo
KTM99	PTE1P05M02_RH	Licenciar e respeitar os requisitos legais definidos para as explorações pecuárias	2016 - 2021	33%		100%	67%	Executada em contínuo
KTM99	PTE1P05M03_SUB_RH	Proibir descargas diretas de poluentes nas águas subterrâneas e controlo da recarga artificial	2016 - 2021	33%		100%	67%	Executada em contínuo
KTM02	PTE1P06M01_RH	Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícolas, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo	2016	100%	2016-2017	100%	0%	Executada
KTM02	PTE1P06M02_RH	Respeitar as normas e as condicionantes definidas para a utilização de lamas de depuração em solos agrícolas (adotar boas práticas de fertilização com lamas)	2016 - 2020	40%	2016-2021	100%	60%	Executada em contínuo
KTM02	PTE1P06M03_RH	Respeitar as regras da Condicionalidade nas explorações agrícolas, pecuárias e florestais	2016 - 2021	33%		33%	0%	Em execução
KTM02	PTE1P06M04_RH	Respeitar as normas e condicionantes definidas para a valorização agrícola de efluentes pecuários (adotar boas práticas de fertilização com efluentes pecuários)	2016 - 2021	33%		100%	67%	Executada em contínuo
KTM02	PTE1P06M05_RH	Adotar modos de produção sustentáveis	2016 - 2020	40%		0%	-40%	Não executada

KTM	Código da Medida	Designação	Programação física	Programação física (2016-2017) (%)	Programação Física retificada	Execução física (2016-2017) (%)	Desvio (%)	Ponto de situação
KTM02	PTE1P06M06_RH	Adotar sistemas de produção tradicionais/extensivos	2016 - 2020	40%		0%	-40%	Não executada
KTM02	PTE1P06M08_RH	Aplicar os critérios para construção e reabilitação de nitreiras.	2016 - 2021	33%		100%	67%	Executada em contínuo
KTM02	PTE1P06M10_RH	Plano para a redução da contaminação das MA com efluentes agropecuários e agroindustriais (profunda reconfiguração da ENEAPAI)	2017 - 2019	32%		20%	-12%	Em execução
KTM03	PTE1P07M01_RH	Proceder a uma utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos (pesticidas de utilização agrícola) nas explorações agrícolas e florestais	2016 - 2021	33%	2018-2023	0%	-33%	Adiada
KTM21	PTE1P10M01_RH	Aplicar os critérios para a construção e/ou reabilitação de estações de lavagem de viaturas e das respetivas redes de drenagem de efluentes.	2016 - 2021	33%		0%	-33%	Não executada
KTM20	PTE1P13M01_SUP_RH	Assegurar o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis da aquicultura	2016 - 2020	40%		10%	-30%	Em execução
KTM21	PTE1P14M01_SUP_RH	Regulamento de descarga de águas residuais industriais em redes públicas de drenagem	2016 - 2018	65%	2016-2021	20%	-45%	Em execução
KTM08	PTE2P01M01_RH	Melhorar a gestão da água e promover a eficiência da sua utilização no regadio	2016 - 2020	40%		21%	-19%	Em execução
KTM08	PTE2P01M02_RH	Incentivar uma gestão mais eficiente da água	2017 - 2021	20%		20%	0%	Em execução
KTM08	PTE2P01M13_SUP_RH	Promover a reutilização de águas residuais urbanas tratadas e de águas pluviais.	2016 - 2021	33%	2017-2019	30%	-3%	Em execução
KTM13	PTE2P03M01_SUB_RH	Harmonizar condicionantes das zonas de proteção referentes aos perímetros de proteção das captações de água subterrânea para abastecimento público	2017 - 2021	20%	2018-2021	0%	-20%	Adiada
KTM13	PTE2P03M02_SUP_RH	Proteção das captações de água superficial	2016 - 2019	50%	2016-2021	50%	0%	Em execução
KTM99	PTE2P04M01_SUB_RH	Melhorar a regulação das utilizações dos recursos hídricos subterrâneos	2016 - 2021	33%		33%	0%	Executada em contínuo
KTM99	PTE2P05M01_SUB_RH	Validar o valor de recarga das massas de água	2016 - 2020	40%		0%	-40%	Não executada
KTM99	PTE2P05M02_SUB_RH	Delimitar zonas de máxima infiltração e restrições ao uso do solo em articulação com o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional	2016 - 2021	30%	2016-2021	75%	45%	Em execução
KTM06	PTE3P02M02_SUP_RH	Instalar, manter e recuperar galerias ripícolas e erradicar espécies invasoras lenhosas em áreas florestais e agroflorestais	2016 - 2020	40%		0%	-40%	Não executada
KTM06	PTE3P02M26_SUP_RH	Plano de remoção de infraestruturas transversais	2016 - 2017	50%	2016-2020	30%	-20%	Em execução

KTM	Código da Medida	Designação	Programação física	Programação física (2016-2017) (%)	Programação Física retificada	Execução física (2016-2017) (%)	Desvio (%)	Ponto de situação
KTM06	PTE3P02M34_SUP_RH	Plano para a reconstituição da continuidade fluvial, restauração da vegetação ripária e revisão do regime de caudais ecológicos	2017 - 2019	35%	2017-2020	10%	-25%	Em execução
KTM20	PTE4P02M01_SUP_RH	Garantir a utilização sustentável dos recursos aquáticos	2016 - 2020	40%	2019-2021	0%	-40%	Adiada
KTM23	PTE5P01M01_SUP_RH	Adotar práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente/ "Greening"	2016 - 2020	40%		40%	0%	Em execução
KTM23	PTE5P01M02_RH	Promover a silvicultura sustentável	2016 - 2020	40%		40%	0%	Em execução
KTM24	PTE5P02M02_RH	Acompanhamento da implementação da Estratégia Nacional de Adaptação aos Impactos das Alterações Climáticas relacionados com os Recursos Hídricos (ENAA-RH)	2016 - 2021	33%		100%	67%	Executada em contínuo
KTM17	PTE5P04M01_RH	Promover a conservação do solo	2016 - 2020	40%		0%	-40%	Não executada
KTM15	PTE5P05M01_RH	Avaliação das fontes potenciais de risco de poluição accidental e avaliação da elaboração de relatórios de segurança e planos de emergência	2016 - 2021	30%		100%	70%	Executada em contínuo
KTM15	PTE5P05M02_SUP_RH	Operacionalização de sistema de alerta contra casos de poluição accidental que podem provocar contaminação de águas balneares	2017 - 2021	20%	2016-2021	100%	80%	Em execução
KTM15	PTE5P05M03_RH	Plano para as substâncias prioritárias e unidades PCIP e Seveso	2017 - 2019	32%	2015-2021	20%	-12%	Em execução
KTM24	PTE5P06M01_SUP_RH	Elaboração de um plano específico de sedimentos para combate à erosão costeira	2016 - 2020	17%	2019-2021	0%	-17%	Adiada
KTM09	PTE6P01M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Urbano	2018 - 2020	0%	2018-2019	0%		Por executar
KTM11	PTE6P03M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Agrícola	2017 - 2018	50%		82%	32%	Em execução
KTM14	PTE7P01M01_RH	Monitorizar e avaliar a lista de vigilância	2016 - 2020	40%	2016-2021	100%	60%	Executada em contínuo
KTM14	PTE7P01M02_RH	Promover a inovação no sector agrícola	2016 - 2020	40%		0%	-40%	Não executada
KTM14	PTE7P01M03_SUB_RH	Preservar os ecossistemas aquáticos e terrestres dependentes das águas subterrâneas	2016 - 2021	33%		33%	0%	Em execução
KTM14	PTE7P01M04_SUP_RH	Complementar os critérios de classificação para avaliação do estado das massas de água superficiais	2017 - 2020	25%	2019	0%	-25%	Adiada
KTM14	PTE7P01M05_SUP_RH	Atualização da cartografia das zonas sensíveis	2016 - 2017	100%	2016-2019	40%	-60%	Em execução
KTM14	PTE7P01M06_RH	Desenvolvimento de modelos de simulação dos aspetos quantitativos e qualitativos	2017 - 2020	25%	2015-2021	30%	5%	Em execução
KTM14	PTE7P01M07_RH	Avaliar a possibilidade de criação de um Mercado de Licenças	2017 - 2021	20%		0%	-20%	Não executada

KTM	Código da Medida	Designação	Programação física	Programação física (2016-2017) (%)	Programação Física retificada	Execução física (2016-2017) (%)	Desvio (%)	Ponto de situação
KTM14	PTE7P01M07_SUP_RH	Monitorização sistemática da evolução da faixa costeira quer em litoral de arriba quer em litoral arenoso	2016 - 2021	33%	2018-2021	0%	-33%	Adiada
KTM14	PTE7P01M08_RH	Criar um sistema de informação de apoio à gestão económica da água	2017 - 2019	30%	2019-2020	0%	-30%	Adiada
KTM14	PTE7P01M09_RH	Plataforma de Gestão do PGRH	2017	100%	2017-2020	2%	-98%	Em execução
KTM12	PTE8P01M02_RH	Desenvolvimento dos Procedimentos de Participação Pública a adotar nos Planos de Recursos Hídricos	2017 - 2021	20%	2018-2020	0%	-20%	Adiada
KTM12	PTE8P02M01_RH	Promover a capacitação, divulgação e aconselhamento no sector agrícola	2016 - 2020	40%		44%	4%	Em execução
KTM99	PTE9P01M01_RH	Promover uma ação preventiva de fiscalização	2016 - 2027	20%	2016-2021	33%	13%	Executada em contínuo
KTM14	PTE9P02M01_SUP_RH	Monitorização das massas de água superficiais	2016 - 2021	33%	2015-2018	99%	66%	Em execução
KTM14	PTE9P02M02_SUB_RH	Reestruturar as redes de monitorização das massas de água subterrâneas	2017 - 2021	20%	2015-2017	100%	80%	Executada
KTM99	PTE9P03M02_RH	Revisão do diploma relativo ao Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (FPRH)	2017 - 2018	50%	2016	100%	50%	Executada
KTM99	PTE9P04M01_RH	Elaborar para os sítios da Rede Natura 2000 planos de gestão ou instrumentos equivalentes	2017 - 2021	20%		20%	0%	Em execução
KTM99	PTE9P05M01_SUP_RH	Articular o controle das pressões e objetivos ambientais com os programas de medidas e monitorização definidos no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)	2016 - 2020	40%	2018-2021	0%	-40%	Adiada
KTM99	PTE9P07M01_RH	Desenvolver ações que promovam o capital natural nas áreas do sítio da Rede Natura	2016 - 2020	40%		40%	0%	Em execução
KTM99	PTE9P07M02_RH	Implementação do Modelo de Gestão para Empreendimentos de Fins Múltiplos ou equiparados	2016 - 2018	68%	2018-2021	0%	-68%	Adiada

Tabela C – Execução financeira das medidas regionais

KTM	Código da Medida	Investimento previsto (mil €)	Programação financeira (2016-2017) (mil €)	Fonte de Financiamento	Investimento retificado (mil €)	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira (2016-2017) (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitária (2016-2017) (mil €)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (%)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (mil €)	Desvio do executado face ao previsto (%)	Desvio do executado face ao previsto (mil €)
KTM16	PTE1P02M01_RH	0	0	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Privado	7	5	2	3	2	1		7		
KTM16	PTE1P02M02_RH	0	0	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Privado	1	1	0	1	0	0		1		
KTM15	PTE1P03M01_SUP_RH	75	25	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-75		0
KTM15	PTE1P04M01_RH	50	26	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-50		0
KTM15	PTE1P04M02_SUP_RH	75	25	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-75		0
KTM99	PTE1P05M01_RH	0	0	Privado Empresas Públicas Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM99	PTE1P05M02_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM99	PTE1P05M03_SUB_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M01_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M02_RH	0	0	Privado Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M03_RH	0	0	Privado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M04_RH	0	0	Privado Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M05_RH	0	0	-	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M06_RH	0	0	-	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M08_RH	0	0	Privado Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M10_RH	25	8	Orçamento do Estado Fundo Ambiental	-	-	-	-	-	-	-100%	-25		0
KTM03	PTE1P07M01_RH	0	0	Privado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM21	PTE1P10M01_RH	0	0	-	-	-	-	-	-	-		-		
KTM20	PTE1P13M01_SUP_RH	20	8	PO MAR 2020 Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-20		0
KTM21	PTE1P14M01_SUP_RH	0	0	Empresas Municipais	-	-	-	-	-	-		-		
KTM08	PTE2P01M01_RH	0	0	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Privado	327	82	246	39	10	29		327		
KTM08	PTE2P01M02_RH	20	4	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-20		0
KTM08	PTE2P01M13_SUP_RH	80	28	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-80		0
KTM13	PTE2P03M01_SUB_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM13	PTE2P03M02_SUP_RH	50	25	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-50		0
KTM99	PTE2P04M01_SUB_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM99	PTE2P05M01_SUB_RH	20	7	-	-	-	-	-	-	-	-100%	-20		0
KTM99	PTE2P05M02_SUB_RH	20	6	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-20		0
KTM06	PTE3P02M02_SUP_RH	0	0	-	-	-	-	-	-	-		-		
KTM06	PTE3P02M26_SUP_RH	30	30	Orçamento do Estado Fundo Ambiental	-	-	-	-	-	-	-100%	-30		0
KTM06	PTE3P02M34_SUP_RH	37,5	12	Orçamento do Estado Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Fundo Ambiental	11	2	9	3	0	3	-71%	-27	-7%	0
KTM20	PTE4P02M01_SUP_RH	0	0	PO MAR 2020 Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM23	PTE5P01M01_SUP_RH	0	0	Programa de Desenvolvimento Rural	-	-	-	-	-	-		-		

KTM	Código da Medida	Investimento previsto (mil €)	Programação financeira (2016-2017) (mil €)	Fonte de Financiamento	Investimento retificado (mil €)	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira (2016-2017) (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitário (2016-2017) (mil €)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (%)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (mil €)	Desvio do executado face ao previsto (%)	Desvio do executado face ao previsto (mil €)
				2014-2020 Privado										
KTM23	PTE5P01M02_RH	0	0	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Privado	13	5	8	5	2	3		13		
KTM24	PTE5P02M02_RH	30	10	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-30		0
KTM17	PTE5P04M01_RH	0	0	-	-	-	-	-	-	-		-		
KTM15	PTE5P05M01_RH	20	6	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-20		0
KTM15	PTE5P05M02_SUP_RH	80	16	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-80		0
KTM15	PTE5P05M03_RH	25	8	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Fundo Ambiental	32	5	28	7	1	6	30%	7	-58%	-4
KTM24	PTE5P06M01_SUP_RH	375	150	Fundo Ambiental Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	240	60	180	-	-	-	-36%	-135		-96
KTM09	PTE6P01M01_RH	0	0	Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-		-		
KTM11	PTE6P03M01_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM14	PTE7P01M01_RH	30	12	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Orçamento do Estado Fundo Ambiental	3	0	3	1	0	1	-90%	-27	9%	0
KTM14	PTE7P01M02_RH	0	0	-	-	-	-	-	-	-		-		
KTM14	PTE7P01M03_SUB_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM14	PTE7P01M04_SUP_RH	140	23	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Orçamento do Estado Fundo Ambiental	236	35	201	-	-	-	69%	96		-39
KTM14	PTE7P01M05_SUP_RH	10	10	Orçamento do Estado	11	11	-	8	8	-	12%	1	-43%	-3
KTM14	PTE7P01M06_RH	75	15	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Orçamento do Estado Fundo Ambiental	41	15	26	1	-	1	-45%	-34	-873%	-7
KTM14	PTE7P01M07_RH	10	2	-	-	-	-	-	-	-	-100%	-10		0
KTM14	PTE7P01M07_SUP_RH	375	124	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Orçamento do Estado Fundo Ambiental	462	69	392	-	-	-	23%	87		-153
KTM14	PTE7P01M08_RH	10	3	Sistema de Apoio à Modernização e capacitação da Administração Pública	-	-	-	-	-	-	-100%	-10		0
KTM14	PTE7P01M09_RH	70	70	Sistema de Apoio à Modernização e capacitação da Administração Pública	58	58	-	9	9	-	-18%	-12	-522%	-48
KTM12	PTE8P01M02_RH	30	6	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-30		0
KTM12	PTE8P02M01_RH	20	8	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Orçamento do Estado	62	29	33	9	4	5	210%	42	-167%	-16
KTM99	PTE9P01M01_RH	100	20	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-100		0
KTM14	PTE9P02M01_SUP_RH	129,25	484	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência	91	14	78	91	14	77	-29%	-38	-277%	-251

KTM	Código da Medida	Investimento previsto (mil €)	Programação financeira (2016-2017) (mil €)	Fonte de Financiamento	Investimento retificado (mil €)	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira (2016-2017) (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitário (2016-2017) (mil €)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (%)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (mil €)	Desvio do executado face ao previsto (%)	Desvio do executado face ao previsto (mil €)
				no Uso de Recursos Fundo Ambiental										
KTM14	PTE9P02M02_SUB_RH	77,5	110	Orçamento do Estado Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Fundo Ambiental	4	1	3	3	0	3	-95%	-74	-57%	-2
KTM99	PTE9P03M02_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM99	PTE9P04M01_RH	80	16	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-80		0
KTM99	PTE9P05M01_SUP_RH	100	40	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Orçamento do Estado	24	7	18	-	-	-	-76%	-76		-10
KTM99	PTE9P07M01_RH	80	32	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Autarquias Locais	-	-	-	-	-	-	-100%	-80		0
KTM99	PTE9P07M02_RH	75	50	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-75		0

Tabela D – Indicadores das medidas regionais

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE1P02M01_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes agroindustriais	N.º de investimentos apoiados que contribuam para melhorar a gestão de efluentes agroindustriais / N.º total de investimentos que contribuam para melhorar a gestão de efluentes agroindustriais	100% em 2020	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas		14%
PTE1P02M02_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes pecuários	N.º de investimentos apoiados que contribuam para melhorar a gestão de efluentes pecuários / N.º total de investimentos que contribuam para melhorar a gestão de efluentes pecuários	100% em 2020	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas		2%
PTE1P03M01_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias perigosas prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	N.º dos TURH das ETAR urbanas não PRTR que foram revistos /N.º das ETAR urbanas não PRTR em que foram identificadas indústrias que podem originar descargas de substâncias perigosas prioritárias	100% em 2021	N.º dos TURH de ETAR urbanas que foram revistos /N.º dos TURH de ETAR urbanas		11%
PTE1P04M01_RH	Elaboração do inventário de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias e outros poluentes.	N.º de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias e outros poluentes inventariados/N.º de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias e outros poluentes existentes	100% em 2019	Elaboração do inventário		50%
PTE1P04M02_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	N.º dos TURH das ETAR urbanas não PRTR que foram revistos /N.º das ETAR urbanas não PRTR em que foram identificadas indústrias que podem originar descargas de substâncias prioritárias	100% em 2021			0%
PTE1P05M01_RH	Respeitar os requisitos para as emissões industriais relativos às instalações PCIP	N.º de requisitos cumpridos das licenças ambientais / N.º de requisitos relativos à água existentes nas licenças ambientais	100% em 2020	N.º de TURH das licenças ambientais em cumprimento / N.º de TURH das licenças ambientais existentes	100% em 2021	88%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE1P05M02_RH	Licenciar e respeitar os requisitos legais definidos para as explorações pecuárias	N.º de explorações pecuárias licenciadas / N.º total de explorações pecuárias N.º de explorações pecuárias em conformidade com as normas ambientais / N.º total de explorações pecuárias	100% em 2017 100% em 2021	N.º de explorações licenciadas/ N.º de explorações que deram entrada no processo de licenciamento através Base de dados do NREAP	80% anualmente	89%
PTE1P05M03_SUB_RH	Proibir descargas diretas de poluentes nas águas subterrâneas e controlo da recarga artificial	N.º de recargas artificiais nas MA subterrâneas	0% / ano	N.º de pedidos indeferidos / N.º de pedidos para emissão de TURH destas utilizações	100% / ano	100%
PTE1P06M01_RH	Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícolas, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo	Revisão do Código de Boas Práticas Agrícolas, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo	100% em 2016		100% em 2017	100%
PTE1P06M02_RH	Respeitar as normas e as condicionantes definidas para a utilização de lamas de depuração em solos agrícolas (adotar boas práticas de fertilização com lamas)	N.º de normas respeitadas / N.º de normas definidas para a utilização de lamas de depuração em solos agrícolas	80% em 2020	N.º de parcelas aprovadas/N.º de parcelas submetidas a aprovação	100% em 2021	100%
PTE1P06M03_RH	Respeitar as regras da Condicionalidade nas explorações agrícolas, pecuárias e florestais	N.º de explorações agrícolas, pecuárias e florestais em conformidade com as regras da condicionalidade / N.º de explorações agrícolas, pecuárias e florestais abrangidas por estas regras	70%/ano			33%
PTE1P06M04_RH	Respeitar as normas e condicionantes definidas para a valorização agrícola de efluentes pecuários (adotar boas práticas de fertilização com efluentes pecuários)	N.º de explorações agrícolas que respeitam as normas definidas para valorização agrícola de efluentes pecuários / N.º total de explorações agrícolas que realizam valorização agrícola dos efluentes pecuários N.º de PGEP recebidos na APA com indicação de destino adequado para a totalidade dos efluentes pecuários produzidos e que mereceram parecer favorável da APA/ N.º total de PGEP recebidos na APA para emissão de parecer	100% em 2021 100% em 2021	N.º de parcelas aprovadas/N.º de parcelas submetidas a aprovação		92%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE1P06M05_RH	Adotar modos de produção sustentáveis	N.º de explorações agrícolas de produção sustentável ao nível dos recursos hídricos com plano de exploração aprovado /N.º de explorações agrícolas licenciadas	100% em 2020	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas		
PTE1P06M06_RH	Adotar sistemas de produção tradicionais/extensivos	N.º de explorações agrícolas de produção tradicional/extensiva ao nível dos recursos hídricos com plano de exploração aprovado/N.º de explorações agrícolas licenciadas	100% em 2020	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas		
PTE1P06M08_RH	Aplicar os critérios para construção e reabilitação de nitreiras.	% de nitreiras que cumprem os critérios de construção/reabilitação estabelecidos	100% em 2021			0%
PTE1P06M10_RH	Plano para a redução da contaminação das MA com efluentes agropecuários e agroindustriais (profunda reconfiguração da ENEAPAI)	Elaboração do plano	100% em 2019	Elaboração do plano		20%
PTE1P07M01_RH	Proceder a uma utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos (pesticidas de utilização agrícola) nas explorações agrícolas e florestais	N.º de explorações agrícolas e florestais que respeitam as normas ambientais na utilização dos produtos fitofarmacêuticos / N.º total de explorações agrícolas e florestais que utilizam produtos fitofarmacêuticos	70%/ano	N.º de medidas implementadas/n.º de medidas definidas no Plano	100% em 2023	27%
PTE1P10M01_RH	Aplicar os critérios para a construção e/ou reabilitação de estações de lavagem de viaturas e das respetivas redes de drenagem de efluentes.	% estações de lavagem de viaturas construídas/remodeladas de acordos com os critérios de controlo da poluição	75% em 2021		100% em 2021	0%
PTE1P13M01_SUP_RH	Assegurar o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis da aquicultura	N.º de ações que assegurem um desenvolvimento sustentável da aquicultura N.º de explorações aquícolas licenciadas com exploração sustentável/N.º de explorações aquícolas licenciadas	5 ações em 2020 70% em 2021	N.º de planos elaborados por categoria de massas de água	100% em 2019	0%
PTE1P14M01_SUP_RH	Regulamento de descarga de águas residuais industriais em redes públicas de drenagem	N.º de EG com regulamento de descarga / N.º total de EG	100% em 2018	N.º de EG em baixa com regulamento de serviço/ N.º total de EG em baixa	100% em 2021	14%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE2P01M01_RH	Melhorar a gestão da água e promover a eficiência da sua utilização no regadio	N.º de investimentos apoiados que contribuam para promover melhorias na gestão da água e na eficiência hídrica / N.º total de investimentos na exploração agrícola que contribuam para promover melhorias na gestão da água e na eficiência hídrica	80% em 2020	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas	100% em 2020	50%
PTE2P01M02_RH	Incentivar uma gestão mais eficiente da água	Programa de Incentivos definido N.º de agricultores abrangidos por formação / N.º total de agricultores	100% em 2018	Programa de Incentivos definido	100% em 2021	20%
PTE2P01M13_SUP_RH	Promover a reutilização de águas residuais urbanas tratadas e de águas pluviais.	N.º de Estudos Piloto realizados para a reutilização de águas residuais urbanas tratadas e/ou águas pluviais	2 em 2021	Elaboração de uma estratégia nacional, legislação e guia.	100% em 2019	30%
PTE2P03M01_SUB_RH	Harmonizar condicionantes das zonas de proteção referentes aos perímetros de proteção das captações de água subterrânea para abastecimento público	Metodologia harmonizada sobre as condicionantes das zonas de proteção referentes aos perímetros de proteção das captações de água subterrânea para abastecimento público e sua aplicação.	100% em 2021	Metodologia harmonizada sobre as condicionantes das zonas de proteção e sua aplicação.		0%
PTE2P03M02_SUP_RH	Proteção das captações de água superficial	N.º de captações superficiais com perímetros de proteção / N.º total de captações superficiais	100% em 2019		100% em 2021	50%
PTE2P04M01_SUB_RH	Melhorar a regulação das utilizações dos recursos hídricos subterrâneos	N.º de captações novas com TURH/N.º total de captações novas	100% em 2021			54%
PTE2P05M01_SUB_RH	Validar o valor de recarga das massas de água	N.º de MA com valor de recarga validado / N.º de MA em estudo	100% em 2020			0%
PTE2P05M02_SUB_RH	Delimitar zonas de máxima infiltração e restrições ao uso do solo em articulação com o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional	N.º de zonas de máxima infiltração delimitadas/N.º total de zonas de máxima infiltração a delimitar	100% em 2021			75%
PTE3P02M02_SUP_RH	Instalar, manter e recuperar galerias ripícolas e erradicar espécies invasoras lenhosas em áreas florestais e agroflorestais	N.º de galerias ripícolas recuperadas / N.º total de galerias ripícolas a recuperar	80% em 2020	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas	100% em 2020	
PTE3P02M26_SUP_RH	Plano de remoção de infraestruturas transversais	Elaboração do plano	100% em 2018		100% em 2020	30%
PTE3P02M34_SUP_RH	Plano para a reconstituição da continuidade fluvial, restauração da	Elaboração do plano	100% em 2019		100% em 2020	10%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
	vegetação ripária e revisão do regime de caudais ecológicos					
PTE4P02M01_SUP_RH	Garantir a utilização sustentável dos recursos aquáticos	Garantir que as ações para assegurarem a proteção, e a manutenção do bom estado das massas de água são incluídas nos planos de gestão e exploração das ZPP e ZPL	100% de garantia até 2020	Número de planos de gestão e exploração das ZPP e ZPL aprovados/Número de planos de gestão e exploração das ZPP e ZPL existentes	100% em 2021	0%
PTE5P01M01_SUP_RH	Adotar práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente/ "Greening"	N.º de práticas adoptadas nas explorações agrícolas no âmbito do greening /N.º de explorações agrícolas licenciadas	100% em 2020			40%
PTE5P01M02_RH	Promover a silvicultura sustentável	N.º de apoios à instalação de florestas/N.º de explorações silvícolas instaladas	70% / ano	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas	100% em 2020	3%
PTE5P02M02_RH	Acompanhamento da implementação da Estratégia Nacional de Adaptação aos Impactos das Alterações Climáticas relacionados com os Recursos Hídricos (ENAAC-RH)	Grau de acompanhamento da ENAAC-RH (número de ações implementadas / número de ações previstas) ×100	50% em 2021 75% em 2027			100%
PTE5P04M01_RH	Promover a conservação do solo	N.º de investimentos apoiados que contribuam para melhorar a conservação do solo / N.º total de investimentos na exploração agrícola que existam para melhorar a conservação do solo	80% em 2020	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas	100% em 2020	
PTE5P05M01_RH	Avaliação das fontes potenciais de risco de poluição acidental e avaliação da elaboração de relatórios de segurança e planos de emergência	N.º de fontes potenciais de risco de poluição acidental inventariados/ N.º fontes potenciais de risco de poluição acidental existentes N.º de relatórios de segurança e de planos de emergência avaliados / N.º de relatórios de segurança e de planos de emergência elaborados	100% em 2018 100% em 2021	N.º de relatórios de segurança atualizados / N.º de instalações SEVESO	100% em 2021	100%
PTE5P05M02_SUP_RH	Operacionalização de sistema de alerta contra casos de poluição acidental que podem provocar contaminação de águas balneares	N.º de sistemas de alerta implementados contra casos de poluição / N.º total de massas de água em zonas balneares	80% em 2021	N.º de sistemas de alerta implementados contra casos de poluição / N.º total de águas		100%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
				balneares com necessidade de sistema de alerta		
PTE5P05M03_RH	Plano para as substâncias prioritárias e unidades PCIP e Seveso	Elaboração do plano	100% em 2019		100% em 2021	20%
PTE5P06M01_SUP_RH	Elaboração de um plano específico de sedimentos para combate à erosão costeira	Plano específico de gestão de águas para restabelecer o ciclo sedimentar para combate à erosão costeira	1 plano em 2020		1 plano em 2021	0%
PTE6P01M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Urbano	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Urbano	100% em 2020		100% em 2019	0%
PTE6P03M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Agrícola	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Agrícola	100% em 2018	N.º de AH do grupo II, com contrato de concessão, que aplicam taxa de exploração (TE) em função do volume de água/ N.º de AH do grupo II, com contrato de concessão, onde é aplicável TE	100% em 2021	88%
PTE7P01M01_RH	Monitorizar e avaliar a lista de vigilância	N.º de estações monitorizadas/ N.º de estações existentes	20%/ano	Elaboração de relatório	1/ano	100%
PTE7P01M02_RH	Promover a inovação no sector agrícola	N.º de ações inovadoras no sector agrícola	2/ano	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas	100% em 2020	
PTE7P01M03_SUB_RH	Preservar os ecossistemas aquáticos e terrestres dependentes das águas subterrâneas	Metodologia de classificação dos EDAS e dos ETDAS aferida	100% em 2021			33%
PTE7P01M04_SUP_RH	Complementar os critérios de classificação para avaliação do estado das massas de água superficiais	N.º de critérios definidos / N.º de critérios necessários para complementar os sistemas de classificação	80% em 2020	Elaboração do relatório	100% em 2020	0%
PTE7P01M05_SUP_RH	Atualização da cartografia das zonas sensíveis	Elaboração de um diploma legal com a atualização da cartografia das zonas sensíveis	100% em 2017		100% em 2019	40%
PTE7P01M06_RH	Desenvolvimento de modelos de simulação dos aspetos quantitativos e qualitativos	N.º de modelos de simulação desenvolvidos/N.º de modelos necessários à gestão de recursos hídricos	100% em 2021			25%
PTE7P01M07_RH	Avaliar a possibilidade de criação de um Mercado de Licenças	Criação de um Modelo de Mercado de Licenças	100% em 2021			0%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE7P01M07_SUP_RH	Monitorização sistemática da evolução da faixa costeira quer em litoral de arriba quer em litoral arenoso	N.º de ações implementadas / N.º de ações previstas	100% em 2021			0%
PTE7P01M08_RH	Criar um sistema de informação de apoio à gestão económica da água	Criação de um Sistema de Informação de apoio à gestão económica da Água	100% em 2019			0%
PTE7P01M09_RH	Plataforma de Gestão do PGRH	Operacionalização da ferramenta de gestão	100% em 2017		100% em 2020	2%
PTE8P01M02_RH	Desenvolvimento dos Procedimentos de Participação Pública a adotar nos Planos de Recursos Hídricos	N.º de procedimentos de PP desenvolvidos / N.º de procedimentos de PP a adotar nos PGRH	100% em 2021	Elaboração de um guia dos procedimentos de PP	100% em 2020	0%
PTE8P02M01_RH	Promover a capacitação, divulgação e aconselhamento no sector agrícola	N.º de procedimentos de divulgação e aconselhamento no sector agrícola	10/ano	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas	100% em 2020	33%
PTE9P01M01_RH	Promover uma ação preventiva de fiscalização	N.º de utilizações fiscalizadas / N.º de utilizações tituladas no ano	5% / ano			9%
PTE9P02M01_SUP_RH	Monitorização das massas de água superficiais	N.º de massas de água monitorizadas / N.º total de massas de água superficiais	60%/ano			86%
PTE9P02M02_SUB_RH	Reestruturar as redes de monitorização das massas de água subterrâneas	N.º de redes implementadas / N.º de redes redefinidas	100% em 2021	N.º de estações de monitorização implementadas / N.º de estações de monitorização consideradas necessárias		100%
PTE9P03M02_RH	Revisão do diploma relativo ao Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (FPRH)	Revisão do Diploma do FPRH	100% em 2018			100%
PTE9P04M01_RH	Elaborar para os sítios da Rede Natura 2000 planos de gestão ou instrumentos equivalentes	N.º de planos de gestão ou instrumentos equivalentes elaborados / N.º de planos de gestão ou instrumentos equivalentes necessários para os sítios da Rede Natura 2000	100% em 2021			20%
PTE9P05M01_SUP_RH	Articular o controle das pressões e objetivos ambientais com os programas de medidas e monitorização definidos no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)	Garantir a articulação com os programas de medidas e monitorização definidos no âmbito da DQEM	100% de garantia até 2020		100% em 2021	0%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE9P07M01_RH	Desenvolver ações que promovam o capital natural nas áreas do sítio da Rede Natura	N.º de investimentos apoiados que contribuam para melhorar o capital natural nas áreas do sítio da Rede Natura / N.º total de investimentos nas áreas do sítio da Rede Natura	80% em 2020			0%
PTE9P07M02_RH	Implementação do Modelo de Gestão para Empreendimentos de Fins Múltiplos ou equiparados	Atribuição dos custos associados à gestão dos EFM aos utilizadores principais	100% em 2018	Modelos de Gestão para Empreendimentos de Fins Múltiplos ou equiparados implementados/ Modelos de Gestão para Empreendimentos de Fins Múltiplos ou equiparados aplicáveis	100% em 2019	0%

Anexo II – Medidas específicas

Tabela E – Entidades responsáveis

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Entidade responsável</i>
KTM01	PTE1P01M02_RH8	Ligação de Monchique Norte à ETAR de Portimão (Companheira) - Construção de interceptor	Medida suplementar	Águas do Algarve, S. A.
KTM01	PTE1P01M03_RH8	Ligação da freguesia de Algoz/Tunes ao sistema de águas residuais de Albufeira, Lagoa e Silves	Medida suplementar	Águas do Algarve, S. A.
KTM01	PTE1P01M04_RH8	Construção da nova ETAR de Vila do Bispo	Medida de base	Águas do Algarve, S. A.
KTM01	PTE1P01M05_SUP_RH8	Construção da nova ETAR da Companheira (Portimão)	Medida de base	Águas do Algarve, S. A.
KTM01	PTE1P01M06_SUP_RH8	Construção da nova ETAR de Faro-Olhão	Medida de base	Águas do Algarve, S. A.
KTM01	PTE1P01M07_SUP_RH8	Sistema Elevatório da Mexilhoeira da Carregação à ETAR da Companheira	Medida suplementar	Águas do Algarve, S. A.
KTM01	PTE1P01M08_RH8	Sistema Elevatório de Vila do Bispo e Sagres	Medida suplementar	Águas do Algarve, S. A.
KTM01	PTE1P01M09_SUP_RH8	Desativação da ETAR do Pinhal do Concelho e construção da Estação Elevatória do Pinhal do Concelho para adução dos respetivos efluentes à ETAR de Vilamoura	Medida suplementar	Águas do Algarve, S. A.
KTM01	PTE1P01M10_RH8	Construção das Estações Elevatórias EE5, EE7, EE8 e EE9 do sistema de águas residuais de Albufeira, Lagoa e Silves	Medida suplementar	Águas do Algarve, S. A.
KTM01	PTE1P01M12_SUP_RH8	Construção do sistema elevatório de Olhão e reabilitação das Estações elevatórias de Faro e Olhão	Medida suplementar	Águas do Algarve, S. A.
KTM01	PTE1P01M13_RH8	Melhoria do sistema de saneamento no concelho de Monchique, através da remodelação e alargamento da rede de drenagem, incluindo a construção de estações elevatórias e da ETAR da Umbria (freguesia de Alferce).	Medida de base	Câmaras Municipais
KTM01	PTE1P01M16_SUP_RH8	Intervenções na rede de saneamento no concelho de Silves - Construção do interceptor e sistema elevatório de Tunes (Algoz) e reabilitação do coletor elevatório de Armação de Pêra, da rede de drenagem de rua em Silves e da EE de Armação de Pêra	Medida suplementar	Câmaras Municipais
KTM02	PTE1P06M03_SUB_RH8	Aplicação do programa de ação para as zonas vulneráveis de Faro e da Luz de Tavira	Medida de base	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
KTM02	PTE1P06M09_SUB_RH8	Aplicação na massa de água subterrânea Mexilhoeira Grande-Portimão das medidas previstas no programa de ação das zonas vulneráveis	Medida de base	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
KTM21	PTE1P10M01_SUP_RH8	Ria Formosa - Controlo e gestão integrada das pressões para assegurar a biodiversidade e os serviços do ecossistema	Medida suplementar	Associações de Municípios Câmaras Municipais
KTM21	PTE1P15M01_RH8	Renovação / reforço das principais condutas adutoras de águas residuais do concelho de Portimão	Medida suplementar	Entidades gestoras, incluindo entidades gestoras das redes em "baixa"
KTM21	PTE1P15M04_SUP_RH8	Intervenções na rede de saneamento no concelho de Silves - Construção, remodelação e reabilitação de sistemas de drenagem de águas residuais	Medida suplementar	Câmaras Municipais
KTM99	PTE2P05M03_SUB_RH8	Implementação das restrições e condicionantes ao uso do solo nas zonas de máxima infiltração	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Entidade responsável</i>
KTM99	PTE2P05M04_SUB_RH8	Elaboração de Plano Específico de Gestão da Água (PEGA) para definição de regras de exploração em área crítica à extração de água subterrânea	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM06	PTE3P02M01_SUP_RH8	Regularização e requalificação da Ribeira do Ambrósio e limpeza da rede hidrográfica urbana da Alferce e Marmelete (concelho de Monchique)	Medida suplementar	Câmaras Municipais
KTM06	PTE3P02M03_SUP_RH8	Requalificação de espaços ribeirinhos no concelho de Silves - Requalificação de margens (Ribeira de Alcantarilha e Barranco da Caixa de Água)	Medida suplementar	Câmaras Municipais
KTM07	PTE3P03M01_SUP_RH8	Implementação dos caudais ecológicos nas barragens de Odeáxere-Bravura e sistema Funcho-Arade	Medida de base	Associações de Regantes
KTM18	PTE4P01M01_SUP_RH8	Controlo de espécies exóticas marinhas em zonas de influência portuária com especial incidência nos sistemas lagunares e estuarinos	Medida suplementar	Universidade do Algarve Agência Portuguesa do Ambiente
KTM24	PTE5P06M02_SUP_RH8	Acompanhamento das medidas de intervenções de minimização de risco de erosão costeira no âmbito do Programa da Orla Costeira	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M09_SUP_RH8	Controlo das pressões nas áreas de produção de moluscos bivalves e avaliação da sua salubridade para consumo humano	Medida suplementar	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
KTM14	PTE7P01M10_SUP_RH8	Monitorização da qualidade das águas costeiras através de microrganismos como complemento aos procedimentos decorrentes da DQA	Medida suplementar	Universidade do Algarve
KTM14	PTE7P01M11_SUP_RH8	Avaliação dos efeitos da entrada em funcionamento da nova ETAR de Faro-Olhão nas comunidades bentónicas e na qualidade microbiológica dos bivalves com interesse comercial	Medida suplementar	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
KTM14	PTE7P01M12_SUP_RH8	Avaliação dos efeitos da entrada em funcionamento da nova ETAR da Companheira nas comunidades bentónicas e na qualidade microbiológica dos bivalves com interesse comercial	Medida suplementar	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
KTM14	PTE7P01M13_SUP_RH8	Quantificação dos impactos nas comunidades macrobentónicas, no sedimento e na coluna de água das Áreas de Produção Aquícolas em mar aberto	Medida suplementar	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
KTM14	PTE7P01M14_SUP_RH8	RedeFormosa – Rede inteligente de monitorização ambiental da Ria Formosa e zona costeira adjacente	Medida suplementar	Universidade do Algarve
KTM14	PTE7P01M15_SUP_RH8	Caracterização da situação de referência e avaliação das comunidades piscícolas da Ria Formosa, Ria de Alvor e Rio Arade	Medida suplementar	Universidade do Algarve
KTM14	PTE7P01M16_SUP_RH8	Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente

Tabela F – Execução física das medidas específicas

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Programação física</i>	<i>Programação física (2016-2017) (%)</i>	<i>Programação Física retificada</i>	<i>Execução física (2016-2017) (%)</i>	<i>Desvio (%)</i>	<i>Ponto de situação</i>
KTM01	PTE1P01M02_RH8	Ligação de Monchique Norte à ETAR de Portimão (Companheira) - Construção de interceptor	2015 - 2017	100%	2016	100%	0%	Executada
KTM01	PTE1P01M03_RH8	Ligação da freguesia de Algoz/Tunes ao sistema de águas residuais de Albufeira, Lagoa e Silves	2015 - 2017	100%	2016	100%	0%	Executada
KTM01	PTE1P01M04_RH8	Construção da nova ETAR de Vila do Bispo	2015 - 2016	0%	2016-2017	100%		Executada
KTM01	PTE1P01M05_SUP_RH8	Construção da nova ETAR da Companheira (Portimão)	2015 - 2017	100%	2016-2019	73%	-27%	Em execução
KTM01	PTE1P01M06_SUP_RH8	Construção da nova ETAR de Faro-Olhão	2015 - 2017	100%	2016-2020	41%	-59%	Em execução
KTM01	PTE1P01M07_SUP_RH8	Sistema Elevatório da Mexilhoeira da Carregação à ETAR da Companheira	2017 - 2018	50%	2016-2017	100%	50%	Executada
KTM01	PTE1P01M08_RH8	Sistema Elevatório de Vila do Bispo e Sagres	2015 - 2016	0%	2016-2017	100%		Executada
KTM01	PTE1P01M09_SUP_RH8	Desativação da ETAR do Pinhal do Concelho e construção da Estação Elevatória do Pinhal do Concelho para adução dos respetivos efluentes à ETAR de Vilamoura	2015 - 2017	100%	2016-2018	98%	-2%	Em execução
KTM01	PTE1P01M10_RH8	Construção das Estações Elevatórias EE5, EE7, EE8 e EE9 do sistema de águas residuais de Albufeira, Lagoa e Silves	2015 - 2016	0%	2016	100%		Executada
KTM01	PTE1P01M12_SUP_RH8	Construção do sistema elevatório de Olhão e reabilitação das Estações elevatórias de Faro e Olhão	2016 - 2017	100%	2017-2019	25%	-75%	Em execução
KTM01	PTE1P01M13_RH8	Melhoria do sistema de saneamento no concelho de Monchique, através da remodelação e alargamento da rede de drenagem, incluindo a construção de estações elevatórias e da ETAR da Umbria (freguesia de Alferce).	2016 - 2020	24%	2016-2020	5%	-19%	Em execução
KTM01	PTE1P01M16_SUP_RH8	Intervenções na rede de saneamento no concelho de Silves - Construção do interceptor e sistema elevatório de Tunes (Algoz) e reabilitação do coletor elevatório de Armação	2017 - 2021	20%	2017-2022	3%	-17%	Em execução

KTM	Código da Medida	Designação	Programação física	Programação física (2016-2017) (%)	Programação Física retificada	Execução física (2016-2017) (%)	Desvio (%)	Ponto de situação
		de Pêra, da rede de drenagem de rua em Silves e da EE de Armação de Pêra						
KTM02	PTE1P06M03_SUB_RH8	Aplicação do programa de ação para as zonas vulneráveis de Faro e da Luz de Tavira	2016 - 2021	32%	2016-2027	50%	18%	Em execução
KTM02	PTE1P06M09_SUB_RH8	Aplicação na massa de água subterrânea Mexilhoeira Grande-Portimão das medidas previstas no programa de ação das zonas vulneráveis	2016 - 2021	32%	2016-2027	50%	18%	Em execução
KTM21	PTE1P10M01_SUP_RH8	Ria Formosa - Controlo e gestão integrada das pressões para assegurar a biodiversidade e os serviços do ecossistema	2017 - 2021	20%		0%	-20%	Não executada
KTM21	PTE1P15M01_RH8	Renovação / reforço das principais condutas adutoras de águas residuais do concelho de Portimão	2016 - 2021	34%		0%	-34%	Não executada
KTM21	PTE1P15M04_SUP_RH8	Intervenções na rede de saneamento no concelho de Silves - Construção, remodelação e reabilitação de sistemas de drenagem de águas residuais	2016 - 2021	26%		4%	-22%	Em execução
KTM99	PTE2P05M03_SUB_RH8	Implementação das restrições e condicionantes ao uso do solo nas zonas de máxima infiltração	2016 - 2021	30%	2016-2021	45%	15%	Em execução
KTM99	PTE2P05M04_SUB_RH8	Elaboração de Plano Específico de Gestão da Água (PEGA) para definição de regras de exploração em área crítica à extração de água subterrânea	2016 - 2021	30%		30%	0%	Em execução
KTM06	PTE3P02M01_SUP_RH8	Regularização e requalificação da Ribeira do Ambrósio e limpeza da rede hidrográfica urbana da Alferce e Marmeleite (concelho de Monchique)	2016 - 2019	50%	2017-2018	1%	-49%	Em execução
KTM06	PTE3P02M03_SUP_RH8	Requalificação de espaços ribeirinhos no concelho de Silves - Requalificação de margens (Ribeira de Alcantarilha e Barranco da Caixa de Água)	2016 - 2021	32%	2019-2027	0%	-32%	Adiada
KTM07	PTE3P03M01_SUP_RH8	Implementação dos caudais ecológicos nas barragens de Odeáxere-Bravura e sistema Funcho-Arade	2017 - 2018	50%	2018-2019	0%	-50%	Adiada

KTM	Código da Medida	Designação	Programação física	Programação física (2016-2017) (%)	Programação Física retificada	Execução física (2016-2017) (%)	Desvio (%)	Ponto de situação
KTM18	PTE4P01M01_SUP_RH8	Controlo de espécies exóticas marinhas em zonas de influência portuária com especial incidência nos sistemas lagunares e estuarinos	2017 - 2020	25%		5%	-20%	Em execução
KTM24	PTE5P06M02_SUP_RH8	Acompanhamento das medidas de intervenções de minimização de risco de erosão costeira no âmbito do Programa da Orla Costeira	2016 - 2021	16%		91%	75%	Em execução
KTM14	PTE7P01M09_SUP_RH8	Controlo das pressões nas áreas de produção de moluscos bivalves e avaliação da sua salubridade para consumo humano	2017 - 2021	20%	2016-2018	50%	30%	Em execução
KTM14	PTE7P01M10_SUP_RH8	Monitorização da qualidade das águas costeiras através de microrganismos como complemento aos procedimentos decorrentes da DQA	2017 - 2021	20%	2022-2027	0%	-20%	Não executada neste ciclo
KTM14	PTE7P01M11_SUP_RH8	Avaliação dos efeitos da entrada em funcionamento da nova ETAR de Faro-Olhão nas comunidades bentónicas e na qualidade microbiológica dos bivalves com interesse comercial	2017 - 2019	33%	2018-2020	0%	-33%	Adiada
KTM14	PTE7P01M12_SUP_RH8	Avaliação dos efeitos da entrada em funcionamento da nova ETAR da Companheira nas comunidades bentónicas e na qualidade microbiológica dos bivalves com interesse comercial	2017 - 2019	33%	2018-2020	0%	-33%	Adiada
KTM14	PTE7P01M13_SUP_RH8	Quantificação dos impactos nas comunidades macrobentónicas, no sedimento e na coluna de água das Áreas de Produção Aquícolas em mar aberto	2017 - 2021	20%	2017-2018	50%	30%	Em execução
KTM14	PTE7P01M14_SUP_RH8	RedeFormosa – Rede inteligente de monitorização ambiental da Ria Formosa e zona costeira adjacente	2017 - 2021	20%		0%	-20%	Não executada
KTM14	PTE7P01M15_SUP_RH8	Caracterização da situação de referência e avaliação das comunidades piscícolas da Ria Formosa, Ria de Alvor e Rio Arade	2017 - 2021	20%		20%	0%	Em execução
KTM14	PTE7P01M16_SUP_RH8	Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve	2017	100%	2017-2021	20%	-80%	Em execução

Tabela G – Execução financeira das medidas específicas

KTM	Código da Medida	Investimento previsto (mil €)	Programação financeira (2016-2017) (mil €)	Fonte de Financiamento	Investimento retificado (mil €)	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira (2016-2017) (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitário (2016-2017) (mil €)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (%)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (mil €)	Desvio do executado face ao previsto (%)	Desvio do executado face ao previsto (mil €)
KTM01	PTE1P01M02_RH8	584	292	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Empresas Públicas	584.0	88	496	584.0	88	496	0%	-	100%	292
KTM01	PTE1P01M03_RH8	1503	752	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Empresas Públicas	1823.0	273	1550	1823.0	273	1550	21%	320.00	121%	911
KTM01	PTE1P01M04_RH8	1000	0	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Empresas Públicas	2283.0	342	1941	2283.0	342	1941	128%	1 283.00		2283
KTM01	PTE1P01M05_SUP_RH8	8890	4450	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Empresas Públicas	10770.5	1974	8797	7825.8	1434	6392	21%	1 880.48	55%	2434
KTM01	PTE1P01M06_SUP_RH8	11170	5590	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Empresas Públicas	16586.6	4870	11717	6748.0	2023	4725	48%	5 416.60	-28%	-1553
KTM01	PTE1P01M07_SUP_RH8	850	425	Empresas Públicas	711.6	712	0	711.6	712	0	-16%	-138.37	84%	356
KTM01	PTE1P01M08_RH8	1207.5	0	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Empresas Públicas	1207.5	182	1026	1207.5	182	1026	0%	-		1208
KTM01	PTE1P01M09_SUP_RH8	1550	775	Empresas Públicas	1962.0	1962	0	1927.0	1927	0	27%	411.97	122%	946
KTM01	PTE1P01M10_RH8	1377	0	Empresas Públicas	1377.0	1377	0	1377.0	1377	0	0%	-		1377
KTM01	PTE1P01M12_SUP_RH8	6900	6900	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Empresas Públicas	6900.0	1803	5097	1725.0	451	1274	0%	-	-75%	-5175
KTM01	PTE1P01M13_RH8	700	165	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Autarquias Locais	1022.2	314	708	93.2	44	49	46%	322.21	-90%	-148
KTM01	PTE1P01M16_SUP_RH8	1430	286	Autarquias Locais	1430.0	1430	0	41.5	42	0	0%	-	-85%	-245
KTM02	PTE1P06M03_SUB_RH8	90	30	Orçamento do Estado	73.4	73	0	13.4	13	0	-18%	-16.55	-37%	-11
KTM02	PTE1P06M09_SUB_RH8	45	15	Orçamento do Estado	13.9	14	0	9.9	10	0	-69%	31.05	35%	5
KTM21	PTE1P10M01_SUP_RH8	6000	1200	-	-	-	-	-	-	-	-100%	-6 000.00	0%	0
KTM21	PTE1P15M01_RH8	3360	1120	-	-	-	-	-	-	-	-100%	-3 360.00	0%	0
KTM21	PTE1P15M04_SUP_RH8	3363.2	1243	Orçamento do Estado	3220.0	3220	0	143.1	143	0	-4%	-143.25	-84%	-1047
KTM99	PTE2P05M03_SUB_RH8	0	0	Orçamento do Estado	0.0	0	0	0.0	0	0		-		
KTM99	PTE2P05M04_SUB_RH8	0	0	Autarquias Locais Orçamento do Estado	0.0	0	0	0.0	0	0		-		
KTM06	PTE3P02M01_SUP_RH8	795	398	Autarquias Locais Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	359.2	54	305	2.2	0	2	-55%	-435.80	-45%	-177
KTM06	PTE3P02M03_SUP_RH8	410	136	Autarquias Locais	123.0	123	0	0.0	0	0	-70%	-287.00	-30%	-41
KTM07	PTE3P03M01_SUP_RH8	40	20	Fundo Ambiental	40.0	40	0	0.0	0	0	0%	-	-100%	-20
KTM18	PTE4P01M01_SUP_RH8	77	19	Orçamento do Estado	77.0	77	0	0.0	0	0	0%	-	-100%	-19
KTM24	PTE5P06M02_SUP_RH8	30	10	Orçamento do Estado	367.9	81	287	337.9	51	287	1126%	337.90	2153%	215
KTM14	PTE7P01M09_SUP_RH8	1892	378	Orçamento do Estado MAR2020	854.7	214	641	427.4	107	321	-55%	-1 037.30	68%	256

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Investimento previsto (mil €)</i>	<i>Programação financeira (2016-2017) (mil €)</i>	<i>Fonte de Financiamento</i>	<i>Investimento retificado (mil €)</i>	<i>Investimento retificado nacional (mil €)</i>	<i>Investimento retificado comunitário (mil €)</i>	<i>Execução financeira (2016-2017) (mil €)</i>	<i>Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)</i>	<i>Execução financeira comunitária (2016-2017) (mil €)</i>	<i>Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (%)</i>	<i>Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (mil €)</i>	<i>Desvio do executado face ao previsto (%)</i>	<i>Desvio do executado face ao previsto (mil €)</i>
KTM14	PTE7P01M10_SUP_RH8	215	43	Orçamento do Estado	0.0	0	0	0.0	0	0	-100%	-215.00	0%	0
KTM14	PTE7P01M11_SUP_RH8	189	63	Orçamento do Estado MAR2020	189.0	38	151	0.0	0	0	0%	-	-100%	-63
KTM14	PTE7P01M12_SUP_RH8	202	67	Orçamento do Estado MAR2020	202.0	40	162	0.0	0	0	0%	-	-100%	-67
KTM14	PTE7P01M13_SUP_RH8	545	109	Orçamento do Estado	43.6	44	0	21.8	22	0	-92%	-501.40	12%	13
KTM14	PTE7P01M14_SUP_RH8	440	88	-	-	-	-	-	-	-	-100%	-440.00	0%	0
KTM14	PTE7P01M15_SUP_RH8	750	150	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Empresas Públicas Orçamento do Estado	750.0	623	128	150.0	23	128	0%	-	0%	0
KTM14	PTE7P01M16_SUP_RH8	50	50	Orçamento do Estado	0.0	0	0	0.0	0	0	-100%	-50.00	0%	0

Tabela H – Indicadores das medidas específicas

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE1P01M02_RH8	Ligação de Monchique Norte à ETAR de Portimão (Companheira) - Construção de interceptor	N.º de obras construídas / N.º de obras previstas	100 % em 2017		100% em 2016	100%
PTE1P01M03_RH8	Ligação da freguesia de Algoz/Tunes ao sistema de águas residuais de Albufeira, Lagoa e Silves	N.º de obras construídas / N.º de obras previstas	100 % em 2017		100% em 2016	100%
PTE1P01M04_RH8	Construção da nova ETAR de Vila do Bispo	N.º de ETAR construídas e/ou remodeladas / N.º previsto de ETAR construídas e/ou remodeladas	100 % em 2016		100% em 2017	100%
PTE1P01M05_SUP_RH8	Construção da nova ETAR da Companheira (Portimão)	N.º de ETAR construídas e/ou remodeladas / N.º previsto de ETAR construídas e/ou remodeladas	100% em 2017		100% em 2019	73%
PTE1P01M06_SUP_RH8	Construção da nova ETAR de Faro-Olhão	N.º de ETAR construídas e/ou remodeladas / N.º previsto de ETAR construídas e/ou remodeladas	100 % em 2017		100% em 2020	41%
PTE1P01M07_SUP_RH8	Sistema Elevatório da Mexilhoeira da Carregação à ETAR da Companheira	N.º de obras construídas / N.º de obras previstas	100 % em 2018		100% em 2017	100%
PTE1P01M08_RH8	Sistema Elevatório de Vila do Bispo e Sagres	N.º de obras construídas / N.º de obras previstas	100 % em 2016		100% em 2017	100%
PTE1P01M09_SUP_RH8	Desativação da ETAR do Pinhal do Concelho e construção da Estação Elevatória do Pinhal do Concelho para adução dos respetivos efluentes à ETAR de Vilamoura	N.º de obras construídas / N.º de obras previstas	100 % em 2017		100% em 2018	98%
PTE1P01M10_RH8	Construção das Estações Elevatórias EE5, EE7, EE8 e EE9 do sistema de águas residuais de Albufeira, Lagoa e Silves	N.º de obras construídas / N.º de obras previstas	100% em 2016			100%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE1P01M12_SUP_RH8	Construção do sistema elevatório de Olhão e reabilitação das Estações elevatórias de Faro e Olhão	N.º de obras construídas / N.º de obras previstas	100% em 2017		100% em 2019	25%
PTE1P01M13_RH8	Melhoria do sistema de saneamento no concelho de Monchique, através da remodelação e alargamento da rede de drenagem, incluindo a construção de estações elevatórias e da ETAR da Umbria (freguesia de Alferce).	N.º de obras construídas / N.º de obras previstas	100% em 2020			5%
PTE1P01M16_SUP_RH8	Intervenções na rede de saneamento no concelho de Silves - Construção do interceptor e sistema elevatório de Tunes (Algoz) e reabilitação do coletor elevatório de Armação de Pêra, da rede de drenagem de rua em Silves e da EE de Armação de Pêra	N.º de obras construídas / N.º de obras previstas	100% em 2021		100% em 2022	3%
PTE1P06M03_SUB_RH8	Aplicação do programa de ação para as zonas vulneráveis de Faro e da Luz de Tavira	Tendência de descida do ião nitrato	50% das estações em 2018 100% das estações em 2021		50% das estações em 2017 100% das estações em 2027	25%
PTE1P06M09_SUB_RH8	Aplicação na massa de água subterrânea Mexilhoeira Grande-Portimão das medidas previstas no programa de ação das zonas vulneráveis	Tendência de descida do ião nitrato	50% das estações em 2018 100% das estações em 2028		50% das estações em 2017 100% das estações em 2027	25%
PTE1P10M01_SUP_RH8	Ria Formosa - Controlo e gestão integrada das pressões para assegurar a biodiversidade e os serviços do ecossistema	N.º de ações executados/ N.º total de ações previstas	100% em 2021			0%
PTE1P15M01_RH8	Renovação / reforço das principais condutas adutoras de águas residuais do concelho de Portimão	N.º de obras construídas / N.º de obras previstas	100% em 2021			0%
PTE1P15M04_SUP_RH8	Intervenções na rede de saneamento no concelho de Silves - Construção, remodelação e reabilitação de sistemas de drenagem de águas residuais	N.º de obras construídas / N.º de obras previstas	100% em 2021			4%
PTE2P05M03_SUB_RH8	Implementação das restrições e condicionantes ao uso do solo nas zonas de máxima infiltração	proposta de diploma	1 em 2021	N.º de projetos de diplomas elaborados/N.º de diplomas previsto	100% em 2021	45%
PTE2P05M04_SUB_RH8	Elaboração de Plano Específico de Gestão da Água (PEGA) para definição de regras de exploração em área crítica à extração de água subterrânea	Elaboração de Plano Específico de Gestão da Água	100% em 2021	N.º de Planos Específicos de Gestão da Água/N.º de Planos Específicos de		30%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
				Gestão da Água previstos		
PTE3P02M01_SUP_RH8	Regularização e requalificação da Ribeira do Ambrósio e limpeza da rede hidrográfica urbana da Alferce e Marmeleite (concelho de Monchique)	Km de rede hidrográfica intervencionada / Km previstos	100% em 2019		100% em 2018	1%
PTE3P02M03_SUP_RH8	Requalificação de espaços ribeirinhos no concelho de Silves - Requalificação de margens (Ribeira de Alcantarilha e Barranco da Caixa de Água)	Km de rede hidrográfica intervencionada / Km previstos	100% em 2021		100% em 2027	0%
PTE3P03M01_SUP_RH8	Implementação dos caudais ecológicos nas barragens de Odeáxere-Bravura e sistema Funcho-Arade	N.º de ações realizadas / N.º de ações previstas	100% em 2018		100% em 2019	0%
PTE4P01M01_SUP_RH8	Controlo de espécies exóticas marinhas em zonas de influência portuária com especial incidência nos sistemas lagunares e estuarinos	N.º de ações realizadas / N.º de ações previstas	100% em 2020			5%
PTE5P06M02_SUP_RH8	Acompanhamento das medidas de intervenções de minimização de risco de erosão costeira no âmbito do Programa da Orla Costeira	N.º de ações realizadas/N.º de ações previstas	100% em 2021			91%
PTE7P01M09_SUP_RH8	Controlo das pressões nas áreas de produção de moluscos bivalves e avaliação da sua salubridade para consumo humano	N.º de ações realizadas / N.º de ações previstas	100% em 2021		100% em 2018	89%
PTE7P01M10_SUP_RH8	Monitorização da qualidade das águas costeiras através de microrganismos como complemento aos procedimentos decorrentes da DQA	N.º de ações realizadas / N.º de ações previstas	100% em 2021		100% em 2027	0%
PTE7P01M11_SUP_RH8	Avaliação dos efeitos da entrada em funcionamento da nova ETAR de Faro-Olhão nas comunidades bentónicas e na qualidade microbiológica dos bivalves com interesse comercial	N.º de ações realizadas / N.º de ações previstas	100% em 2019		100% em 2020	0%
PTE7P01M12_SUP_RH8	Avaliação dos efeitos da entrada em funcionamento da nova ETAR da Companhia nas comunidades bentónicas e na qualidade microbiológica dos bivalves com interesse comercial	N.º de ações realizadas / N.º de ações previstas	100% em 2019		100% em 2020	0%
PTE7P01M13_SUP_RH8	Quantificação dos impactos nas comunidades macrobentónicas, no sedimento e na coluna de água das Áreas de Produção Aquícolas em mar aberto	N.º de ações realizadas / N.º de ações previstas	100% em 2021		100% em 2018	33%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE7P01M14_SUP_RH8	RedeFormosa – Rede inteligente de monitorização ambiental da Ria Formosa e zona costeira adjacente	N.º de ações realizadas / N.º de ações previstas	100% em 2021			0%
PTE7P01M15_SUP_RH8	Caracterização da situação de referência e avaliação das comunidades piscícolas da Ria Formosa, Ria de Alvor e Rio Arade	N.º de ações realizadas / N.º de ações previstas	100% em 2021			20%
PTE7P01M16_SUP_RH8	Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve	% de massas de água delimitadas	100% em 2017		100% em 2021	20%

Anexo III – Medidas específicas e massas de água

Tabela I – Massas de água abrangidas por medidas específicas

Código da Medida	Designação	N.º de MA abrangidas (Superficiais e Subterrâneas)	MA Bom e Superior (%)	MA Inferior a Bom (%)	Execução da medida (%)
			2.º Ciclo	2.º Ciclo	
PTE1P01M02_RH8	Ligação de Monchique Norte à ETAR de Portimão (Companheira) - Construção de interceptor	4	50%	50%	100%
PTE1P01M03_RH8	Ligação da freguesia de Algoz/Tunes ao sistema de águas residuais de Albufeira, Lagoa e Silves	3	67%	33%	100%
PTE1P01M04_RH8	Construção da nova ETAR de Vila do Bispo	5	80%	20%	100%
PTE1P01M05_SUP_RH8	Construção da nova ETAR da Companheira (Portimão)	2	100%	0%	73%
PTE1P01M06_SUP_RH8	Construção da nova ETAR de Faro-Olhão	5	80%	20%	41%
PTE1P01M07_SUP_RH8	Sistema Elevatório da Mexilhoeira da Carregação à ETAR da Companheira	1	100%	0%	100%
PTE1P01M08_RH8	Sistema Elevatório de Vila do Bispo e Sagres	5	80%	20%	100%
PTE1P01M09_SUP_RH8	Desativação da ETAR do Pinhal do Concelho e construção da Estação Elevatória do Pinhal do Concelho para adução dos respetivos efluentes à ETAR de Vilamoura	2	100%	0%	98%
PTE1P01M10_RH8	Construção das Estações Elevatórias EE5, EE7, EE8 e EE9 do sistema de águas residuais de Albufeira, Lagoa e Silves	3	67%	33%	100%
PTE1P01M12_SUP_RH8	Construção do sistema elevatório de Olhão e reabilitação das Estações elevatórias de Faro e Olhão	5	80%	20%	25%
PTE1P01M13_RH8	Melhoria do sistema de saneamento no concelho de Monchique, através da remodelação e alargamento da rede de drenagem, incluindo a construção de estações elevatórias e da ETAR da Umbria (freguesia de Alferce).	3	33%	67%	5%
PTE1P01M16_SUP_RH8	Intervenções na rede de saneamento no concelho de Silves - Construção do interceptor e sistema elevatório de Tunes (Algoz) e reabilitação do coletor elevatório de Armação de Pêra, da rede de drenagem de rua em Silves e da EE de Armação de Pêra	4	75%	25%	3%
PTE1P06M03_SUB_RH8	Aplicação do programa de ação para as zonas vulneráveis de Faro e da Luz de Tavira	5	60%	40%	50%
PTE1P06M09_SUB_RH8	Aplicação na massa de água subterrânea Mexilhoeira Grande-Portimão das medidas previstas no programa de ação das zonas vulneráveis	1	0%	100%	50%
PTE1P10M01_SUP_RH8	Ria Formosa - Controlo e gestão integrada das pressões para assegurar a biodiversidade e os serviços do ecossistema	6	83%	17%	0%
PTE1P15M01_RH8	Renovação / reforço das principais condutas adutoras de águas residuais do concelho de Portimão	5	60%	40%	0%
PTE1P15M04_SUP_RH8	Intervenções na rede de saneamento no concelho de Silves - Construção, remodelação e reabilitação de sistemas de drenagem de águas residuais	3	67%	33%	4%
PTE2P05M03_SUB_RH8	Implementação das restrições e condicionantes ao uso do solo nas zonas de máxima infiltração	10	90%	10%	45%
PTE2P05M04_SUB_RH8	Elaboração de Plano Específico de Gestão da Água (PEGA) para definição de regras de exploração em área crítica à extração de água subterrânea	14	79%	21%	30%

Código da Medida	Designação	N.º de MA abrangidas (Superficiais e Subterrâneas)	MA Bom e Superior (%)	MA Inferior a Bom (%)	Execução da medida (%)
			2.º Ciclo	2.º Ciclo	
PTE3P02M01_SUP_RH8	Regularização e requalificação da Ribeira do Ambrósio e limpeza da rede hidrográfica urbana da Alferce e Marmelete (concelho de Monchique)	2	50%	50%	1%
PTE3P02M03_SUP_RH8	Requalificação de espaços ribeirinhos no concelho de Silves - Requalificação de margens (Ribeira de Alcantarilha e Barranco da Caixa de Água)	2	50%	50%	0%
PTE3P03M01_SUP_RH8	Implementação dos caudais ecológicos nas barragens de Odeáxere-Bravura e sistema Funcho-Arade	7	57%	43%	0%
PTE4P01M01_SUP_RH8	Controlo de espécies exóticas marinhas em zonas de influência portuária com especial incidência nos sistemas lagunares e estuarinos	11	73%	27%	5%
PTE5P06M02_SUP_RH8	Acompanhamento das medidas de intervenções de minimização de risco de erosão costeira no âmbito do Programa da Orla Costeira	11	73%	27%	91%
PTE7P01M09_SUP_RH8	Controlo das pressões nas áreas de produção de moluscos bivalves e avaliação da sua salubridade para consumo humano	11	73%	27%	50%
PTE7P01M10_SUP_RH8	Monitorização da qualidade das águas costeiras através de microrganismos como complemento aos procedimentos decorrentes da DQA	11	73%	27%	0%
PTE7P01M11_SUP_RH8	Avaliação dos efeitos da entrada em funcionamento da nova ETAR de Faro-Olhão nas comunidades bentónicas e na qualidade microbiológica dos bivalves com interesse comercial	4	75%	25%	0%
PTE7P01M12_SUP_RH8	Avaliação dos efeitos da entrada em funcionamento da nova ETAR da Companheira nas comunidades bentónicas e na qualidade microbiológica dos bivalves com interesse comercial	2	100%	0%	0%
PTE7P01M13_SUP_RH8	Quantificação dos impactos nas comunidades macrobentónicas, no sedimento e na coluna de água das Áreas de Produção Aquícolas em mar aberto	4	75%	25%	50%
PTE7P01M14_SUP_RH8	RedeFormosa – Rede inteligente de monitorização ambiental da Ria Formosa e zona costeira adjacente	6	83%	17%	0%
PTE7P01M15_SUP_RH8	Caracterização da situação de referência e avaliação das comunidades piscícolas da Ria Formosa, Ria de Alvor e Rio Arade	9	78%	22%	20%
PTE7P01M16_SUP_RH8	Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve	12	0%	92%	20%

Tabela J – Execução das medidas específicas por massa de água superficial

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2015	Rio	PT08RDA1651	Ribeira de Seixe	Excelente/Máximo	Bom	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1652	Ribeira Seca	Excelente/Máximo	Bom	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1653	Ribeira de Seixe	Excelente/Máximo	Bom	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1654	Ribeira do Lameiro	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1655	Ribeira de Odelouca	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1656	Ribeira de Odelouca	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1657A	Ribeira de Aljezur	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1658	Ribeira da Cerca	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1659	Ribeira do Arieiro	Excelente/Máximo	Bom	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1660	Ribeira das Alfambras	Excelente/Máximo	Bom	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1661	Rio Arade	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT08RDA1663B	Albufeira de Odelouca	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1663C	Ribeiro do Carvalho	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1663D	Ribeira da Perna Seca	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1663E	Ribeira de Odelouca	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1664	Ribeira do Gavião	Bom	Bom	1	0	0%
2015	Rio	PT08RDA1665	Ribeira do Gavião	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT08RDA1666	Albufeira Funcho	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1667	Barranco dos Loiros	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1668	Ribeira do Freixo Seco	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT08RDA1669	Albufeira Arade	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1670	Ribeira de Arão	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1671	Ribeira da Vagarosa	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1672	Ribeira de Odeáxere	Excelente/Máximo	Bom	1	0	0%
2015	Rio	PT08RDA1674	Rio Arade (HMWB - Jusante B. Arade)	Bom	Desconhecido	1	0	0%
2015	Rio	PT08RDA1677	Ribeira da Fonte Menalva	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1678	Ribeira do Farelo	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT08RDA1679	Albufeira Odiáxere - Bravura	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1680	Ribeira da Carrapateira	Bom	Bom	0	0	

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2015	Rio	PT08RDA1681	Ribeira de Alportel	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1682	Ribeiro do Enxerim	Bom	Desconhecido	1	0	0%
2015	Rio	PT08RDA1683	Ribeira de Algibre	Bom	Bom	0	0	
2015	Transição	PT08RDA1684	Arade-WB2-HMWB	Bom	Desconhecido	1	0	0%
2015	Rio	PT08RDA1685	Ribeira das Mercês	Excelente/Máximo	Bom	0	0	
2015	Transição	PT08RDA1686	Arade-WB2	Bom	Bom	2	0	0%
2015	Rio	PT08RDA1687	Ribeiro do Falacho	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1689	Ribeira de Arão	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1690	Ribeira de Boina	Bom	Bom	1	0	0%
2015	Rio	PT08RDA1691	Ribeira do Almargem	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1692A	Ribeira da Sobrosa	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1693	Ribeira de Alportel	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1694	Ribeira de Arão	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1695	Ribeira do Farelo	Bom	Bom	1	0	0%
2015	Rio	PT08RDA1698	Ribeira do Almargem	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1699	Rio Séqua	Bom	Bom	0	0	
2015	Transição	PT08RDA1701	Arade-WB1	Bom	Bom	14	2	14%
2015	Rio	PT08RDA1702A	Ribeira de Bensafrim	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT08RDA1706	Ribeira da Quarteira	Bom	Bom	1	0	0%
2015	Rio	PT08RDA1711	Ribeira de Benacoitão	Bom	Desconhecido	2	2	100%
2015	Rio	PT08RDA1715	Ribeira da Torre	Bom	Desconhecido	2	2	100%
2015	Rio	PT08RDA1717	Barranco das Mós	Bom	Desconhecido	2	2	100%
2015	Costeira	PTCOST15	CWB-II-6	Bom	Desconhecido	14	1	7%
2015	Costeira	PTCOST16	CWB-I-6	Bom	Bom	11	0	0%
2015	Costeira	PTCOST17	CWB-II-7	Bom	Bom	4	0	0%
2015	Costeira	PTRF1	Ria Formosa WB1	Bom	Bom	9	0	0%
2015	Costeira	PTRF3	Ria Formosa WB3	Excelente/Máximo	Bom	11	0	0%
2015	Costeira	PTRF4	Ria Formosa WB4	Excelente/Máximo	Bom	11	0	0%
2015	Costeira	PTRF5	Ria Formosa WB5	Excelente/Máximo	Bom	7	0	0%
2016-2021	Transição	PT08RDA1657B	Aljezur	Desconhecido/Sem informação	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT08RDA1662	Ribeira de Monchique	Razoável	Bom	3	1	33%
2016-2021	Rio	PT08RDA1673	Ribeira de Boina	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Costeira	PT08RDA1700	Ria Alvor	Razoável	Bom	6	0	0%
2016-2021	Rio	PT08RDA1707	Ribeira de Vale Barão	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT08RDA1709	Ribeiro do Tronco	Razoável	Bom	1	0	0%

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2016-2021	Rio	PT08RDA1712	Ribeira de Marim	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT08RDA1716	Ribeira de Bela-Mandil	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT08RDA1663A	Ribeira de Odelouca (HMWB - Jusante B. Odelouca)	Razoável	Bom	1	1	100%
2022-2027	Rio	PT08RDA1688	Ribeira de Odeáxere (HMWB - Jusante B. Odiaxere - Bravura)	Razoável	Bom	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT08RDA1696	Ribeira de Odeáxere (HMWB - Jusante B. Odiaxere - Bravura)	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT08RDA1697	Ribeira da Torre	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT08RDA1703	Ribeira de Alcantarilha	Medíocre	Desconhecido	6	2	33%
2022-2027	Rio	PT08RDA1704	Ribeira de Espiche	Medíocre	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT08RDA1705	Ribeira de Albufeira	Medíocre	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT08RDA1708	Ribeira dos Mosqueiros	Medíocre	Bom	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT08RDA1710	Ribeira do Cadouço	Razoável	Bom	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT08RDA1713	Ribeira do Biogal	Medíocre	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT08RDA1714	afluente da Ribeira do Biogal	Medíocre	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT08RDA1718	Ribeira de São Lourenço	Medíocre	Bom	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT08RDA1719	Rio Seco	Razoável	Bom	1	0	0%
2022-2027	Costeira	PTCOST14	CWB-II-5B	Excelente/Máximo	Insuficiente/Medíocre	6	2	33%
2022-2027	Costeira	PTRF2	Ria Formosa WB2	Bom	Insuficiente/Medíocre	11	0	0%

Tabela K – Execução das medidas específicas por massa de água subterrânea

Objetivo ambiental	Código	Massa de água			Medidas específicas		
		Designação	Estado quantitativo (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2015	PTM6	ALBUFEIRA - RIBEIRA DE QUARTEIRA	Bom	Bom	3	0	0%
2015	PTM2	ALMÁDENA - ODEÁXERE	Bom	Bom	3	0	0%
2015	PTM11	CHÃO DE CEVADA - QUINTA JOÃO DE OURÉM	Bom	Bom	2	0	0%
2015	PTM1	COVÕES	Bom	Bom	4	2	50%
2015	PTM4	FERRAGUDO - ALBUFEIRA	Bom	Bom	10	2	20%
2015	PTM15	LUZ - TAVIRA	Bom	Bom	9	0	0%
2015	PTA0x1RH8_C2	MACIÇO ANTIGO INDIFERENCIADO DAS BACIAS DAS RIBEIRAS DO ALGARVE	Bom	Bom	3	1	33%
2015	PTM14	MALHÃO	Bom	Bom	1	0	0%
2015	PTM02RH8_C2	ORLA MERIDIONAL INDIFERENCIADO DA BACIA DO ARADE	Bom	Bom	0	0	
2015	PTM01RH8_C2	ORLA MERIDIONAL INDIFERENCIADO DAS BACIAS DAS RIBEIRAS DO BARLAVENTO	Bom	Bom	1	0	0%
2015	PTM03RH8_C2	ORLA MERIDIONAL INDIFERENCIADO DAS BACIAS DAS RIBEIRAS DO SOTAVENTO	Bom	Bom	1	1	100%
2015	PTM13	PERAL - MONCARAPACHO	Bom	Bom	1	0	0%
2015	PTM7	QUARTEIRA	Bom	Bom	3	0	0%
2015	PTM5	QUERENÇA - SILVES	Bom	Bom	4	0	0%
2015	PTM16	SÃO BARTOLOMEU	Bom	Bom	8	0	0%
2015	PTM8	SÃO BRÁS DE ALPORTEL	Bom	Bom	1	0	0%
2015	PTM10	SÃO JOÃO DA VENDA - QUELFES	Bom	Bom	10	0	0%
2015	PTA0z4RH8	VÁRZEA DE ALJEZUR	Bom	Bom	0	0	
2015	PTA0z2RH8_C2	ZONA SUL PORTUGUESA DA BACIA DO ARADE	Bom	Bom	0	0	
2015	PTA0z1RH8_C2	ZONA SUL PORTUGUESA DAS BACIAS DAS RIBEIRAS DO BARLAVENTO	Bom	Bom	0	0	
2015	PTA0z3RH8_C2	ZONA SUL PORTUGUESA DAS BACIAS DAS RIBEIRAS DO SOTAVENTO	Bom	Bom	0	0	
2016-2021	PTM9	ALMANSIL - MEDRONHAL	Bom	Insuficiente/Mediocre	1	0	0%
2016-2021	PTM18	CAMPINA DE FARO - SUBSISTEMA VALE DE LOBO	Insuficiente/Mediocre	Bom	3	0	0%
2022-2027	PTM19	CAMPINA DE FARO - SUBSISTEMA FARO	Bom	Insuficiente/Mediocre	2	0	0%
2022-2027	PTM3	MEXILHOEIRA GRANDE - PORTIMÃO	Bom	Insuficiente/Mediocre	4	0	0%

